



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
Departamento de Gestão de Pessoas

Informação - PCDF/DGPC/DGP

PROTOCOLO PCDF Nº 392215/2020 - DGDOC



Documento assinado eletronicamente por **MATEUS AVILA AFONSO DE ALMEIDA - Matr.0075895-7, Assessor(a) do Departamento de Gestão de Pessoas**, em 20/03/2020, às 12:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=37374424 código CRC= **237B5F4B**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SPO, Lote 23, conjunto A, Edifício Sede da Direção Geral, Térreo, Complexo da PCDF - Bairro SPO - CEP 70610-907 - DF

3207-4130

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 37374424



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

Sessão Ordinária Nº 4971, de 25/07/2017

TCDF/Secretaria das Sessões
Folha:.....
Processo: [2477/2000](#)
Rubrica:.....

PROCESSO Nº [2477/2000](#)

RELATOR : CONSELHEIRO ANTONIO RENATO ALVES RAINHA


EMENTA : Admissões ocorridas na Polícia Civil do Distrito Federal, decorrentes do concurso público regulado pelo Edital Normativo nº 1-PC-AGP/CESPE, publicado no DODF de 28.09.1998.

DECISÃO Nº 3537/2017

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos acostados às fls. 1.582/1.638; II - com fundamento no inciso III do art. 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal, autorizar o registro da admissão de Maria de Nazaré Xavier Viegas no cargo de Agente Penitenciário da Carreira da Polícia Civil do Distrito Federal, oriunda do certame disciplinado pelo Edital nº 1/1998-PC-AGP/CESPE, por guardar conformidade com a decisão judicial que lhe deu causa, já transitada em julgado; III - em relação às admissões de Eliel Flores Roriz Júnior (TJDFT MS nº 2011.00.2.020835-5 e STJ - RMS nº 39.644/DF), Roseane de Oliveira Moraes (TJDFT MS nº 2011.00.2.020841-6 e STJ RMS nº 41.199/DF) e Vaniuchka Mello Maribondo Vinagre (TJDF nº 2010.01.1.062245-6 e STJ - RMS 1.433.644/DF), alertar a Polícia Civil do Distrito Federal para a necessidade de acompanhar o andamento dos respectivos processos judiciais até a formalização do trânsito em julgado da decisão de mérito neles proferida, momento em que deverá dar ciência dessa situação a esta Corte de Contas, indicando se os desfechos foram favoráveis ou não aos demandantes; IV - autorizar a devolução do feito à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para os devidos fins. O Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO deixou de atuar nos autos, por força do art. 152, I, do RI/TCDF.

Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros RENATO RAINHA, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou a representante do MPJTCDF, Procuradora-Geral CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA. Ausente o Conselheiro MANOEL DE ANDRADE.

SALA DAS SESSÕES, 25 de Julho de 2017


José Valdir da Silva
Secretário das Sessões


Anilcéia Luzia Machado
Presidente



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA DAS SESSÕES

Ofício nº 6153/2017-GP

Brasília-DF, 01 de Agosto de 2017.

Senhor Diretor-Geral,

Em conformidade com o art. 5º da Portaria-TCDF nº 7/2017, publicada no DODF de 05.01.17, cumpre-me dirigir a Vossa Senhoria para encaminhar, em anexo, cópia do inteiro teor da Decisão nº 3537/2017, proferida por este Tribunal na Sessão Ordinária nº 4971, realizada em 25/07/2017, quando apreciou o Processo nº 2477/2000.

Na oportunidade, informo que o(s) documento(s) relacionado(s) ao mencionado processo, quando disponível(is) para consulta, encontra(m)-se no endereço eletrônico do TCDF, <http://www.tc.df.gov.br>, pesquisando processo pelo número, na aba "Peças".

Informo, ainda, que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush (www.tc.df.gov.br - Espaço do Cidadão - Acompanhamento por e-mail).

Atenciosamente,

João Batista Pereira de Souza
Secretário das Sessões em Exercício

Ao Senhor
ERIC SEBA DE CASTRO
Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF
Nesta

carolinalopes



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
Terceira Divisão de Fiscalização de Pessoal

TCDF- SEFIPE-DIFIPE 3
Folha 1689
Processo nº 2477/2000
Rubrica:

Processo nº 2477/2000 (acompanham 1 volume e os Processos nº 040.002.240/2000 e 052.001.015/2000 apensos)

Órgão de Origem: Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF

Assunto: Admissão de Pessoal

Ementa: Exame da legalidade, para fins de registro, de admissões havidas por decisão judicial no cargo de Agente Penitenciário da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, decorrente do concurso público regulado pelo Edital Normativo n.º 1/1998 – PC - AGP/CESPE. Reiteração de diligência. Cumprimento de diligência. Regularidade de admissões. Conhecimento de admissão. Nova diligência. Decisão 3537/2017: diligência para acompanhamento de ações judiciais.

- Diligência à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF e à Procuradoria-Geral do Distrito federal – PGDF.

Senhor Secretário,

Tratam os autos do exame da documentação constante dos processos apensos de nº 040.002.240/2000 e 052.001.015/2000, encaminhados pela Polícia Civil do Distrito Federal, que versam sobre admissões relativas ao Concurso Público para o cargo de Agente Penitenciário da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, regulado pelo Edital Normativo n.º 1/1998 – PC - AGP/CESPE, publicado no DODF de 23/09/1998.

2. Na última oportunidade em que se pronunciou nos autos, o Tribunal, a teor da Decisão n.º 3537/2017 (fl. 1.652), dentre outras medidas, deliberou por:

Z:\PCDF (Polícia Civil do DF)\2000-2477M-AD.doc



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
Terceira Divisão de Fiscalização de Pessoal

TCDF- SEFIPE-DIFIPE 3
Folha 1690
Processo nº 2477/2000
Rubrica:

“III – em relação às admissões de Eliel Flores Roriz Júnior (TJDFT MS nº 2011.00.2.020835-5 e STJ - RMS nº 39.644/DF), Roseane de Oliveira Moraes (TJDFT MS nº 2011.00.2.020841-6 e STJ RMS nº 41.199/DF) e Vaniuchka Mello Maribondo Vinagre (TJDF nº 2010.01.1.062245-6 e STJ – RMS 1.433.644/DF), alertar a Polícia Civil do Distrito Federal para a necessidade de acompanhar o andamento dos respectivos processos judiciais até a formalização do trânsito em julgado da decisão de mérito neles proferida, momento em que deverá dar ciência dessa situação a esta Corte de Contas, indicando se os desfechos foram favoráveis ou não aos demandantes;”

3. Importante ressaltar que, até o presente momento, não houve manifestação da PCDF quanto a determinação contida no item III da Decisão nº 3537/2017.

4. Contudo, em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, bem como dos Tribunais Superiores, constatamos que as demandas judiciais manejadas pelos candidatos acima mencionados encontram-se, atualmente, nas seguintes fases processuais, vejamos:

Eliel Flores Roriz Júnior

5. ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR impetrou Mandado de Segurança, face à futura exoneração do cargo de Agente Penitenciário da Polícia Civil do Distrito Federal, no qual requereu a concessão da segurança para que fosse reconhecida a estabilidade da relação entre as partes, considerando a nomeação, posse e o exercício no cargo, ocorridos em 2001, como consolidada e irreversível. No julgamento do *mandamus* a decisão veio ementada nos seguintes termos, *in verbis*:

MANDADO DE SEGURANÇA – ADMINISTRATIVO – CONCURSO PÚBLICO – AGENTE PENITENCIÁRIO – PSICOTÉCNICO – REPROVAÇÃO – LIMINAR – POSSE E EXERCÍCIO – RECURSO – TRÂNSITO EM JULGADO – TEORIA DO FATO CONSUMADO – INAPLICABILIDADE – SEGURANÇA DENEGADA. O trânsito em julgado da ação Declaratória de Nulidade, que permitiu em sede de liminar a posse e exercício do impetrante, no cargo de Agente Penitenciário, afasta a aplicação da Teoria do Fato Consumado, vez que a permanência no serviço público depende do êxito no processo judicial, em que se discutiu a legalidade ou não do exame psicotécnico, no concurso específico.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
Terceira Divisão de Fiscalização de Pessoal

TCDF- SEFIPE-DIFIPE 3
Folha 1691
Processo nº 2477/2000
Rubrica:

6. Não se conformando com a decisão do e. TJDFT, o servidor interpôs Recurso em Mandado de Segurança perante o C. Superior Tribunal de Justiça (RMS nº 39644/DF), que, em primeiro momento, restou “provido” (fl. 1.656), porém, em juízo de retratação, o recurso foi “desprovido” com fulcro no artigo 1.040, II, do CPC/2015¹, estando assim ementado:

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. ASSUNÇÃO DE CARGO POR FORÇA DE LIMINAR. POSTERIOR REVOGAÇÃO OU ALTERAÇÃO. TEORIA DO FATO CONSUMADO. APLICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. 1. O Supremo Tribunal Federal, em julgamento realizado sob a sistemática da repercussão geral, firmou o entendimento de que não é compatível com a ordem constitucional vigente de acesso a cargos públicos a permanência no cargo, sob fundamento de fato consumado, de candidato não aprovado, que nele tomou posse em razão de decisão liminar ou antecipatória da tutela, a qual foi posteriormente revogada ou alterada. 2. Recurso ordinário desprovido, em juízo de retratação realizado com base no art. 1.040, II, do CPC/2015.

7. Por fim, foi interposto Recurso Extraordinário (RE 1.050.340/DF), ao qual foi negado seguimento pela Relatora, Ministra Rosa Weber, conforme se deflui dos documentos juntados às fls. 1660/1661. Em face dessa decisão foi interposto Agravo Regimental, que foi julgado de maneira contrária a pretensão do candidato, a teor do Acórdão exarado no Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 1.050.340/DF, ementado nos seguintes termos:

¹ Art. 1.040. Publicado o acórdão paradigma:

I – (...) omissis

II - o órgão que proferiu o acórdão recorrido, na origem, reexaminará o processo de competência originária, a remessa necessária ou o recurso anteriormente julgado, se o acórdão recorrido contrariar a orientação do tribunal superior;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
Terceira Divisão de Fiscalização de Pessoal

TCDF- SEFIPE-DIFIPE 3
Folha 1692
Processo nº 2477/2000
Rubrica:

DIREITO ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. TEORIA DO FATO CONSUMADO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. CONSONÂNCIA DA DECISÃO RECORRIDA COM A JURISPRUDÊNCIA CRISTALIZADA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO QUE NÃO MERECE TRÂNSITO. REELABORAÇÃO DA MOLDURA FÁTICA. PROCEDIMENTO VEDADO NA INSTÂNCIA EXTRAORDINÁRIA. AGRAVO MANEJADO SOB A VIGÊNCIA DO CPC/2015.

1. O entendimento da Corte de origem, nos moldes do assinalado na decisão agravada, não diverge da jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal. Compreensão diversa demandaria a reelaboração da moldura fática delineada no acórdão de origem, a tornar oblíqua e reflexa eventual ofensa à Constituição, insuscetível, como tal, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário.

2. As razões do agravo interno não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada.

3. Em se tratando de mandado de segurança, inaplicável o art. 85, §11, do CPC/2015.4. Agravo interno conhecido e não provido, com aplicação da penalidade prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, calculada à razão de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa.

8. Sobreleva dizer que a referida decisão, **desfavorável** ao servidor, transitou em julgado em **08/03/2018**, conforme se deflui do contido na Certidão de fl. 1.662. Ainda assim, em consulta ao DODF nº 98, de 27 de maio de 2019, verificamos que foi publicado ato de concessão de aposentadoria de Eliel Flores Roriz Júnior, conforme se verifica à fl. 1663.

9. Diante disso, somos por que a Polícia Civil do DF apresente os devidos esclarecimentos para a manutenção do servidor em comento nos seus quadros, sobretudo porque a decisão judicial que lhe garantiu a admissão transitou em julgado em **08.03.2018**, sendo a ele desfavorável (TJDFT MSG nº 2011.00.2.020835-5). Adicionalmente, propomos seja determinado à PGDF que apresente as eventuais orientações prestadas àquela Corporação diante do desfecho do mencionado *writ*.

Roseane de Oliveira Moraes

10. O mandado de segurança (TJDFT MSG nº 2011.00.2.020841-6) impetrado pela servidora tramita em grau de recurso perante o E. Superior



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
Terceira Divisão de Fiscalização de Pessoal

TCDF- SEFIPE-DIFIPE 3
Folha 1693
Processo nº 2477/2000
Rubrica:

Tribunal de Justiça, cuja decisão no RMS 41.199/DF, foi favorável à permanência da autora no serviço público² (fls. 1669/1670). Em face disso, o Distrito Federal interpôs do Agravo Regimental no Recurso em Mandado de Segurança, porém, o julgamento foi adiado por indicação do Ministro Relator, conforme se verifica à fl. 1668, o que permanece até o momento.

11. Necessário destacar, que mesmo não tendo havido o trânsito em julgado na ação judicial em comento, em consulta ao DODF nº 08, de 09 de janeiro de 2015, constatamos a publicação do ato de concessão de aposentadoria da referida servidora, conforme se infere do documento de fl. 1672.

Vaniuchka Mello Maribondo Vinagre

12. Quanto a esta servidora, verificamos que a mesma obteve decisões que lhes foram favoráveis nas instâncias ordinárias (Ação nº 2010.01.1.062245-6). Assim, o Distrito Federal interpôs Recurso Especial ao qual foi negado seguimento³ (fls. 1679/1680). Contra essa decisão foi interposto Agravo Interno no REsp, sobrevivendo o acórdão que negou provimento ao agravo⁴. Em face disso, o DF interpôs recurso extraordinário. Em decisão monocrática, o Ministro Marco Aurélio negou seguimento ao extraordinário, em **01/08/2019**, conforme se infere dos documentos de fls. 1686/1687, motivando a interposição de Agravo

² **DECISÃO:** ADMINISTRATIVO. RMS. CONCURSO. AGENTE PENITENCIÁRIO. EXAME PSICOTÉCNICO. PERMANÊNCIA NO CARGO POR FORÇA DE LIMINAR POR MAIS DE 12 ANOS. FATO CONSUMADO. CARACTERIZAÇÃO EX OPE TEMPORIS. DIREITO LÍQUIDO E CERTO À PERMANÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO. RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO. **(RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 41.199 – DF)**

³ RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. AGENTE PENITENCIÁRIO. ALEGAÇÃO DE COISA JULGADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DA TESE. SÚMULA 282/STF. RECURSO ESPECIAL DO DISTRITO FEDERAL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. **(RECURSO ESPECIAL Nº 1.433.644 – DF)**

⁴ PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. AGENTE PENITENCIÁRIO. ALEGAÇÃO DE COISA JULGADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DA TESE. SÚMULA 282/STF. AGRAVO INTERNO DO DISTRITO FEDERAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
Terceira Divisão de Fiscalização de Pessoal

TCDF- SEFIPE-DIFIPE 3
Folha 1694
Processo nº 2477/2000
Rubrica:

Regimental, estando os autos conclusos ao Relator, segundo se verifica no documento de fl. 1685.

13. Impende esclarecer que mesmo não havendo trânsito em julgado na ação judicial em comento, consultando o DODF nº 93, de 16 de maio de 2018, constatamos a publicação do ato de concessão de aposentadoria da servidora, de acordo com o documento juntado à fls.1688.

14. Dessa forma, relativamente às referidas servidoras, propomos seja determinado à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF que mantenha em acompanhamento as mencionadas ações judiciais até o respectivo trânsito em julgado, oportunidade em que deverá orientar a PCDF de como deve proceder, encaminhando, por igual, as conclusões a esta Corte para fins de apreciação da legalidade das admissões.

15. Por fim, cabe salientar que os atos de aposentadorias dos mencionados servidores estão cadastrados no SIRAC: **Eliei Flores Roriz Júnior** (Ato nº 030651-5), **Roseane de Oliveira Moraes** (Ato nº 014206-4) e **Vaniuchka Mello Maribondo Vinagre** (Ato nº 025855-0)

Pelo exposto, propomos ao Plenário:

I - tomar conhecimento dos documentos acostados às fls. 1654/1688;

II - determinar:

a) a Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente esclarecimentos para a manutenção do servidor **Eliei Flores Roriz Júnior** (atual cargo de Agente Policial de Custódia, da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, admitido em decorrência do Edital nº 1/1998 – PC –



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
Terceira Divisão de Fiscalização de Pessoal

TCDF- SEFIPE-DIFIPE 3
Folha 1695
Processo nº 2477/2000
Rubrica:

AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.1998) em seus quadros, sobretudo porque a decisão judicial que lhe garantiu a admissão transitou em julgado em **08.03.2018**, sendo a ele **desfavorável** (TJDFT MSG nº 2011.00.2.020835-5);

b) à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF que mantenha em acompanhamento a ações judiciais relativas às servidoras Roseane de Oliveira Moraes (TJDFT MSG nº 2011.00.2.020841-6) e Vaniuchka Mello Maribondo Vinagre (Ação nº 2010.01.1.062245-6), Agentes Policiais de Custódia, da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, admitidas em decorrência do Edital nº 1/1998 – PC – AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.1998, até o respectivo trânsito em julgado, oportunidade em que deverá orientar a PCDF de como deve proceder, encaminhando, por igual, as conclusões a esta Corte para fins de apreciação da legalidade dessas admissões;

III – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para os devidos fins.

À superior consideração.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

Carlos Antonio Costa dos Santos
Diretor – SEFIPE/DIFIPE3



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
Terceira Divisão de Fiscalização de Pessoal

TCDF- SEFIPE-DIFIPE 3
Folha 1696
Processo nº 2477/2000
Rubrica:

Senhor Relator,

De acordo com a instrução retro, submeto os autos à elevada consideração de Vossa Excelência, nos termos do art. 1º, inciso III, letra “c”, da Resolução TCDF nº 140/01, com a redação dada pela de nº 174/06.

Brasília-DF, de outubro de 2019.

José Roberto Alcuri Júnior
Secretário de Fiscalização de Pessoal



MPCDF

Fl. 1699
Proc. 2.477/00

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

PARECER: 728/2019–G1P

ASSUNTO: ADMISSÃO DE PESSOAL

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 2.477/2000

EMENTA: 1. EXAME DA LEGALIDADE DE ADMISSÕES. RESOLUÇÃO Nº 140/2001. ÓRGÃO. POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL. CARGO. AGENTE PENITENCIÁRIO. CONCURSO PÚBLICO. EDITAL NORMATIVO N.º 01/98-PC/AC/CESPE, (DODF DE 23/9/1998). ADMISSÃO **SUB-JUDICE**. DECISÃO Nº 3.537/2017. SEM MANIFESTAÇÃO DA PCDF. ANDAMENTOS PROCESSUAIS JUNTADOS AOS AUTOS.

2. UNIDADE TÉCNICA SUGERE O **CONHECIMENTO** DOS DOCUMENTOS E **DETERMINAÇÃO** PARA APRESENTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E MANUTENÇÃO DOS ACOMPANHAMENTOS DAS DEMANDAS AINDA EM ANDAMENTO.

3. **AQUIESCÊNCIA DO MPC/DF.**

1. Versam os autos sobre o exame de documentação constante dos apensos nºs 040.002.240/2000 e 052.001.015/2000, que trata sobre a legalidade de admissões no cargo de Agente Penitenciário, realizadas pela Polícia Civil do Distrito Federal, com supedâneo no Edital Normativo n.º 01/98-PC/AC/CESPE, publicado no DODF de 23/9/1998.

2. Em última assentada, a c. **Corte de Contas**, no teor do item III, da r. Decisão nº 3.537/2017, deliberou por:

“ III – em relação às admissões de Eliel Flores Roriz Júnior (TJDFT MS nº 2011.00.2.020835-5 e STJ - RMS nº 39.644/DF), Roseane de Oliveira Moraes (TJDFT MS nº 2011.00.2.020841-6 e STJ RMS nº 41.199/DF) e Vaniuchka Mello Maribondo Vinagre (TJDFT nº 2010.01.1.062245-6 e STJ – RMS 1.433.644/DF), alertar a Polícia Civil do Distrito Federal para a necessidade de acompanhar o andamento dos respectivos processos judiciais até a formalização do trânsito em julgado da decisão de mérito neles proferida, momento em que deverá dar ciência dessa situação a esta Corte de Contas, indicando se os desfechos foram favoráveis ou não aos demandantes;” (Fl. 1.690)

3. O Corpo Instrutivo consignou que não consta manifestação da PCDF sobre a decisão supramencionada.

4. Prosseguindo à análise, destacou que em consulta ao sitio eletrônico do e. TJDF verificou que as demandas judiciais estariam nas seguintes fases processuais:

“Eliel Flores Roriz Júnior

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

5. *ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR impetrou Mandado de Segurança, face à futura exoneração do cargo de Agente Penitenciário da Polícia Civil do Distrito Federal, no qual requereu a concessão da segurança para que fosse reconhecida a estabilidade da relação entre as partes, considerando a nomeação, posse e o exercício no cargo, ocorridos em 2001, como consolidada e irreversível. No julgamento do mandamus a decisão veio ementada nos seguintes termos, in verbis:*

MANDADO DE SEGURANÇA – ADMINISTRATIVO – CONCURSO PÚBLICO – AGENTE PENITENCIÁRIO – PSICOTÉCNICO – REPROVAÇÃO – LIMINAR – POSSE E EXERCÍCIO – RECURSO – TRÂNSITO EM JULGADO – TEORIA DO FATO CONSUMADO – INAPLICABILIDADE – SEGURANÇA DENEGADA. O trânsito em julgado da ação Declaratória de Nulidade, que permitiu em sede de liminar a posse e exercício do impetrante, no cargo de Agente Penitenciário, afasta a aplicação da Teoria do Fato Consumado, vez que a permanência no serviço público depende do êxito no processo judicial, em que se discutiu a legalidade ou não do exame psicotécnico, no concurso específico.

6. *Não se conformando com a decisão do e. TJDF, o servidor interpôs Recurso em Mandado de Segurança perante o C. Superior Tribunal de Justiça (RMS nº 39644/DF), que, em primeiro momento, restou “provido” (fl. 1.656), porém, em juízo de retratação, o recurso foi “desprovido” com fulcro no artigo 1.040, II, do CPC/2015, estando assim ementado:*

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. ASSUNÇÃO DE CARGO POR FORÇA DE LIMINAR. POSTERIOR REVOGAÇÃO OU ALTERAÇÃO. TEORIA DO FATO CONSUMADO. APLICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. 1. O Supremo Tribunal Federal, em julgamento realizado sob a sistemática da repercussão geral, firmou o entendimento de que não é compatível com a ordem constitucional vigente de acesso a cargos públicos a permanência no cargo, sob fundamento de fato consumado, de candidato não aprovado, que nele tomou posse em razão de decisão liminar ou antecipatória da tutela, a qual foi posteriormente revogada ou alterada. 2. Recurso ordinário desprovido, em juízo de retratação realizado com base no art. 1.040, II, do CPC/2015.

7. *Por fim, foi interposto Recurso Extraordinário (RE 1.050.340/DF), ao qual foi negado seguimento pela Relatora, Ministra Rosa Weber, conforme se deflui dos documentos juntados às fls. 1660/1661. Em face dessa decisão foi interposto Agravo Regimental, que foi julgado de maneira contrária a pretensão do candidato, a teor do Acórdão exarado no Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 1.050.340/DF, ementado nos seguintes termos:*

DIREITO ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. TEORIA DO FATO CONSUMADO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. CONSONÂNCIA DA DECISÃO RECORRIDA COM A JURISPRUDÊNCIA CRISTALIZADA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO QUE NÃO MERECE TRÂNSITO. REELABORAÇÃO DA MOLDURA FÁTICA. PROCEDIMENTO VEDADO NA INSTÂNCIA EXTRAORDINÁRIA. AGRAVO MANEJADO SOB A VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. O entendimento da Corte de origem, nos moldes do assinalado na decisão agravada, não diverge da jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal. Compreensão diversa demandaria a reelaboração da moldura fática delineada no acórdão de origem, a tornar oblíqua e reflexa eventual ofensa à

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
PRIMEIRA PROCURADORIA

Constituição, insuscetível, como tal, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário. 2. As razões do agravo interno não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada. 3. Em se tratando de mandado de segurança, inaplicável o art. 85, §11, do CPC/2015. 4. Agravo interno conhecido e não provido, com aplicação da penalidade prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, calculada à razão de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa.

8. *Sobreleva dizer que a referida decisão, desfavorável ao servidor, transitou em julgado em 08/03/2018, conforme se deflui do contido na Certidão de fl. 1.662. Ainda assim, em consulta ao DODF nº 98, de 27 de maio de 2019, verificamos que foi publicado ato de concessão de aposentadoria de Eliel Flores Roriz Júnior, conforme se verifica à fl. 1663.*

9. *Diante disso, somos por que a Polícia Civil do DF apresente os devidos esclarecimentos para a manutenção do servidor em comento nos seus quadros, sobretudo porque a decisão judicial que lhe garantiu a admissão transitou em julgado em 08.03.2018, sendo a ele desfavorável (TJDFT MSG nº 2011.00.2.020835-5). Adicionalmente, propomos seja determinado à PGDF que apresente as eventuais orientações prestadas àquela Corporação diante do desfecho do mencionado writ.*

Roseane de Oliveira Moraes

10. *O mandado de segurança (TJDFT MSG nº 2011.00.2.020841-6) impetrado pela servidora tramita em grau de recurso perante o E. Superior Tribunal de Justiça, cuja decisão no RMS 41.199/DF, foi favorável à permanência da autora no serviço público² (fls. 1669/1670). Em face disso, o Distrito Federal interpôs do Agravo Regimental no Recurso em Mandado de Segurança, porém, o julgamento foi adiado por indicação do Ministro Relator, conforme se verifica à fl. 1668, o que permanece até o momento.*

11. *Necessário destacar, que mesmo não tendo havido o trânsito em julgado na ação judicial em comento, em consulta ao DODF nº 08, de 09 de janeiro de 2015, constatamos a publicação do ato de concessão de aposentadoria da referida servidora, conforme se infere do documento de fl. 1672.*

Vaniuchka Mello Maribondo Vinagre

12. *Quanto a esta servidora, verificamos que a mesma obteve decisões que lhes foram favoráveis nas instâncias ordinárias (Ação nº 2010.01.1.062245- 6). Assim, o Distrito Federal interpôs Recurso Especial ao qual foi negado seguimento³ (fls. 1679/1680). Contra essa decisão foi interposto Agravo Interno no REsp, sobrevivendo o acórdão que negou provimento ao agravo⁴. Em face disso, o DF interpôs recurso extraordinário. Em decisão monocrática, o Ministro Marco Aurélio negou seguimento ao extraordinário, em 01/08/2019, conforme se infere dos documentos de fls. 1686/1687, motivando a interposição de Agravo Regimental, estando os autos conclusos ao Relator, segundo se verifica no documento de fl. 1685.*

13. *Impende esclarecer que mesmo não havendo trânsito em julgado na ação judicial em comento, consultando o DODF nº 93, de 16 de maio de 2018, constatamos a publicação do ato de concessão de aposentadoria da servidora, de acordo com o documento juntado à fls. 1688.*

14. *Dessa forma, relativamente às referidas servidoras, propomos seja determinado à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF que mantenha em acompanhamento as mencionadas ações judiciais até o respectivo trânsito em julgado, oportunidade em que deverá orientar a PCDF de como deve proceder, encaminhando, por igual, as conclusões a esta Corte para fins de apreciação da legalidade das admissões.*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

*15. Por fim, cabe salientar que os atos de aposentadorias dos mencionados servidores estão cadastrados no SIRAC: **Eliei Flores Roriz Júnior** (Ato nº 030651-5), **Roseane de Oliveira Moraes** (Ato nº 014206-4) e **Vaniuchka Mello Maribondo Vinagre** (Ato nº 025855-0)". (Fls. 1.690/1.694)*

5. Ao final, o Corpo Técnico apresentou as seguintes sugestões ao e. **Plenário**:

"I - tomar conhecimento dos documentos acostados às fls. 1654/1688;

II - determinar:

*a) a Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente esclarecimentos para a manutenção do servidor **Eliei Flores Roriz Júnior** (atual cargo de Agente Policial de Custódia, da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, admitido em decorrência do Edital nº 1/1998 – PC – AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.1998) em seus quadros, sobretudo porque a decisão judicial que lhe garantiu a admissão transitou em julgado em **08.03.2018**, sendo a ele **desfavorável** (TJDFT MSG nº 2011.00.2.020835-5);*

*b) à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF que mantenha em acompanhamento a ações judiciais relativas às servidoras **Roseane de Oliveira Moraes** (TJDFT MSG nº 2011.00.2.020841-6) e **Vaniuchka Mello Maribondo Vinagre** (Ação nº 2010.01.1.062245-6), Agentes Policiais de Custódia, da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, admitidas em decorrência do Edital nº 1/1998 – PC – AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.1998, até o respectivo trânsito em julgado, oportunidade em que deverá orientar a PCDF de como deve proceder, encaminhando, por igual, as conclusões a esta Corte para fins de apreciação da legalidade dessas admissões;*

III – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para os devidos fins." (Fls. 1.694/1.695).

6. Após este breve relato, passo à análise do presente feito.

7. Retornam os autos ao **MPC/DF** para manifestação a respeito do cumprimento da diligência determinada pela r. Decisão nº 3.537/2017.

8. Nesse contexto, observo em comunhão com o Corpo Instrutivo, que a PCDF não se manifestou quanto a determinação.

9. Assim, em consonância com o propugnado pela Unidade Técnica, verifico que o Sr. Eliei Flores Roriz Júnior ingressou com a demanda (2011.00.2.020835-5) perante o c. **TJDFT**, cuja decisão lhe foi **desfavorável**, com **trânsito em julgado em 8/3/2018**. Ressalto, também, que em 27/5//2019 foi publicado ato de concessão de aposentadoria ao servidor. Por conseguinte, necessário se faz devolver os autos à PCDF, para que esclareça a permanência do servidor no seu quadro, após a decisão judicial transitada em julgado. Ainda, no tocante à determinação à PGDF, para que informe sobre as orientações prestadas àquela Corporação, diante do desfecho judicial, o Representante Ministerial converge com a mencionada proposição.

10. Com relação às servidoras **Roseane de Oliveira Moraes** e **Vaniuchka Mello Maribondo Vinagre**, que ajuizaram demandas no judiciário ainda pendente de decisão final, o



MPCDF
Fl. 1703
Proc. 2.477/00

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

Parquet de Contas compartilha do entendimento do Corpo Instrutivo quanto à determinação para que a PGDF mantenha o acompanhamento das ações judiciais, até o respectivo trânsito em julgado e, posteriormente, orientar a Corporação de como proceder após o deslinde processual.

11. Ante o exposto, o **Ministério Público de Contas** opina pelo acolhimento da sugestão emanada da Área Técnica.

É o Parecer.

Brasília, 21 de novembro de 2019.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador Substituto



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Processo: nº 2.477/2000 (acompanham 8 volumes) (o)

Origem: Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF

Assunto: Admissão de Pessoal

Ementa: Cumprimento da Resolução nº 100/98-TCDF. Exame da legalidade, para fins de registro, de admissões formalizadas por força de decisão judicial no cargo de Agente Penitenciário da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal. Edital Normativo nº 1-PC-AGP/CESPE, publicado no DODF de 28.09.1998.

. Decisão nº 3.537/2017: alerta à Polícia Civil do Distrito Federal para a necessidade acompanhar o andamento dos processos judiciais indicados no item III da referida deliberação plenária (fls. 1652).

. A Secretaria de Fiscalização de Pessoal manifesta-se: I - pelo conhecimento dos documentos acostados às fls. 1654/1688; II - por determinação: a) à Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente esclarecimentos para a manutenção do servidor Eliel Flores Roriz Júnior (atual cargo de Agente Policial de Custódia, da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, admitido em decorrência do Edital nº 1/1998 - PC - AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.1998) em seus quadros, sobretudo porque a decisão judicial que lhe garantiu a admissão transitou em julgado em 08.03.2018, sendo a ele desfavorável (TJDFT MSG nº 2011.00.2.020835-5); b) à Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF que mantenha em acompanhamento a ações judiciais relativas às servidoras Roseane de Oliveira Moraes (TJDFT MSG nº 2011.00.2.020841-6) e Vaniuchka Mello Maribondo Vinagre (Ação nº 2010.01.1.062245-6), Agentes Policiais de Custódia, da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, admitidas em decorrência do Edital nº 1/1998 - PC - AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.1998, até o respectivo trânsito em julgado, oportunidade em que deverá orientar a PCDF de como deve proceder, encaminhado, por igual, as conclusões a esta Corte para fins de apreciação da legalidade dessas admissões; III - pelo retorno destes autos àquela Unidade Técnica (fls. 1689/1695).

. Parecer do Ministério Público de Contas do Distrito Federal - MPC/DF em sentido convergente (fls. 1.699/1703).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

VOTO: pelo acolhimento dos termos da instrução e do parecer ministerial. Determinação. Devolução do feito à SEFIPE.

RELATÓRIO

Cuidam os autos do exame de admissões ocorridas na **Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF** em atendimento à Resolução –TCDF nº 100/98, já revogada.

O certame em exame destinou-se ao provimento dos cargos de **Agente Penitenciário da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal**, e foi disciplinado pelo Edital Normativo nº 1-PC-AGP/CESPE, publicado no DODF de 28.09.1998.

Na presente fase processual a Secretaria de Fiscalização de Pessoal apresentou considerações a respeito do item III da **Decisão nº 3537/2017**, que estatuiu (fls. 1652):

"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I - tomar conhecimento dos documentos acostados às fls. 1.582/1.638;

II - com fundamento no inciso III do art. 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal, autorizar o registro da admissão de Maria de Nazaré Xavier Viegas no cargo de Agente Penitenciário da Carreira da Polícia Civil do Distrito Federal, oriunda do certame disciplinado pelo Edital nº 1/1998-PC-AGP/CESPE, por guardar conformidade com a decisão judicial que lhe deu causa, já transitada em julgado;

*III - em relação às admissões de **Eliei Flores Roriz Júnior** (TJDFT MS nº 2011.00.2.020835-5 e STJ - RMS nº 39.644/DF), **Roseane de Oliveira Moraes** (TJDFT MS nº 2011.00.2.020841-6 e STJ RMS nº 41.199/DF) e **Vaniuchka Mello Maribondo Vinagre** (TJDFT nº 2010.01.1.062245-6 e STJ - RMS 1.433.644/DF), alertar a Polícia Civil do Distrito Federal para a necessidade de acompanhar o andamento dos respectivos processos judiciais até a formalização do trânsito em julgado da decisão de mérito neles proferida, momento em*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

que **deverá dar ciência dessa situação a esta Corte de Contas**, indicando se os desfechos foram favoráveis ou não aos demandantes;

IV - autorizar a devolução do feito à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para os devidos fins."

Da instrução formulada pela **Terceira Divisão de Fiscalização de Pessoal/SEFIPE** tenho por necessário reproduzir o que segue:

"3. Importante ressaltar que, até o presente momento, não houve manifestação da PCDF quanto a determinação contida no item III da Decisão nº 3537/2017.

4. Contudo, em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, bem como dos Tribunais Superiores, constatamos que as demandas judiciais manejadas pelos candidatos acima mencionados encontram-se, atualmente, nas seguintes fases processuais, vejamos:

Eliel Flores Roriz Júnior

5. ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR impetrou Mandado de Segurança, face à futura exoneração do cargo de Agente Penitenciário da Polícia Civil do Distrito Federal, no qual requereu a concessão da segurança para que fosse reconhecida a estabilidade da relação entre as partes, considerando a nomeação, posse e o exercício no cargo, ocorridos em 2001, como consolidada e irreversível. No julgamento do mandamus a decisão veio ementada nos seguintes termos, in verbis:

MANDADO DE SEGURANÇA - ADMINISTRATIVO - CONCURSO PÚBLICO - AGENTE PENITENCIÁRIO - PSICOTÉCNICO - REPROVAÇÃO - LIMINAR - POSSE E EXERCÍCIO - RECURSO - TRÂNSITO EM JULGADO - TEORIA DO FATO CONSUMADO - INAPLICABILIDADE - SEGURANÇA DENEGADA. O trânsito em julgado da ação Declaratória de Nulidade, que permitiu em sede de liminar a posse e exercício do impetrante, no cargo de Agente Penitenciário, afasta a aplicação da Teoria do Fato Consumado, vez que a permanência no serviço público depende do êxito no processo judicial, em que se discutiu a legalidade ou não do exame psicotécnico, no concurso específico.

6. Não se conformando com a decisão do e. TJDF, o servidor interpôs Recurso em Mandado de Segurança

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

perante o C. Superior Tribunal de Justiça (RMS nº 39644/DF), que, em primeiro momento, restou "provido" (fl. 1.656), porém, em juízo de retratação, o recurso foi "desprovido" com fulcro no artigo 1.040, II, do CPC/2015, estando assim ementado:

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. ASSUNÇÃO DE CARGO POR FORÇA DE LIMINAR. POSTERIOR REVOGAÇÃO OU ALTERAÇÃO. TEORIA DO FATO CONSUMADO. APLICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. 1. O Supremo Tribunal Federal, em julgamento realizado sob a sistemática da repercussão geral, firmou o entendimento de que não é compatível com a ordem constitucional vigente de acesso a cargos públicos a permanência no cargo, sob fundamento de fato consumado, de candidato não aprovado, que nele tomou posse em razão de decisão liminar ou antecipatória da tutela, a qual foi posteriormente revogada ou alterada. 2. Recurso ordinário desprovido, em juízo de retratação realizado com base no art. 1.040, II, do CPC/2015.

7. Por fim, foi interposto Recurso Extraordinário (RE 1.050.340/DF), ao qual foi negado seguimento pela Relatora, Ministra Rosa Weber, conforme se deflui dos documentos juntados às fls. 1660/1661. Em face dessa decisão foi interposto Agravo Regimental, que foi julgado de maneira contrária a pretensão do candidato, a teor do Acórdão exarado no Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 1.050.340/DF, ementado nos seguintes termos:

DIREITO ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. TEORIA DO FATO CONSUMADO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. CONSONÂNCIA DA DECISÃO RECORRIDA COM A JURISPRUDÊNCIA CRISTALIZADA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO QUE NÃO MERECE TRÂNSITO. REELABORAÇÃO DA MOLDURA FÁTICA. PROCEDIMENTO VEDADO NA INSTÂNCIA EXTRAORDINÁRIA. AGRAVO MANEJADO SOB A VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. O entendimento da Corte de origem, nos moldes do assinalado na decisão agravada, não diverge da jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal. Compreensão diversa demandaria a reelaboração da moldura fática delineada no acórdão de origem, a tornar oblíqua e reflexa eventual ofensa à Constituição, insuscetível, como tal, de viabilizar o conhecimento do recurso



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

extraordinário. 2. As razões do agravo interno não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada. 3. Em se tratando de mandado de segurança, inaplicável o art. 85, §11, do CPC/2015. 4. Agravo interno conhecido e não provido, com aplicação da penalidade prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, calculada à razão de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa.

8. Sobreleva dizer que a referida decisão, **desfavorável** ao servidor, transitou em julgado em **08/03/2018**, conforme se deflui do contido na Certidão de fl. 1.662. Ainda assim, em consulta ao DODF nº 98, de 27 de maio de 2019, verificamos que foi publicado ato de concessão de aposentadoria de Eliel Flores Roriz Júnior, conforme se verifica à fl. 1663.

9. Diante disso, somos por que a Polícia Civil do DF apresente os devidos esclarecimentos para a manutenção do servidor em comento nos seus quadros, sobretudo porque a decisão judicial que lhe garantiu a admissão transitou em julgado em **08.03.2018**, sendo a ele desfavorável (TJDFT MSG nº 2011.00.2.020835-5). Adicionalmente, propomos seja determinado à PGDF que apresente as eventuais orientações prestadas àquela Corporação diante do desfecho do mencionado writ.

Roseane de Oliveira Moraes

10. O mandado de segurança (TJDFT MSG nº 2011.00.2.020841-6) impetrado pela servidora tramita em grau de recurso perante o E. Superior Tribunal de Justiça, cuja decisão no RMS 41.199/DF, foi **favorável** à permanência da autora no serviço público² (fls. 1669/1670). Em face disso, o Distrito Federal interpôs do Agravo Regimental no Recurso em Mandado de Segurança, porém, o julgamento foi adiado por indicação do Ministro Relator, conforme se verifica à fl. 1668, o que permanece até o momento.

11. Necessário destacar, que mesmo não tendo havido o trânsito em julgado na ação judicial em comento, em consulta ao DODF nº 08, de 09 de janeiro de 2015, constatamos a publicação do ato de concessão de aposentadoria da referida servidora, conforme se infere do documento de fl. 1672.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Vaniuchka Mello Maribondo Vinagre

12. Quanto a esta servidora, verificamos que a mesma obteve decisões que lhes foram favoráveis nas instâncias ordinárias (Ação nº 2010.01.1.062245-6). Assim, o Distrito Federal interpôs Recurso Especial ao qual foi negado seguimento (fls. 1679/1680). Contra essa decisão foi interposto Agravo Interno no REsp, sobrevindo o acórdão que negou provimento ao agravo. Em face disso, o DF interpôs recurso extraordinário. Em decisão monocrática, o Ministro Marco Aurélio negou seguimento ao extraordinário, em **01/08/2019**, conforme se infere dos documentos de fls. 1686/1687, motivando a interposição de Agravo Regimental, estando os autos conclusos ao Relator, segundo se verifica no documento de fl. 1685.

13. Impende esclarecer que mesmo não havendo trânsito em julgado na ação judicial em comento, consultando o DODF nº 93, de 16 de maio de 2018, constatamos a publicação do ato de concessão de aposentadoria da servidora, de acordo com o documento juntado à fls.1688.

14. Dessa forma, relativamente às referidas servidoras, propomos seja determinado à Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF que mantenha em acompanhamento as mencionadas ações judiciais até o respectivo trânsito em julgado, oportunidade em que deverá orientar a PCDF de como deve proceder, encaminhando, por igual, as conclusões a esta Corte para fins de apreciação da legalidade das admissões.

15. Por fim, cabe salientar que os atos de aposentadorias dos mencionados servidores estão cadastrados no SIRAC: **Eliei Flores Roriz Júnior** (Ato nº 030651-5), **Roseane de Oliveira Moraes** (Ato nº 014206-4) e **Vaniuchka Mello Maribondo Vinagre** (Ato nº 025855-0)

Pelo exposto, propomos ao Plenário:

I - tomar conhecimento dos documentos acostados às fls. 1654/1688;

II - determinar:

- a) a Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente esclarecimentos para a manutenção do servidor **Eliei Flores Roriz**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Júnior (atual cargo de Agente Policial de Custódia, da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, admitido em decorrência do Edital nº 1/1998 - PC - AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.1998) em seus quadros, sobretudo porque a decisão judicial que lhe garantiu a admissão transitou em julgado em **08.03.2018**, sendo a ele **desfavorável** (TJDFT MSG nº 2011.00.2.020835-5);

- b) à Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF que mantenha em acompanhamento a ações judiciais relativas às servidoras Roseane de Oliveira Moraes (TJDFT MSG nº 2011.00.2.020841-6) e Vaniuchka Mello Maribondo Vinagre (Ação nº 2010.01.1.062245-6), Agentes Policiais de Custódia, da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, admitidas em decorrência do Edital nº 1/1998 - PC - AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.1998, até o respectivo trânsito em julgado, oportunidade em que deverá orientar a PCDF de como deve proceder, encaminhando, por igual, as conclusões a esta Corte para fins de apreciação da legalidade dessas admissões;

III - autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para os devidos fins."

Em parecer convergente, o ilustre representante do **Ministério Público de Contas do Distrito Federal - MPCDF** que oficiou no feito, Procurador **Demóstenes Tres Albuquerque**, opinou pelo acolhimento das medidas alvitadas na instrução.

É o relatório.

VOTO

Na etapa processual anterior, consignei que em situações como as descritas na instrução cabe a este Tribunal de Corte de Contas tomar conhecimento do desfecho das ações judiciais movidas pelos interessados, consignar se a admissão está ou não em consonância com o decidido pelo Poder Judiciário e determinar o registro do ato admissional.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Assim penso, considerando que a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Distrito Federal conferiram ao Tribunal de Contas do Distrito Federal a competência exclusiva para apreciar, para fins de registro, **a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações criadas e mantidas pelo Poder Público**, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão (art. 71, III, CF e art. 78, III, LODF).

Essa apreciação ocorre em sede de processo de natureza administrativa, onde se estabelece uma relação exclusivamente entre o Tribunal de Contas e a autoridade administrativa prolatora do ato.

No entanto, quando se trata de decisão emanada do Poder Judiciário, cabe a esta Corte de Contas verificar se o ato praticado pela Administração **guarda conformidade com a decisão judicial, passada em julgado**, nos moldes do Enunciado nº 20 das Súmulas de Jurisprudência deste Tribunal.

A Unidade Técnica atentou para esta diretriz em sua análise, bem como para os termos do item III da Decisão nº 3537/2017, objeto de apreciação nesta assentada.

Destarte, acolhendo os termos da instrução e do parecer ministerial, **VOTO** no sentido de que o e. Plenário:

- I - tome conhecimento dos documentos acostados às fls. 1654/1688;
- II - determine:
 - a) à **Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF** que, no prazo de **30 (trinta)** dias, remeta a este Tribunal de Contas informações sobre a situação do servidor **Eliei Flores Roriz Júnior** (hoje aposentado no cargo de Agente Policial de Custódia, da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal – fls. 1663 - e admitido em decorrência do Edital nº 1/1998 – PC – AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.1998), especialmente em razão do acórdão proferido pela Corte de Justiça distrital nos autos do MSG nº 2011.00.2.020835-5, mantido pelo **Supremo Tribunal Federal - STF** mediante decisão exarada nos autos do RE nº 1050340, que transitou em julgado em **08.03.2018** (fls. 1160/1662);
 - b) à **Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF** que mantenha em acompanhamento as ações judiciais movidas pelas servidoras **Roseane de Oliveira Moraes** (MSG nº 2011.00.2.020841-6-TJDFT) e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Vaniuchka Mello Maribondo Vinagre (Processo nº 2010.01.1.062245-6), Agentes Policiais de Custódia, da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, admitidas em decorrência do Edital nº 1/1998 – PC – AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.1998, até o respectivo trânsito em julgado, oportunidade em que deverá orientar a **Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF** de como deve proceder, encaminhando suas conclusões a esta Corte para fins de apreciação da legalidade dessas admissões;

- III –** autorize a devolução destes autos à SEFIPE para os devidos fins.

Sala das Sessões, em 05 de março de 2020.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Conselheiro-Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

Sessão Ordinária Nº 5198, de 05/03/2020

TCDF/Secretaria das Sessões
Folha:.....
Processo: [2477/2000](#)
Rubrica:.....

PROCESSO Nº [2477/2000](#)

RELATOR : CONSELHEIRO ANTONIO RENATO ALVES RAINHA

EMENTA : Admissões realizadas pela Polícia Civil do Distrito Federal, decorrentes do concurso público regulado pelo Edital Normativo nº 1-PC-AGP/CESPE.

DECISÃO Nº 637/2020

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos acostados às fls. 1654/1688; II - determinar: a) à Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, remeta a este Tribunal de Contas informações sobre a situação do servidor Eliel Flores Roriz Júnior (hoje aposentado no cargo de Agente Policial de Custódia, da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal - fls. 1663 - e admitido em decorrência do Edital nº 1/1998 - PC - AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.1998), especialmente em razão do acórdão proferido pela Corte de Justiça distrital nos autos do MSG nº 2011.00.2.020835-5, mantido pelo Supremo Tribunal Federal - STF mediante decisão exarada nos autos do RE nº 1050340, que transitou em julgado em 08.03.2018 (fls. 1160/1662); b) à Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF que mantenha em acompanhamento as ações judiciais movidas pelas servidoras Roseane de Oliveira Moraes (MSG nº 2011.00.2.020841-6-TJDFT) e Vaniuchka Mello Maribondo Vinagre (Processo nº 2010.01.1.062245-6), Agentes Policiais de Custódia, da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, admitidas em decorrência do Edital nº 1/1998 - PC - AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.1998, até o respectivo trânsito em julgado, oportunidade em que deverá orientar a Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF de como deve proceder, encaminhando suas conclusões a esta Corte para fins de apreciação da legalidade dessas admissões; III - autorizar a devolução dos autos em exame à SEFIPE, para os devidos fins. O Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO deixou de atuar nos autos, por força do art. 152, I, do RI/TCDF.

Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Conselheiro MANOEL DE ANDRADE. Votaram os Conselheiros RENATO RAINHA, PAULO TADEU e PAIVA MARTINS. Participou a representante do MPJTCDF, Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA. Ausentes a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, e o Conselheiro MÁRCIO MICHEL.

SALA DAS SESSÕES, 05 de Março de 2020

Sandro Cunha Coelho
Secretário das Sessões Substituto

Manoel Paulo de Andrade Neto
Presidente da sessão



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA DAS SESSÕES

Ofício nº 1647/2020-GP

Brasília-DF, 13 de Março de 2020

Senhor Diretor-Geral,


Em conformidade com o art. 5º da Portaria-TCDF nº 7/2017, c/c o art. 1º da Portaria-TCDF nº 419/2018, publicada no DODF de 31.12.18, cumpre-me dirigir a Vossa Senhoria para encaminhar o(s) processo(s) abaixo relacionado(s), bem como cópia da(s) decisão(ões) a ele(s) vinculada(s), aprovada(s) na Sessão Ordinária nº 5198, realizada em 05/03/2020, para que sejam adotadas, por essa Jurisdicionada, as providências pertinentes:

PROCESSOS	DECISÕES
GDF 40002240/2000	637/2020
GDF 52001015/2000	637/2020

Na oportunidade, informo que o(s) documento(s) relacionado(s) ao mencionado processo, quando disponível(is) para consulta, encontra(m)-se no endereço eletrônico do TCDF, <http://www.tc.df.gov.br/>, pesquisando processo pelo número, na aba "Peças".

Informo, ainda, que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush (www.tc.df.gov.br - Espaço do Cidadão - Acompanhamento por e-mail).

Atenciosamente,


João Batista Pereira De Souza
Secretário das Sessões

Ao Senhor
ROBSON CÂNDIDO DA SILVA
Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF
Brasília - DF

tamara



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
Direção-Geral da Polícia Civil
Departamento de Gestão de Pessoas

Despacho - PCDF/DGPC/DGP

Brasília-DF, 20 de março de 2020.

De ordem,

À **DIAP/DGP** para providências quanto à Decisão nº 637/2020 - TCDF (37375085), encaminhada pelo Ofício nº 1.647/2020 - GP/TCDF (37375184). Os processos físicos mencionados no referido ofício serão enviados via protocolo.

MATEUS AVILA AFONSO DE ALMEIDA

Assessor



Documento assinado eletronicamente por **MATEUS AVILA AFONSO DE ALMEIDA - Matr.0075895-7, Assessor(a) do Departamento de Gestão de Pessoas**, em 20/03/2020, às 12:59, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **37376750** código CRC= **E67AE262**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SPO, Lote 23, conjunto A, Edifício Sede da Direção Geral, Térreo, Complexo da PCDF - Bairro SPO - CEP 70610-907 - DF
3207-4130

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 37376750



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Aposentadorias e Pensões

Despacho - PCDF/DGPC/DGP/DIAP

Brasília-DF, 20 de março de 2020.

Senhora Diretora da DICAD,

Por trata-se de processo de admissões, encaminho a Vossa Senhoria o presente procedimento para conhecimento e deliberação.

TERESA ZARO

Diretora da Divisão de Aposentadorias e Pensões



Documento assinado eletronicamente por **TERESA ZARO - Matr.0077443-X, Diretor(a) Divisão de Aposentadorias e Pensões**, em 20/03/2020, às 13:25, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **37378084** código CRC= **E65CCF5C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SPO, Lote 23, conjunto A, Edifício Sede da Direção Geral, Térreo, Complexo da PCDF - Bairro SPO - CEP 70610-907 - DF
3207-4158

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 37378084



GES/CAD/XGN/641 - CADHIS62

311 - POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

PAG. 1

DATA HORA
24/03/2020 16:19

SISTEMA UNICO DE GESTAO DE RECURSOS HUMANOS

REFERENCIA: MARCO /2020

RELACAO DE HISTORICOS/EMPREGADOS (POR ORDEM DE DATA DE REGISTRO)

=====

ORGAO EXPEDIDOR : POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

NOME SERVIDOR : ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR MATRICULA : 0058615-3
CARGO EFETIVO : AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA CLASSE/PADRAO : NI ES
REGIME JURIDICO : QUADRO PERMANETENTE TIPO DE SERVIDOR : APOSENTADO ESTATUTARIO
EXERCICIO : 28/09/1999 POSSE/ADM : 28/09/1999

HISTORICO: 88 - HISTORICO DE GESTAO

MOTIVO : 001 ADMISSAO / NOMEACAO

SEQUENCIA : 00001

DESCRICAO :

NOMEADO PARA O CARGO DE AGENTE PENITENCIARIO, 2a CLASSE, PADRAO I, TENDO TOMA DO POSSE EM 28.09.99 E ENTRADO EM EXERCICIO EM 28.09.99.

(*) CANDIDATO NOMEADO POR FORCA DE DETERMINACAO JUDICIAL

DOCUMENTO : DECRETO DE 24.09.99

DATA VIGENCIA : 28/09/1999 COD.FUNDAMENTO : 000 EF. SUSPENSIVO: NAO PUBLICACAO : DODF 186 DE 27.09.99

OBSERVACAO :

PADRAO : PC-01

MOTIVO : 001 ADMISSAO / NOMEACAO

SEQUENCIA : 00002

DESCRICAO :

O CARGO DE AGENTE PENITENCIARIO QUE COMPOEM A CARREIRA DE POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL PASSA A SER DENOMINADO AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA, CONFORME ARTIGO 1o, DA LEI No. 13.064 DE 30/12/2014, COM VIGENCIA A PARTIR DA PUBLICACAO.

DOCUMENTO : LEI No. 13.064 DE 30/12/2014

DATA VIGENCIA : 31/12/2014 COD.FUNDAMENTO : 000 EF. SUSPENSIVO: NAO

OBSERVACAO :

PADRAO : PC-01

PUBLICACAO : DIARIO OFICIAL DA UNIAO DE 31/12/2014

MOTIVO : 016 CONCESSAO DE APOSENTADORIA

SEQUENCIA : 00001

DESCRICAO :

CONCEDIDO APOSENTADORIA NO CARGO EFETIVO DE AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA, CLASSE ESPECIAL, DA CARREIRA DA PCDF, NOS TERMOS DO ART.1o, INC.II, ALINEA "A", DA LC No 51, DE 20.02.1985, COM REDACAO DADA PELA LC No 144, DE 15.05.2014, C/C O ARTIGO 4o, PARAGRAFOS 3o E 4o DA CRFB, COM REDACAO DADA PELA EC No 20/1998, E COM OS ARTIGOS 3o E 7o DA EC No 41/2003.

PROCESSO No 00052-0006809/2019-21 SEI

DOCUMENTO : PORTARIA DE 24.05.2019

PUBLICACAO : DODF No 098 DE 27.05.2019



GES/CAD/XGN/641 - CADHIS62 311 - POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL PAG. 2

DATA 24/03/2020 HORA 16:19
REFERENCIA: MARCO /2020

SISTEMA UNICO DE GESTAO DE RECURSOS HUMANOS

RELACAO DE HISTORICOS/EMPREGADOS (POR ORDEM DE DATA DE REGISTRO)
=====

ORGAO EXPEDIDOR : POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

NOME SERVIDOR : ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR MATRICULA : 0058615-3
CARGO EFETIVO : AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA CLASSE/PADRAO : NI ES
REGIME JURIDICO : QUADRO PERMANETENTE TIPO DE SERVIDOR : APOSENTADO ESTATUTARIO
EXERCICIO : 28/09/1999 POSSE/ADM : 28/09/1999

HISTORICO: 88 - HISTORICO DE GESTAO

DATA VIGENCIA : 27/05/2019 COD.FUNDAMENTO : 000 EF. SUSPENSIVO: NAO PADRAO : PC-01
OBSERVACAO :

MOTIVO : 038 RESULTADO FINAL/CLASSIFICACAO

SEQUENCIA : 00001

DESCRICAO :

HABILITADO EM CONCURSO PUBLICO, EDITAL NORMATIVO 1-PC/AGP/CESPE DE 23/9/98, P
PUBL. DODF 184 DE 28/9/98 E EDITAL DE RESULTADO FINAL 18/98-PC-AGP/CESPE DE 1
7/6/99, PUBL DODF 117 DE 21/6/99 E 19-PC/AGP/CESPE DE 24/06/99, PUBL DODF 121
DE 25/06/99, RETIF PELO EDITAL 20-PC-AGP/CESPE DE 5/8/99, REPUBL DODF 152 DE
9/8/99. CLASSIFICADO EM 182o LUGAR

(*) CANDIDATO NOMEADO POR FORCA DE DETERMINACAO JUDICIAL

DOCUMENTO : DECRETO DE 24/9/99

DATA VIGENCIA : 28/09/1999 COD.FUNDAMENTO : 000 EF. SUSPENSIVO: NAO PUBLICACAO : DODF 186 DE 27/09/99

OBSERVACAO : CLASSIFICADO EM 182o LUGAR PADRAO : PC-01

MOTIVO : 051 ACOES JUDICIAIS

SEQUENCIA : 00001

DESCRICAO :

TRATA-SE DE MANDADO DE SEGURANCA QUE MANTEM OS SERVIDOR(S) NO CARGO ATE QUE SO
BREVENHA O JULGAMENTO DEFINITIVO DO RESP 884.581/DF, EM TRAMITE NO STJ. ACOMP
ANHAR ANDAMENTO PROCESSUAL.EDcl NO AGRg NOS EREsp 884.581/DF JULGADO EM 12/05/2011 PELA CORTE ESPECIAL D
O STJ, DECISAO POR UNANIMIDADE REJEITOU OS EMBARGOS DE DECLARACAO. AGRAVO RE
GIMENTAL NAO PROVIDO.

DOCUMENTO : MANDADO DE SEGURANCA 25.554/DF PUBLICACAO : 28/05/2008

DATA VIGENCIA : 12/05/2011 COD.FUNDAMENTO : 000 EF. SUSPENSIVO: NAO PADRAO : PC-01

OBSERVACAO :



GES/CAD/XGN/641 - CADHIS62

311 - POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

PAG. 3

DATA HORA
24/03/2020 16:19

SISTEMA UNICO DE GESTAO DE RECURSOS HUMANOS

REFERENCIA: MARCO /2020

RELACAO DE HISTORICOS/EMPREGADOS (POR ORDEM DE DATA DE REGISTRO)
=====

ORGAO EXPEDIDOR : POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

NOME SERVIDOR : ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR
CARGO EFETIVO : AGENTE POLICIAL DE CUSTODIA
REGIME JURIDICO : QUADRO PERMANETENTE
EXERCICIO : 28/09/1999MATRICULA : 0058615-3
CLASSE/PADRAO : NI ES
TIPO DE SERVIDOR : APOSENTADO ESTATUTARIO
POSSE/ADM : 28/09/1999

HISTORICO: 88 - HISTORICO DE GESTAO

MOTIVO : 051 ACOES JUDICIAIS

SEQUENCIA : 00002

DESCRICAO :
ENCAMINHADO COPIA DO ACORDAO FAVORAVEL AO DF, AINDA PASSIVEL DE RECURSO, PRO
LATADO PELO CONSELHO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITORIOS, O QUAL DENEGOU A SEGURANCA IMPETRADA PELO SERVIDOR QUE REQUEREU
O RECONHECIMENTO DA ESTABILIDADE DA RELACAO ENTRE AS PARTES, CONSIDERANDO A
NOMEACAO, POSSE E EXERCICIO NO CARGO DE AGENTE PENITENCIARIO DO DISTRITO
FEDERAL, OCORRIDA EM 2001, COMO CONSOLIDADA E IRREVERSIVEL.DOCUMENTO : OFICIO 10306/2012 - PROPS
DATA VIGENCIA : 16/10/2012 COD.FUNDAMENTO : 000 EF. SUSPENSIVO: NAO PADRAO : PC-01
OBSERVACAO : POR JACKMARY - 58.175--5

PUBLICACAO : MANDADO SEGURANCA N 2011.00.2.0020835-5



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS**



OFÍCIO

Nº 3312/2013-DGP

Protocolo nº 1306/2013 - DGPC

Ref.: Ofício nº 14226/2013-PROPE/PGDF

Brasília-DF, 02 de dezembro de 2013.

Urgente

Senhor Consultor,

Informo que em 19.11.2013 foi recebido neste Departamento o Ofício nº 14226/2013 – PROPE (cópia anexa), expedido pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, no qual consta a orientação de que, em face da inexistência de decisão judicial que ampare a permanência dos servidores ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR, Agente Penitenciário, matrícula nº 58.615-3; ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES, Agente Penitenciário, matrícula nº 58.611-0; JANE EYRE OLIVEIRA SANTANA DA SILVA, Agente Penitenciário, matrícula nº 58.818-0 e FLAVIO SANTOS E SILVA, Agente Penitenciário, matrícula nº 58.815-6, nesta Instituição, os mesmos devem ser exonerados.

Os servidores acima elencados ingressaram com ações judiciais em decorrência de suas reprovações em exame psicotécnico no certame para o cargo de agente penitenciário regulado pelo Edital Normativo nº 1-PC/AGP/CESPE de 23.09.1998, para assegurar-lhes a permanência no concurso e posterior nomeação e posse.

Por intermédio de decisão judiciais, os servidores ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR e ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES foram nomeados para o cargo de agente penitenciário em 27.09.1999 (DODF nº 186/99) e os servidores JANE EYRE OLIVEIRA SANTANA DA SILVA e FLAVIO SANTOS E SILVA foram nomeados em 03.09.2001 (DODF nº 170/2001).

Excelentíssimo Senhor
PAULO MACHADO GUIMARÃES
Consultor Jurídico do Distrito Federal
CONSULTORIA JURÍDICA DO DISTRITO FEDERAL

NESTA
EGPP/GAB

NDCA/SUAG/CACI	
Recebido Em	02/12/13 às 14:55
Rubrica	857130
	Matricula

Ivone Casimiro S. Rossetto
Diretora do DGP/PCDF
Mat.: 35.194-6



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS**



Contudo, os servidores não lograram êxito no julgamento final das respectivas ações judiciais, e assim, no ano de 2011 impetraram mandados de segurança individuais, com vistas à manutenção em seus cargos, estando atualmente as ações em trâmite no Superior Tribunal de Justiça, fato este comunicado à Procuradoria-Geral do Distrito Federal mediante o Ofício nº 3007/2013 – DGP, de 30.10.2013, cópia anexa, no qual foram solicitados esclarecimentos se, *in casu*, configura-se prudente aguardar o deslinde das ações judiciais.

Tal consulta se tornou necessária pois eventual exoneração geraria consequências gravíssimas, sobretudo diante do caráter alimentar de suas remunerações. Aliado a este fato, os servidores aguardam provimento jurisdicional acerca da controvérsia, e assim, qualquer decisão a ser tomada em seu trâmite será de cunho provisório, pois a decisão final caberá ao Poder Judiciário.

Foi ressaltado ainda que, já havia sido dado provimento ao Recurso Ordinário interposto pelo servidor EFIGÊNIO RAMOS DA ABADIA, que se encontra em situação análoga aos demais (também nomeado em 27.09.1999), sendo assegurada a sua efetivação no cargo ocupado, cujo acórdão, publicado no Diário da Justiça Eletrônico de 05.09.2013, cópia anexa, restou assim redigido:

“No presente caso, o recorrente encontra-se no exercício do cargo de Agente Penitenciário da Polícia Civil do Distrito Federal há mais de 13 anos, o que, por si só, revela a extensão das consequências da reversão, a esta altura, do autor à situação anterior à sua investidura, impondo não apenas um recuo de 13 anos em seu status profissional, mas também um retrocesso na sua vida, com os mais variados desdobramentos. (...)

4. Ademais, neste caso, não é nada recomendável, do ponto de vista do interesse público, que uma pessoa que já se encontra trabalhando desde 1999, sem que haja qualquer indício de que exerça seu trabalho de maneira insatisfatória, seja abruptamente dali desalojada e sofra uma drástica modificação na sua situação profissional, econômica e moral, com consequências irreversíveis.

5. Recurso Ordinário provido para assegurar o direito líquido e certo do recorrente de efetivação da posse no cargo ocupado.”

Observa-se do julgado que dentre outras razões a embasar o provimento do recurso, foi assinalado que exerce o cargo desde o ano de 1999.

Situação análoga ocorre com os servidores ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR e ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES, nomeados em 1999, ou seja, ocupam seus cargos há mais de 14 (quatorze) anos, e, com os servidores JANE EYRE OLIVEIRA SANTANA DA SILVA e FLAVIO SANTOS E SILVA, nomeados no ano de 2001, há mais de 12 (doze) anos.

No acórdão foi apontado ainda que uma exoneração incorreria em *“drástica modificação na sua situação profissional, econômica e moral, com consequências irreversíveis”*.

No entanto, a PGDF por intermédio do Ofício nº 13063/2013, asseverou que, com exceção do servidor EFIGÊNIO RAMOS DA ABADIA, os demais deveriam ser exonerados, informação ratificada pelo Ofício nº 14226/2013.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS**



Do teor dos ofícios referenciados, este Departamento procedeu à notificação dos servidores, com o fito de que não tomassem conhecimento de suas exonerações por intermédio de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

Irresignados, e, estando as respectivas ações judiciais com os autos conclusos para julgamento há algum tempo, os servidores protocolizaram petições comunicando o dano grave que a demora da decisão judicial estaria causando, sobretudo diante da exoneração orientada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

Destarte, em 04.11.2013, por julgamento monocrático do Senhor Ministro Benedito Gonçalves, nos autos do RMS nº 38.535/DF, foi dado provimento ao recurso interposto pela servidora JANE EYRE OLIVEIRA SANTANA DA SILVA, nos seguintes termos:

*"..., Ante o exposto, dou provimento ao recurso em mandado de segurança, para assegurar o direito líquido e certo da recorrente de efetivação da posse no cargo ocupado. Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 04 de novembro de 2013."*

Cabe ressaltar que a decisão transcrita foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico em 25.11.2013, cópia anexa.

De igual forma, em 26.11.2013, o servidor FLAVIO SANTOS E SILVA logrou êxito no recurso em trâmite no STJ sob o nº RMS 40682/DF, ao qual foi dado provimento por decisão de lavra do Senhor Ministro Arnaldo Esteves Lima, *in verbis*:

"..., Ante o exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço do recurso ordinário e dou-lhe provimento para, reformando o acórdão recorrido, conceder a segurança pleiteada pelo recorrente a fim de reconhecer sua estabilidade no cargo de Agente Penitenciário do Distrito Federal. Custas ex lege. Sem condenação em honorários advocatícios."

A decisão foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico da presente data, conforme cópia anexa.

A ação do servidor ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR, distribuída sob o nº 39.644/DF, foi incluída na pauta de julgamento do dia 03.12.2013, conforme despacho prolatado pelo Ministro Relator, extraído do sítio do Tribunal:

"22/11/2013-17:21-PROCESSO RECEBIDO DO GABINETE DO(A) MINISTRO(A) RELATOR(A) COM DESPACHO NOS SEGUINTE TERMOS: "O JULGAMENTO DO PRESENTE RECURSO EVITARÁ O DANO PREVISTO NA PETIÇÃO DE FL. 504/509. INCLUA-SE ESTE RECURSO ORDINÁRIO NA PAUTA DE JULGAMENTOS DA SESSÃO APRAZADA PARA O DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2013."

A pauta de julgamento foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico de 28.11.2013, cópia anexa, cujo julgamento ocorrerá na 1ª Turma, mesmo órgão que julgou a



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS**



ação do servidor EFIGÊNIO RAMOS DA ABADIA, e que possui dentre seus integrantes, os Ministros que julgaram as ações dos servidores JANE EYRE OLIVEIRA SANTANA DA SILVA e FLAVIO SANTOS E SILVA, aos quais foi dado provimento aos recursos interpostos.

No tocante à servidora ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES, foi interposta Medida Cautelar em 20.11.2013 (MC 22013/DF), a qual se encontra com os autos conclusos para julgamento desde a sua distribuição, conforme andamento processual extraído do sítio do Tribunal, em anexo.

Pelo exposto, considerando que os atos de nomeação e exoneração dos servidores integrantes da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal são de competência do Chefe do Poder Executivo, e ainda, que a questão em comento encontra-se submetida ao crivo do Poder Judiciário, submeto o presente expediente para ulterior encaminhamento ao Gabinete do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal.

IVONE CASIMIRO DA SILVEIRA ROSSETTO
Diretora



DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA DE PESSOAL
SAM, BLOCO I, ED. SEDE DA PGDF, CEP 70620-000

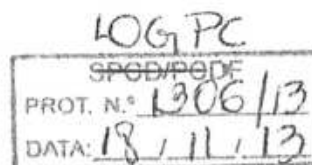


Ofício nº 14226 /13 – PROPES

Brasília, 12 de novembro de 2013.

Ref.: Ação Ordinária nº 2003.01.1.014862-9

Autor: ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR (CPF:431.402.031-87) e outros



Senhor Diretor,

Em resposta ao Ofício nº 3007/2013-DGP, de 30 de outubro de 2013, informo que, face da inexistência de decisão judicial que ampare a permanência dos autores naquela Corporação, deve ser cumprida a orientação contida no Ofício nº 13063/13 – PROPES, sob pena de eventual responsabilização de autoridade que descumprir decisão transitada em julgado.

Atenciosamente,

FÁBIO OLIVEIRA LEITE

Procurador-Coordenador de Pessoal de Segurança Pública Substituto

Ao Senhor

Diretor do Departamento de Gestão de Pessoas da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF

N E S T A

AS 002.227/2003 ECFR



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS



OFÍCIO

Nº 3.007/2013-DGP

Protocolo nº 1306/2013 - DGPC

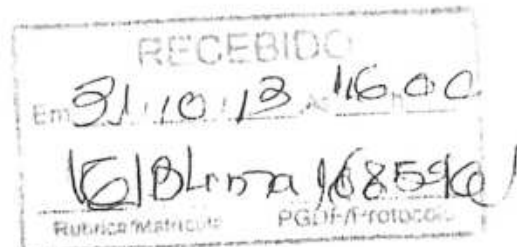
Brasília-DF, 30 de outubro de 2013.

Ref.: **Ação Ordinária nº 2003.01.1.014862-9**

Autores: Eliel Flores Roriz Júnior e outros

SEAF
Recabido: 01/11/2013
Ass. nº 2227/03
Procurador(a) Renato Bual
☐ Titular
☒ Amicus
☐ Outros

Senhor Procurador,



dequano

Em resposta ao contido no Ofício nº 13063/13-DGPC, apresento as seguintes asseverações:

Conforme informado no Ofício nº 2808/2013-DGP, os servidores
ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR, Agente Penitenciário, matrícula nº 58.615-3;
ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES, Agente Penitenciário, matrícula nº 58.611-0; JANE
EYRE OLIVEIRA SANTANA DA SILVA, Agente Penitenciário, matrícula nº 58.818-0 e
FLAVIO SANTOS E SILVA, Agente Penitenciário, matrícula nº 58.815-6, impetraram
mandados de segurança individuais, com vistas à manutenção em seus cargos, estando
atualmente as ações em trâmite no Superior Tribunal de Justiça, com os autos conclusos ao
Ministro Relator.

Destarte, o servidor EFIGÊNIO RAMOS DA ABADIA, Agente Penitenciário, matrícula nº 58.623-4, o qual também integrava o pólo ativo da ação em epígrafe, de igual forma impetrou mandado de segurança no ano de 2011, tendo logrado êxito no Recurso Ordinário interposto ao Superior Tribunal de Justiça, cujo acórdão restou assim redigido:

"No presente caso, o recorrente encontra-se no exercício do cargo de Agente Penitenciário da Polícia Civil do Distrito Federal há mais de 13 anos, o que, por si só, revela a extensão das consequências da reversão, a esta altura, do autor à situação anterior à sua investidura, impondo não apenas um recuo de 13 anos em seu status profissional, mas também um retrocesso na sua vida, com os mais variados desdobramentos. (...)"

4. Ademais, neste caso, não é nada recomendável, do ponto de vista do interesse público, que uma pessoa que já se encontra trabalhando desde 1999, sem que haja qualquer indicio de que exerça seu trabalho de maneira insatisfatória, seja abruptamente dali desalojada e sofra uma drástica modificação na sua situação profissional, econômica e moral, com consequências irreversíveis.

5. Recurso Ordinário provido para assegurar o direito líquido e certo do recorrente de efetivação da posse no cargo ocupado."

Senhor

ETH CORDEIRO DE AGUIAR

Procurador-Coordenador de Pessoal de Segurança Pública

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

NESTA

GAB/EGPP

Ivone Casimiro S. Rossett
Diretora do DGP/PCDF
Mat.: 35.194-6



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS**



Observa-se do julgado que dentre outras razões a embasar o provimento do recurso, foi assinalado que exerce o cargo desde o ano de 1999.

Situação análoga ocorre com os servidores ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR e ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES, nomeados em 1999, ou seja, ocupam seus cargos há mais de 14 (quatorze) anos, e, com os servidores JANE EYRE OLIVEIRA SANTANA DA SILVA e FLAVIO SANTOS E SILVA, nomeados no ano de 2001, há mais de 12 (doze) anos.

No aludido acórdão foi apontado ainda que uma exoneração incorreria em *“drástica modificação na sua situação profissional, econômica e moral, com consequências irreversíveis”*.

Com efeito, eventual exoneração geraria consequências gravíssimas, sobretudo diante do caráter alimentar de suas remunerações. Aliado a este fato, estamos diante de servidores que aguardam provimento jurisdicional acerca da controvérsia, e assim, qualquer decisão a ser tomada em seu trâmite será de cunho provisório, pois a decisão final caberá ao Poder Judiciário.

Sob o prisma previdenciário, eventual exoneração ocasionaria em implicação irreversível, visto que, ante a inexistência da contribuição e do efetivo exercício, geraria suspensão na contagem de tempo de serviço para a aposentadoria. A título exemplificativo, para um dos servidores em comento, restam apenas 3 (três) anos para a concessão de aposentadoria, visto que por ser oriundo da Polícia Militar do Distrito Federal, já possui os 20 (vinte) anos de atividade estritamente policial a que se refere a LC nº 51/85.

Sendo assim, estando a questão ainda submetida ao Poder Judiciário, solicito os bons préstimos de Vossa Senhoria no sentido de prestar esclarecimentos se, *in casu*, configura-se prudente aguardar o deslinde das ações judiciais.

Atenciosamente,

IVONE CASIMIRO DA SILVEIRA ROSSETTO
Diretora



DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA DE PESSOAL



Ofício nº 13063 /13 – PROPES

Brasília, 14 de outubro de 2013.

Ref.: Ação Ordinária nº 2003.01.1.014862-9

Autores: ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR(CPF/MF nº 431.402.031-87),
EFIGÊNIO RAMOS D'ABADIA(CPF/MF nº 278.588.201-68),
ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES(CPF/MF nº 455.410.001-49),
JANE EYRE OLIVEIRA SANTANA DA SILVA(CPF/MF nº
579.270.901-78) E FLÁVIO SANTOS E SILVA(CPF/MF nº
479.319.901-10)

URGENTE!

Senhor Diretor-Geral,

Em atenção ao Ofício nº 2.808/2013-DGP, cumpre esclarecer que, à exceção do autor *EFIGÊNIO RAMOS D'ABADIA*, não há decisão judicial a garantir a permanência dos autores *ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR*, *ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES*, *JANE EYRE OLIVEIRA SANTANA DA SILVA* e *FLÁVIO SANTOS E SILVA* na PCDF, razão pela qual orientamos essa Corporação a excluir esses quatro autores de seus quadros.

Atenciosamente,



ETH CORDEIRO DE AGUIAR
Procurador-Coordenador de Pessoal de Segurança Pública

A Sua Excelência o Senhor
DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DF
NESTA

A.S. 2227/2003
dcbf

Dúvidas, ligar para: 3325-3412 – 3325-3313

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 38.699 - DF (2012/0158233-2)

RELATOR : MINISTRO ARI PARGENDLER
R.P/ACÓRDÃO : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : EFIGÊNIO RAMOS DA ABADIA
ADVOGADA : RENATTA LIMA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADORA : PATRÍCIA LYRIO ASSREUY E OUTRO(S)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE AGENTE PENITENCIÁRIO DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL. CANDIDATO REPROVADO EM EXAME PSICOTÉCNICO QUE PERMANECEU NO CERTAME POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL. EXERCÍCIO DO CARGO HÁ MAIS DE 12 ANOS. CONSUMAÇÃO DA SITUAÇÃO JURÍDICA COLMATADA *EX OPE TEMPORIS*. DIREITO LÍQUIDO E CERTO À PERMANÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO. RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.

1. A teor do disposto nos arts. 37, II e 206, V da Constituição Federal, o ingresso no serviço público está sujeito à prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

2. Contudo, considerando as peculiaridades do caso concreto e diante da primazia da segurança jurídica nas relações de Direito Público, em contraste com a aplicação pura e simples do princípio da legalidade, é salutar que se assegure a manutenção de situações jurídicas colmatadas *ex ope temporis*, ainda que o ingresso no serviço público tenha ocorrido ao abrigo de uma tutela judicial.

3. No presente caso, o recorrente encontra-se no exercício do cargo de Agente Penitenciário da Polícia Civil do Distrito Federal há mais de 13 anos, o que, por si só, revela a extensão das consequências da reversão, a esta altura, do autor à situação anterior à sua investidura, impondo não apenas um recuo de 13 anos em seu status profissional, mas também um retrocesso na sua vida, com os mais variados desdobramentos.

4. Ademais, neste caso, não é nada recomendável, do ponto de vista do interesse público, que uma pessoa que já se encontra trabalhando desde 1999, sem que haja qualquer indício de que exerça seu trabalho de maneira insatisfatória, seja abruptamente dali desalojada e sofra uma drástica modificação na sua situação profissional, econômica e moral, com consequências irreversíveis.

5. Recurso Ordinário provido para assegurar o direito líquido e certo do recorrente de efetivação da posse no cargo ocupado.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da PRIMEIRA Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, Prosseguindo o julgamento, após o voto-vista do Sr. Ministro Benedito Gonçalves, por maioria, vencidos os Srs. Ministros Relator e Sérgio Kukina, dar provimento ao recurso ordinário em mandado de segurança, nos termos do voto do Sr. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, que lavrará o acórdão.

Votaram com o Sr. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho os Srs. Ministros Arnaldo Esteves Lima e Benedito Gonçalves (voto-vista).

Brasília/DF, 07 de maio de 2013 (Data do Julgamento).

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR



Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA nº 38535 - DF (2012/0142454-2)

RELATOR : MIN. BENEDITO GONÇALVES

RECORRENTE : JANE EYRE OLIVEIRA SANTANA DA SILVA

ADVOGADA : RENATTA LIMA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

RECORRIDO : DISTRITO FEDERAL

PROCURADOR : ROGÉRIO MARINHO LEITE CHAVES E OUTRO(S)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. AGENTE PENITENCIÁRIO DA POLÍCIA CIVIL. CONSOLIDAÇÃO DA POSSE EM CARGO PÚBLICO OCUPADO, DIANTE AS PECULIARIDADES DO CASO. PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto por Jane Eyre Oliveira Santana da Silva contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim ementado (fls. 244):

AGRAVO REGIMENTAL - INDEFERIMENTO DA INICIAL DO MANDADO DE SEGURANÇA IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO - CONSOLIDAÇÃO DA POSSE EM CARGO PÚBLICO PELA TEORIA DO FATO CONSUMADO - REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO INDEFERIDO - AÇÃO JUDICIAL PARALELA PENDENTE DE JULGAMENTO.

1) O art. 267 do Código de Processo Civil estabelece a regra geral de que o processo será extinto sem resolução de mérito "quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual (inciso VI).

2) É juridicamente impossível o pedido de perpetuação no cargo público ocupado precariamente em razão de uma decisão liminar, posteriormente revogada, em face da disposição do art. 37, II, da Constituição Federal. A Teoria do Fato Consumado não torna possível o pedido, sobretudo quanto em trâmite outra ação judicial, que tem por objeto justamente a posse do postulante.

3) Negado provimento ao agravo regimental.

Os embargos de declaração foram rejeitados, conforme ementa de fl. 269.

Em suas razões, o recorrente aduz que o acórdão recorrido, ao indeferir a petição inicial, invocando fundamentos de mérito, acabou por violar o disposto nos artigos 5º, LV, XXXV e XXXVI, e 37, II, da CF, 267 do CPC, 10 da Lei 12.016/2009, eis que é juridicamente possível o pedido de aplicação da teoria do fato consumado no âmbito da via mandamental eleita. Sob esse contexto, defende que que o recurso deve ser provido o recurso para determinar ao TJDF o examine a matéria como entender de direito.

Alternativamente, considerando a natureza do recurso ora analisado e o fato do Tribunal de origem ter se manifestado sobre mérito, requer a concessão da segurança pleiteada, em face dos princípios da confiança legítima, boa fé e da dignidade da pessoa humana e do transcurso do tempo da nomeação e posse, ocorridos há mais de 10 anos. Defende que os requisitos exigidos para o cargo foram plenamente preenchidos pela recorrente, uma vez que o único óbice tido como ausente, a inaptidão psicológica, já convalesceu pelo longo tempo em que se encontra em exercício e pelo fato de que o segundo teste já foi realizado e atestou a capacidade psicológica da servidora.

Superior Tribunal de Justiça

Acrescenta que o STJ tem aplicado a teoria do fato consumado em situações singulares, como forma de realizar justiça no caso concreto.

Por fim, registra o seguinte (fls. 295):

Alguns fatos não merecem ser ignorados por esse Egrégio Tribunal.

O primeiro, em 1998, quando do concurso público, a impetrante já era Policial Civil do Estado de Goiás, com 04 anos de profissão, tendo optado pela exoneração desse cargo em que era estável, para poder assumir como Agente Penitenciário da Polícia Civil do Distrito Federal, portanto, confiava plenamente que a decisão judicial proferida em caráter liminar por esse TJDF seria confirmada, haja vista que era pacífico o entendimento do próprio tribunal de que o teste psicotécnico aplicado pela PCDF não seguiu os parâmetros exigidos pela lei. Segundo, a autora realizou em juízo novo teste psicológico, no qual foi considerada apta para realizar as funções do cargo; Terceiro, o fato de que durante 10 anos a impetrante foi formada, treinada, testada, experimentada e aprovada pela Polícia do Distrito Federal.

Sem contrarrazões (certidão de fls. 464).

O MPF opinou pelo não provimento do recurso, nos termos do parecer de fls. 475/483.

É o relatório. Decido.

O recurso merece prosperar.

Não se desconhece que a jurisprudência do STJ tem se firmado no sentido de que a teoria do fato consumado não se aplica para resguardar situações precárias, notadamente aquelas obtidas por força de liminar. Precedentes: AgRg no RMS 37.650/BA, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 14/10/2013; AgRg no REsp 734.638/RJ, Rel. Min. Alderita Ramos de Oliveira (Des. Convocada do TJ/PE), Sexta Turma, DJe 07/05/2013; AgRg no REsp 1.214.953/MS, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 25/03/2013; EDcl no AgRg no REsp 1.251.123/RJ, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 14/03/2013; REsp 1.326.690/MS, Rel. Min. Diva Malerbi (Des. Convocada TRF 3ª Região), Segunda Turma, DJe 13/03/2013; AgRg nos EDcl no REsp 1.331.012/MS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 13/03/2013; AgRg no AREsp 144.940/PE, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 29/05/2012).

Contudo, tal entendimento vem sendo flexibilizado por esta Corte em casos singulares, como forma de realizar justiça no caso concreto, consoante se extrai dos seguintes precedentes:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. CONCURSO PÚBLICO: CONTINUIDADE NO CERTAME POR FORÇA DE LIMINAR. APROVAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO DESDE 1996. ANULAÇÃO DO ATO DE NOMEAÇÃO. PRECEDENTES DA PRIMEIRA SEÇÃO. SITUAÇÃO JURÍDICA CONSOLIDADA - RECONHECIMENTO EXCEPCIONAL - SEGURANÇA CONCEDIDA.

1. Candidato a concurso público, aprovado, nomeado e empossado por força de liminar em mandado de segurança.

2. Com a segurança denegada por sentença transitada em julgado, catorze anos depois da posse e quatro anos do trânsito em julgado, foi tornada sem efeito a nomeação sem processo, defesa ou contraditório.

3. A Primeira Seção, por ocasião do julgamento do Mandado de Segurança nº 15.470/DF (Rel. Ministro LUIZ FUX, Rel. p/ Acórdão Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/03/2011, DJe 24/05/2011), em situação análoga, entendeu ser necessário para tornar sem efeito a nomeação, procedimento administrativo assegurando-se ampla defesa e contraditório. Afastada a Teoria do Fato Consumado. Precedentes.

4. **Avanço maior da jurisprudência para contemplar, em definitivo, mas de forma excepcionalíssima, a situação fática consolidada.**

Superior Tribunal de Justiça

5. Segurança concedida, para anular o ato administrativo (MS 15.471/DF, Rel. Min. ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 02/08/2013)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO PARA AGENTE DA POLÍCIA FEDERAL. **REPROVAÇÃO NO TESTE PSICOTÉCNICO. PROSSEGUIMENTO NO CERTAME. DIREITO RECONHECIDO EM OUTRA AÇÃO, COM TRÂNSITO EM JULGADO. ÊXITO EM CURSO DE FORMAÇÃO, POSSE NO CARGO E EFETIVO EXERCÍCIO HÁ MAIS DE 10 ANOS. APLICAÇÃO DA TEORIA DO FATO CONSUMADO. EXCEPCIONALIDADE.** AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS NOVOS CAPAZES DE INFIRMAR A DECISÃO AGRAVADA.

Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1082014/CE, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 18/02/2013)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. AUDITORES FISCAIS DO TESOUREIRO NACIONAL NO EXERCÍCIO DO CARGO HÁ MAIS DE 10 ANOS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A orientação desta Corte Superior quanto à não consolidação de situação funcional de Servidor empossado em cargo público, ao abrigo de decisão judicial, não se aplica ao caso em exame, pelas suas peculiaridades fáticas (os beneficiários estão no exercício dos cargos há mais de 10 anos), pois, conforme consta do acórdão recorrido, a situação funcional restou definitivamente consolidada pelo decurso do tempo.

2. Há de ser respeitado, em caso assim, o direito dos Servidores, a fim de atingir o equilíbrio entre os princípios da legalidade e da igualdade, o da segurança jurídica e da estabilidade nas relações sociais de Direito Público, de modo a confirmar-se juridicamente uma solução socialmente aceitável; é inegável que Administração Pública pode muito, mas não pode tudo, não podendo, por exemplo, sobrepor-se aos efeitos do tempo ou impedir que o seu decurso inevitável produza resultados que não podem ser ignorados, como se o desfazimento de atos administrativos pudesse devolver às pessoas o tempo pretérito e todas as suas passadas esperanças. Ademais, não se pode imputar aos Servidores a consolidação de tal situação, porquanto a demora é atribuível ao Judiciário ou à própria Administração.

3. O decurso de tempo consolida fatos jurídicos que devem ser respeitados, sob pena de causar à parte desnecessário prejuízo e afronta ao disposto no art. 462 do CPC. Precedentes: REsp. 900.263/RO, Rel. Min. LUIZ FUX, DJU 12.12.2007; REsp. 1.130.985/PR, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 19.02.2010; REsp. 960.816/ES, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJe 12.11.2008; e AgRg no REsp. 1.181.042/RS, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 09.08.2010.

4. Agravo Regimental da UNIÃO FEDERAL desprovido (AgRg no REsp 1205434/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 27/08/2012)

No caso dos autos, a recorrente, após ter sido reprovado no exame psicotécnico para provimento do cargo de Agente Penitenciário da Polícia Civil do Distrito Federal, teve assegurado o seu direito de permanecer no certame por força de decisão judicial, estando no exercício do cargo há mais de 12 (doze) anos. Soma-se a isso o fato de que não há notícia de qualquer comportamento inadequado ou que desabone a recorrente, além de que a questão da avaliação psicológica restou superada em face da renovação da mesma perante o Judiciário, bem

Superior Tribunal de Justiça

como do longo período em que a servidora se encontra investido no cargo.

Diante de tais argumentações, entendo que a consolidação da posse da servidora no cargo público, diante das peculiaridades do caso, afigura-se recomendável, seja porque a situação fática está consolidada no tempo ou porque, mediante a ponderação de valores constitucionais, há de se prestigiar o princípio da segurança jurídica, consubstanciado na proteção à confiança, realizador da idéia de justiça material.

Nesse mesmo sentido, em caso análogo, referente ao mesmo concurso público de agente penitenciário, já se manifestou esta Corte, senão vejamos:

ADMINISTRATIVO. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE AGENTE PENITENCIÁRIO DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL. CANDIDATO REPROVADO EM EXAME PSICOTÉCNICO QUE PERMANECEU NO CERTAME POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL. EXERCÍCIO DO CARGO HÁ MAIS DE 12 ANOS. CONSUMAÇÃO DA SITUAÇÃO JURÍDICA COLMATADA EX OPE TEMPORIS. DIREITO LÍQUIDO E CERTO À PERMANÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO. RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.

1. A teor do disposto nos arts. 37, II e 206, V da Constituição Federal, o ingresso no serviço público está sujeito à prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

2. Contudo, considerando as peculiaridades do caso concreto e diante da primazia da segurança jurídica nas relações de Direito Público, em contraste com a aplicação pura e simples do princípio da legalidade, é salutar que se assegure a manutenção de situações jurídicas colmatadas ex ope temporis, ainda que o ingresso no serviço público tenha ocorrido ao abrigo de uma tutela judicial.

3. No presente caso, o recorrente encontra-se no exercício do cargo de Agente Penitenciário da Polícia Civil do Distrito Federal há mais de 13 anos, o que, por si só, revela a extensão das consequências da reversão, a esta altura, do autor à situação anterior à sua investidura, impondo não apenas um recuo de 13 anos em seu status profissional, mas também um retrocesso na sua vida, com os mais variados desdobramentos.

4. Ademais, neste caso, não é nada recomendável, do ponto de vista do interesse público, que uma pessoa que já se encontra trabalhando desde 1999, sem que haja qualquer indício de que exerça seu trabalho de maneira insatisfatória, seja abruptamente dali desalojada e sofra uma drástica modificação na sua situação profissional, econômica e moral, com consequências irreversíveis.

5. Recurso Ordinário provido para assegurar o direito líquido e certo do recorrente de efetivação da posse no cargo ocupado (RMS 38.699/DF, Rel. Min. Ari Pargendler, Rel. p/ Acórdão Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 05/09/2013)

Ante o exposto, **dou provimento** ao recurso em mandado de segurança, para assegurar o direito líquido e certo da recorrente de efetivação da posse no cargo ocupado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2013.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 40.682 - DF (2013/0012037-2)

RELATOR : MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
RECORRENTE : FLÁVIO SANTOS E SILVA
ADVOGADA : RENATTA LIMA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : RENATO GUANABARA LEAL DE ARAÚJO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto por FLÁVIO SANTOS E SILVA com base no art. 105, II, "b", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios assim ementado (fl. 359e):

MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. PROSSEGUIMENTO NO CERTAME. MEDIDA PRECÁRIA. CASSAÇÃO. TRANSITO EM JULGADO. TEORIA DO FATO CONSUMADO. INAPLICABILIDADE.

A Teoria do Fato Consumado não pode ser aplicada de forma indiscriminada, devendo o julgador ater-se às peculiaridades de cada caso.

Não há como aplicar a Teoria do Fato Consumado a situações sufragadas por medida precária, como no caso onde houve o trânsito em julgado do acórdão que reformou a decisão que havia declarado a ilegalidade o exame psicotécnico, no qual a parte impetrante havia sido reprovada.

Ordem denegada.

Narra o recorrente que desde 2001, por força de decisão judicial, foi nomeado e tomou posse no cargo de Agente Penitenciário do Distrito Federal, tendo exercido esse cargo público por mais de 11 (onze) anos.

Sustenta que seria irrelevante o fato de que a primeira ação judicial – em que discutia a ilegalidade do exame psicotécnico ao qual foi submetido no certame para o referido cargo público –, ter sido julgada improcedente, já com trânsito em julgado da respectiva decisão judicial, pois (fl. 390e):

[...] se não existisse algum vício ou ilegalidade na investidura do ora recorrente, não se pediria prestação Q jurisdicional com fundamento na aplicação da teoria do fato consumado. Portanto, o entendimento do v. acórdão de que a aplicação da Teoria do Fato Consumado dependeria do êxito da ação que discutiu a legalidade do teste psicotécnico, data venia, não merece prevalecer.

Aduz que o pedido formulado no presente *mandamus* não viola a coisa julgada formada naquele outro processo, tendo em vista que (fl. 391e):

[...] o que transitou em julgado foi a legalidade do teste de aptidão psicológica, sendo que a aplicação da teoria do fato consumado ou do princípio da segurança jurídica, com a concessão da ordem não transmutaria em ilegal, teste considerado legal por decisão transitada em julgado.

Superior Tribunal de Justiça

Afirma que "o equívoco no laudo do psicotécnico, até o momento, encontra-se em discussão judicial, uma vez ausente o trânsito em julgado do RESP nº 884.581/DF, em que pese o atual estágio do processo" (fl. 392e).

Segue afirmando que (fl. 393e):

[...] mesmo que se considere a possibilidade de violação a coisa julgada, o que apenas se admite em tese, é possível a flexibilização desse instituto processual, haja vista que não há como visualizar a plenitude da coisa julgada quando esta atenta contra os princípios norteadores da Constituição Federal, no caso a dignidade da pessoa humana, da boa-fé, da razoabilidade e, c tra a realidade social [...]

De acordo com o recorrente, no caso concreto deveria prevalecer o princípio da segurança jurídica, mormente porque compete ao intérprete harmonizar os bens constitucionais em conflito de sorte a solucionar o impasse. Na espécie, seu pedido (fl. 396e):

[...] traz como fundamentos o princípio da segurança jurídica, da proteção da confiança, da boa-fé, da razoabilidade para a convalidação do vício da investidura no serviço público no caso em concreto, após 11 anos de serviços ininterruptos como Agente Penitenciário.

Nesse sentido, a coisa julgada material, que é a legalidade do teste psicológico permaneceria inalterada, íntegra com a concessão da segurança.

Alega que todos os requisitos para o cargo público foram preenchidos, sendo certo que "em juízo o exame psicotécnico, cuja conclusão atestou a aptidão de todos para o exercício do cargo de Agente Penitenciário, conforme laudo em anexo" (fl. 408e).

Assevera, ainda, que a possibilidade de apostilamento de candidatos que ingressaram em Forças Policiais não é uma novidade, citando como exemplo o Decreto Distrital 28.169, de 7/8/07, que efetivou vários Policiais Militares, bem como o Despacho/MJ 312, de 16/12/03, que determinou ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal a regularização de Policiais Federais.

Requer, por fim (fl. 412e):

[...] o conhecimento e PROVIMENTO do recurso ordinário para CONCEDER A SEGURANÇA, ante o inegável preenchimento pelo recorrente dos requisitos exigidos para cargo, após 11 (onze) anos de serviços ininterruptos perante a Polícia Civil do Distrito Federal, bem como com fundamento nos princípios constitucionais da segurança jurídica (proteção da confiança), boa-fé, dignidade da pessoa humana e da razoabilidade, ou, ainda, com base na Teoria do Fato Consumado, conforme precedentes, considerando-se afastada na espécie qualquer violação à coisa julgada, por atentar contra a realidade social.

Contrarrazões às fls. 438/442e.

O Ministério Público Federal, em parecer do Subprocurador-Geral da República MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO, opinou pelo improvimento do recurso ordinário,

Superior Tribunal de Justiça

sob o fundamento de que, segundo a jurisprudência deste Superior Tribunal "é inaplicável a Teoria do Fato Consumado em situações amparadas por medidas de natureza precária, haja vista que no caso em análise, houve o trânsito em julgado da decisão que reconheceu a legalidade do exame psicotécnico, no qual a parte havia sido reprovada" (fls. 457/458e).

Nas petições de fls. 461/489 e 492/513e, o recorrente informa que a Primeira Turma, no julgamento do RMS 38.699/DF, que cuidava de caso análogo ao dos autos, concedeu a segurança pleiteada a fim de reconhecer a aplicação da teoria do fato consumado.

Por sua vez, na petição de fls. 516/525e, aduz que está na eminência de ser exonerado do cargo de Agente Penitenciário do Distrito Federal, razão pela qual requer:

[...] a concessão de tutela antecipada, *inaudita altera pars*, ou de medida liminar, nos termos do §7º do art. 273 do CPC, considerando a urgência no sentido de se evitar o implemento de lesão de difícil reparação, consistente no afastamento do recorrente do cargo que se encontra em exercício por 13 anos, antes do julgamento definitivo do RMS, consequentemente, declarando sem efeito o ato de exoneração, caso o mesmo já tenha sido expedido, em qualquer caso, intimando-se, por email ou fax, a Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas da Polícia Civil do Distrito Federal e a Procuradoria do Distrito Federal, do inteiro teor da decisão para as providências cabíveis no sentido de assegurar o cumprimento da decisão.

É o relatório. Decido.

Impende ressaltar, de início, que ao contrário do que alega o recorrente, a questão envolvendo a legalidade do exame psicotécnico ao qual foi submetido em uma das fases do concurso público já se encontra acobertada pela coisa julgada.

Especificamente no que concerne ao REsp nº 884.581/DF – no qual foi mantida a decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios que extinguiu o feito sem a resolução do mérito, em face da existência de litispendência –, o acórdão transitou em julgado em agosto do corrente ano.

Quanto ao mérito, não se olvida que a questão concernente à chamada Teoria do Fato Consumado é polêmica.

Há de considerar, todavia, que em caso análogo ao dos autos – no qual se discutia a possibilidade de aplicação da chamada Teoria do Fato Consumado para assegurar a permanência do então recorrente no cargo de Agente Penitenciário do Distrito Federal, apesar do trânsito em julgado da decisão que julgou improcedente o pedido de anulação do teste psicotécnico que resultou em sua não recomendação –, esta Corte se manifestou favorável ao pleito do servidor, sob o fundamento de que deveria prevalecer o princípio da segurança jurídica. Por oportuno, confira-se o seguinte precedente:

ADMINISTRATIVO. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE AGENTE PENITENCIÁRIO DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL. CANDIDATO REPROVADO EM EXAME PSICOTÉCNICO QUE PERMANECEU NO CERTAME POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL. EXERCÍCIO DO CARGO HÁ MAIS DE 12 ANOS. CONSUMAÇÃO DA SITUAÇÃO JURÍDICA COLMATADA *EX OPE TEMPORIS*. DIREITO LÍQUIDO E CERTO À PERMANÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO. RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.

1. A teor do disposto nos arts. 37, II e 206, V da Constituição Federal, o ingresso no serviço público está sujeito à prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Superior Tribunal de Justiça

2. Contudo, considerando as peculiaridades do caso concreto e diante da primazia da segurança jurídica nas relações de Direito Público, em contraste com a aplicação pura e simples do princípio da legalidade, é salutar que se assegure a manutenção de situações jurídicas colmatadas ex ope temporis, ainda que o ingresso no serviço público tenha ocorrido ao abrigo de uma tutela judicial.

3. No presente caso, o recorrente encontra-se no exercício do cargo de Agente Penitenciário da Polícia Civil do Distrito Federal há mais de 13 anos, o que, por si só, revela a extensão das consequências da reversão, a esta altura, do autor à situação anterior à sua investidura, impondo não apenas um recuo de 13 anos em seu status profissional, mas também um retrocesso na sua vida, com os mais variados desdobramentos.

4. Ademais, neste caso, não é nada recomendável, do ponto de vista do interesse público, que uma pessoa que já se encontra trabalhando desde 1999, sem que haja qualquer indício de que exerça seu trabalho de maneira insatisfatória, seja abruptamente dali desalojada e sofra uma drástica modificação na sua situação profissional, econômica e moral, com consequências irreversíveis.

5. Recurso Ordinário provido para assegurar o direito líquido e certo do recorrente de efetivação da posse no cargo ocupado. (RMS 38.699/DF, Rel. p/ Ac. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Primeira Turma, DJe 5/9/13)

Dessa forma, mostra-se mais consonante com os princípios da segurança jurídica, da boa-fé e da razoabilidade o reconhecimento de que, em virtude do tempo transcorrido desde que o recorrente tomou posse no cargo público em comento, seja reconhecido a irreversibilidade de sua situação funcional.

Ante o exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, **conheço** do recurso ordinário e **dou-lhe provimento** para, reformando o acórdão recorrido, **conceder a segurança** pleiteada pelo recorrente a fim de reconhecer sua estabilidade no cargo de Agente Penitenciário do Distrito Federal. Custas ex lege. Sem condenação em honorários advocatícios.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2013.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1416 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 27 de Novembro de 2013 Publicação: Quinta-feira, 28 de Novembro de 2013

PRIMEIRA TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Sessão Ordinária

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na Pauta de Julgamentos do dia 03/12/2013, terça-feira, às 14:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma sessão ou sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de pautas já publicadas.

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 37.260/SP (2012/0036070-1)

RELATOR : **Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO**
RECORRENTE : A DE A M
ADVOGADO : FILINTO DE A TEIXEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : PAULA LUTFALLA MACHADO LELLIS E OUTRO(S)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 39.617/MS (2012/0247420-4)

RELATOR : **Ministro BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : ATHENA STOELTZLEN KEFALINOS
ADVOGADO : GUSTAVO PEIXOTO MACHADO E OUTRO(S)
RECORRIDO : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADOR : DENIS C M CASTILHO E OUTRO(S)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 39.635/RJ (2012/0247355-8)

RELATOR : **Ministro BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : FÁBIO ROCHA VERBICÁRIO
ADVOGADOS : NÁYRA MARQUES DOS SANTOS
CÉSAR MOTTA MOREIRA
RECORRIDO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : ALICE BERNARDO VORONOFF E OUTRO(S)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 39.644/DF (2012/0247684-3)

RELATOR : **Ministro ARI PARGENDLER**
RECORRENTE : ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR
ADVOGADA : RENATTA LIMA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : RENATO GUANABARA LEAL DE ARAÚJO E OUTRO(S)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 41.416/PE (2013/0062064-1)

RELATOR : **Ministro BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : ALDA MAGALHÃES DE CARVALHO
ADVOGADO : CARLOS BASTIDE HORBACH
RECORRIDO : VALDECIR FERNANDES PASCOAL
ADVOGADOS : FERNANDO NEVES DA SILVA
MIECIO OSCAR UCHÔA CAVALCANTI FILHO
ALUÍSIO JOSE DE VASCONCELOS XAVIER E OUTRO(S)
RECORRIDO : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORES : LEONARDO JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA
ROBERTO PIMENTEL TEIXEIRA E OUTRO(S)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 41.477/GO (2013/0064657-0)

RELATOR : **Ministro SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : JOÃO DA CRUZ TAVEIRA

STJ - O Tribunal da Cidadania**Processos**

PROCESSO : **MC 22013** UF: **DF** REGISTRO: **2013/0393472-4**
MEDIDA CAUTELAR
AUTUAÇÃO : **20/11/2013**
REQUERENTE : **ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES**
REQUERIDO : **DISTRITO FEDERAL**
RELATOR(A) : **Min. ELIANA CALMON - SEGUNDA TURMA**
ASSUNTO : **DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Servidor Público Civil - Regime Estatutário - Exoneração**
LOCALIZAÇÃO: **Entrada em GABINETE DA MINISTRA ELIANA CALMON em 21/11/2013**

NÚMEROS DE ORIGEM

20110020208416

PARTES E ADVOGADOS

REQUERENTE : **ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES**
ADVOGADO : **JOSÉ JÚLIO DOS REIS E OUTRO(S) - DF022057**
REQUERIDO : **DISTRITO FEDERAL**
PROCURADOR : **AREF ASSREUY JÚNIOR - DF006276**

PETIÇÕES

Não há petições

FASES

20/11/2013 - 19:00 - CONCLUSÃO AO(À) MINISTRO(A) RELATOR(A) - PELA SJD

20/11/2013 - 19:00 - PROCESSO DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO DO PROCESSO 2013/0044172-9 EM 20/11/2013 - MINISTRA ELIANA CALMON - SEGUNDA TURMA

20/11/2013 - 18:16 - PETIÇÃO ORIGINÁRIA PROTOCOLIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2013.

DECISÕES

Não há decisões disponíveis para visualização.

Em caso de dúvidas, fale conosco:
Seção de Informação Processual
(61) 3319-8410
informacao.processual@stj.jus.br



DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA DE PESSOAL
SAM, BLOCO I, ED. SEDE DA PGDF, CEP 70620-000

061

PGDF
PROCURADORIA-GERAL
DO DISTRITO FEDERAL

SPCD/PCDF	
PROT N° 867386/11	
DATA 25.05.17	DGPC

Ofício nº 5469 /2017-PROPE/PGDF

Brasília, 23 de maio de 2017

Ref.: Mandado de Segurança nº 2011.00.2.020835-5
Impetrante: ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR

23/05/17

deontol

A Ass/Dep. para

o fis. em 26.05.17

Senhor(a) Diretor(a),

Sandra de Paula Dias
Assessoria DGP/PCDF
Mat. 31522-2

Em atenção ao Ofício nº 713/2017-DGP/PCDF, sirvo-me do presente para esclarecer que a decisão no TJDF e no STJ foi desfavorável ao Sr. ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR, destacando, ainda, que o feito não transitou em julgado em razão de recurso extraordinário que foi admitido em 26/04/2017 pelo Presidente do STJ, o qual foi interposto pelo autor.

Atenciosamente,

D.

De ordem,

a GEDOC

para arquivos.

Em 26/5/17

Elizabete Gouveia Portugal

Elizabete Gouveia Portugal
Assessora do DGP
Mat 78 280-7

MARIA GORETE COSME

Procuradora-Coordenadora de Pessoal de Segurança Pública

Ao(à) Senhor(a)

DIRETOR(A) DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS DA POLÍCIA CIVIL DO DF

NESTA

A.S. 15922/2011 - dcbf

Dúvidas, ligar para: 3325-3412 – 3325-3313

Encaminhado o Ofício n.º 698/2017-DGP ao TCDF.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS



OFÍCIO

Nº 713/2017 - DGP

Brasília-DF, 12 de maio de 2017.

Protocolo nº 867.386.2011 - DGPC

Ref.: **Mandado de Segurança nº 2011.00.2.20835-5**

Impetrante: *Eliel Flores Roriz Júnior*

SEAPE/PROPS	
Recebido	15 / 05 / 2017
AS nº	159222011
Procedência	Remoto
<input type="checkbox"/> Expediente	
<input checked="" type="checkbox"/> Arquivo	
<input type="checkbox"/> Outros	
Senhora Procuradora,	
<i>Ana</i>	

15/05/2017
15:07
2017

Cumprimentando-a cordialmente, sirvo-me do presente para apresentar as seguintes considerações:

O Ofício nº 4821/2017 – PROPS/PGDF encaminhou “*para ciência e registro, cópia da decisão anexa, favorável ao Distrito Federal, transitada em julgado.*”

Destarte, foi encaminhado o acórdão prolatado pelo Conselho Especial do egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios nos autos da ação em epígrafe no qual foi denegada a segurança de seu pleito de manutenção no cargo de Agente Policial de Custódia, cuja informação contida no ofício aduz que ocorreu o trânsito em julgado de referida decisão.

Cumpre ressaltar que caso em comento é objeto da Decisão nº 611/2017 proferida pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, *in verbis*:

“III – determinar à Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF que, relativamente às seguintes admissões no cargo de Agente Penitenciário, informe ao Tribunal: (...) b) quando ocorrer o trânsito em julgado nas respectivas ações judiciais, indicando se os desfechos foram favoráveis ou não aos demandantes: Eliel Flores Roriz Júnior, TJDFT MS nº 2011.00.2.020835-5 e STJ - RMS nº 39.644/DF;...” (grifo nosso)

Senhora
MARIA GORETE COSME
Procuradora-Coordenadora de Pessoal de Segurança Pública
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

NESTA
GAB/EGPP

Ivone Casimiro S. Rossetto
Diretora do DGP/PCDF
Mat 35 194-6





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS



Assim, considerando a determinação da Corte de Contas foram solicitadas a essa Douta Procuradoria informações referentes à ação judicial do impetrante, cuja resposta foi encaminhada por intermédio do Ofício nº 3726/2017 – PROPES, cópia anexa, nos seguintes termos:

“Em atenção ao Ofício nº 424/2017 – DGP/PCDF, informo que houve prolação de decisão favorável a ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR no RMS 39.644/DF, o qual ainda não transitou em julgado em razão de interposição de recurso extraordinário por parte do impetrante”. (grifo nosso)

Pelo exposto, em vista da necessidade de que sejam prestadas informações ao Tribunal de Contas do Distrito acerca do trânsito em julgado do aludido processo, solicito os bons préstimos de Vossa Excelência no sentido de que sejam ratificados os termos do Ofício nº 4821/2017 – PROPES, ou seja, se ocorreu o término da ação judicial.

Atenciosamente,

IVONE CASIMIRO DA SILVEIRA ROSSETTO
Diretora





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DIREÇÃO-GERAL**



OFÍCIO

Nº 698/2017 - DGP

Protocolo nº 1096386/2013 - DGDOC

Ref.: *Decisão nº 611/2017 – Processo nº 2477/2000*

Brasília, 10 de maio de 2017.

Excelentíssima Senhora Presidente,

Em aditamento ao contido no Ofício nº 525/2017 – DGP e em cumprimento ao item “III-b” da Decisão nº 611/2017, encaminho a essa Colenda Corte cópia do Ofício nº 3726/2017 – PROPES/PGDF, no qual a Procuradoria-Geral do Distrito Federal prestou informações referentes às ações judiciais dos servidores ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR, Agente Policial de Custódia, matrícula nº 58.615-3, ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES, Agente Policial de Custódia Aposentada, matrícula nº 58.611-0 e VANIUCHKA MELLO MARINBONDO VINAGRE, Agente Policial de Custódia, matrícula nº 58.568-8.

Atenciosamente,

ERIC SEBA DE CASTRO
Diretor-Geral

Excelentíssima Senhora

ANILCÉIA LUZIA MACHADO

Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

NESTA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Cadastro

Despacho - PCDF/DGPC/DGP/DICAD

Brasília-DF, 24 de março de 2020.

Ao **GAB/DGP**,

Em atendimento ao Despacho (37376750), objetivando atender quanto ao item "a" da Decisão nº 637/2020-TCDF, no que se refere ao servidor ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR, encaminho a Vossa Senhoria o histórico funcional contendo os registros de nomeação, aposentadoria e ações judiciais (37539220), assim como os ofícios nº 3312/2013-DGP (37549114) e Ofício nº 5469/2017 - PROPES (37549443).

Maria

Marise da Silva Freitas

Diretora da DICAD/DGP



Documento assinado eletronicamente por **MARIA MARISE DA SILVA FREITAS - Matr.0038933-1, Diretor(a) da Divisão de Cadastro**, em 24/03/2020, às 18:09, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **37549591** código CRC= **A8D32F84**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SPO, Conjunto A, Lote 23, Complexo da PCDF, Edifício Direção Geral, Térreo - Bairro Setor Policial Sul - CEP 70610-907 - DF

32074169

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 37549591



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
Departamento de Gestão de Pessoas
Gabinete do Departamento de Gestão de Pessoas

Ofício Nº 51/2020 - PCDF/DGPC/DGP/GAB

Brasília-DF, 26 de março de 2020.

A sua Excelência a Senhora

LUDMILA LAVOCAT GALVÃO VIEIRA DE CARVALHO

Procuradora-Geral do Distrito Federal

Procuradoria Geral do Distrito Federal

Nesta

Referência: Decisão nº 637/2020 - TCDF (37375085)

Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral,

De ordem do Diretor do Departamento de Gestão de Pessoas/PCDF, em busca de empreender cumprimento à Decisão nº 637/2020 - TCDF, solicito o auxílio de V. Ex^a. quanto à determinação do Item II, alínea "a" e as providências que devem ser adotadas por esta Instituição frente à aposentadoria do servidor ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR, bem como sobre, o andamento das ações judiciais (item II, alínea "b") movidas pelas servidoras aposentadas ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES e VANIUCHKA MELLO MARIBONDO VINAGRE e eventuais providências a serem adotadas pela PCDF:

"II – determinar:

a) à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, remeta a este Tribunal de Contas informações sobre a situação do servidor Eliel Flores Roriz Júnior (hoje aposentado no cargo de Agente Policial de Custódia, da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal – fls. 1663 - e admitido em decorrência do Edital nº 1/1998 – PC – AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.1998), especialmente em razão do acórdão proferido pela Corte de Justiça distrital nos autos do MSG nº 2011.00.2.020835-5, mantido pelo Supremo Tribunal Federal - STF mediante decisão exarada nos autos do RE nº 1050340, que transitou em julgado em 08.03.2018 (fls. 1160/1662);

b) à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF que mantenha em acompanhamento as ações judiciais movidas pelas servidoras Roseane de Oliveira Moraes (MSG nº 2011.00.2.020841-6-TJDFT) e Vaniuchka Mello Maribondo Vinagre (Processo nº 2010.01.1.062245-6), Agentes Policiais de Custódia, da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, admitidas em decorrência do Edital nº 1/1998 – PC – AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.1998, até o respectivo trânsito em julgado, oportunidade em que deverá orientar a Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF de como deve proceder, encaminhando suas conclusões a esta Corte para fins de

apreciação da legalidade dessas admissões;

Desde já agradecemos a colaboração e estamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

MATEUS AVILA AFONSO DE ALMEIDA

Assessor



Documento assinado eletronicamente por **MATEUS AVILA AFONSO DE ALMEIDA - Matr.0075895-7, Assessor(a) do Departamento de Gestão de Pessoas**, em 27/03/2020, às 09:22, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **37638096** código CRC= **24F8D904**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SPO, Lote 23, Conjunto A - Térreo - Edifício Sede - Bairro SPO - CEP 70610-907 - DF
(61)3207-4131



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Procuradoria-Geral do Distrito Federal

Despacho - PGDF/GAB

Brasília-DF, 27 de março de 2020.

PARA: Procuradoria-Geral do Contencioso - PGCONT

Procuradoria Especial de Processos dos Tribunais Superiores e Demandas Estratégicas - PROSUP

Senhora Procuradora-Geral Adjunta e Senhora Procuradora-Chefe,

Encaminho a Vossas Senhorias para conhecimento e providências o Ofício Nº 51/2020 - PCDF/DGPC/DGP/GAB (37638096), da Polícia Civil do Distrito Federal, que solicita auxílio desta Casa Jurídica no que se refere às determinações contidas na Decisão nº 637/2020 - TCDF (37375085), proferida pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.

LUDMILA LAVOCAT GALVÃO VIEIRA DE CARVALHO

Procuradora-Geral do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **LUDMILA LAVOCAT GALVAO VIEIRA DE CARVALHO - Matr.0047703-6, Procurador(a)-Geral do Distrito Federal**, em 27/03/2020, às 17:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **37739298** código CRC= **D3055821**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM Projeção I, 4º andar, sala 412 - Bairro Asa Norte - CEP 70620-000 - DF

3325-3361/3369

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 37739298



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Procuradoria-Geral do Contencioso

Despacho - PGDF/PGCONT

Brasília-DF, 27 de março de 2020.

Para: Diretoria de Protocolo Judicial - DIPROJ/SUOP/SEGER

Senhor Diretor,

Encaminho os presentes autos a Vossa Senhoria, solicitando a adoção das seguintes providências:

- 1) Cadastramento, no SAJ, do Mandado de Segurança 2011.00.2.020841-6, que é acompanhado nesta Casa Jurídica por meio dos Autos Suplementares nº 16.346/2011 e que foi convertido, no âmbito do Poder Judiciário, para o meio virtual, passando a tramitar pelo número no padrão CNJ 0020841-64.2011.8.07.0000;
- 2) Inclusão, na pasta digital que for cadastrada na forma do item anterior, do inteiro teor dos presentes autos administrativos;
- 3) Inclusão do inteiro teor deste feito administrativo na Pasta Digital nº 2010.01.000398, por meio da qual é acompanhada a ação nº 2010.01.1.062245-6, que tramita atualmente por meio do PJE, sob o número CNJ 0025560-23.2010.8.07.0001.

Tudo feito, favor retornar os autos a esta PGCONT, para as providências ulteriores.

Heloísa Monzillo de Almeida

Procuradora-Geral Adjunta do Contencioso



Documento assinado eletronicamente por **HELOISA MONZILLO DE ALMEIDA - Matr.0048011-8, Procurador(a)-Geral Adjunto(a) do Contencioso**, em 30/03/2020, às 09:50, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=37761704 código CRC= **86D1D3C5**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, Brasília - DF - CEP 70620-000 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Procuradoria Especial dos Tribunais Superiores e de Demandas Estratégicas

Procuradoria Especial dos Tribunais Superiores e de Demandas Estratégicas

Despacho - PGDF/GAB/PROSUP/CHEFIA

Brasília-DF, 27 de março de 2020.

Ao il. Procurador João Pedro Avelar,

Encaminho os autos a Vossa Senhoria, para conhecimento e providências quanto ao Ofício Nº 51/2020 - PCDF/DGPC/DGP/GAB (37638096), da Polícia Civil do Distrito Federal, que solicita auxílio desta Casa Jurídica no que se refere às determinações contidas na Decisão nº 637/2020 (37375085), proferida no Processo TCDF nº 2477/2000.

Informo ainda que o referido processo está sendo acompanhado por Vossa Senhoria, nos autos do SEI relacionado, sob o nº 00020-00009883/2020-09.

Renata Marinho O'Reilly Lima

Procuradora-Chefe da PROSUP



Documento assinado eletronicamente por **RENATA MARINHO O'REILLY LIMA - Matr.0114781-1, Procurador(a)-Chefe da Procuradoria Especial dos Tribunais Superiores e de Demandas Estratégicas**, em 30/03/2020, às 12:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **37767463** código CRC= **8DA12805**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, Brasília - DF - CEP 70620-000 - DF

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 37767463



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Subsecretaria-Geral de Apoio Técnico, Operacional e Científico
Diretoria de Protocolo Judicial

Despacho - PGDF/SEGER/SUOP/DIPROJ

Brasília-DF, 30 de março de 2020.

Senhora Gerente,

Em atenção ao pedido formulado pela ilustre Procuradora-Geral Adjunta do Contencioso, Dra. Heloísa Monzillo de Almeida (doc. 37761704), encaminho o presente processo administrativo para que sejam adotadas todas as providências solicitadas.

Após, os autos deverão ser restituídos a esta diretoria.

Augusto César Câmara

Diretor de Protocolo Judicial



Documento assinado eletronicamente por **AUGUSTO CESAR CAMARA - Matr.0229605-5, Diretor(a) de Protocolo Judicial**, em 30/03/2020, às 13:30, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **37813683** código CRC= **DD7470DB**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, Brasília - DF - CEP 70620-000 - DF

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 37813683



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Procuradoria-Geral do Distrito Federal
Procuradoria Especial dos Tribunais Superiores e de Demandas Estratégicas

Despacho - PGDF/GAB/PROSUP

Brasília-DF, 30 de março de 2020.

À Assessoria da PROSUP,

Solicito seja Oficiada a Polícia Civil do Distrito Federal, em resposta ao Ofício n. 51/2020-PCDF/DGPC/DGP/GAB, para fins de informar que os processos judiciais movidos pelas servidoras ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES e VANIUCHKA MELLO MARIBONDO VINAGRE ainda não transitaram em julgado, conforme anotados nos despachos SEI 37318481 e 37392548, produzidos nos autos do Processo SEI n. 00020-00009883/2020-09.

Cordialmente,

João Pedro Avelar Pires

Procurador do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **JOAO PEDRO AVELAR PIRES - Matr. 0216809-X, Procurador(a) do Distrito Federal**, em 30/03/2020, às 16:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **37833394** código CRC= **6FD75AA0**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, Brasília - DF - CEP 70620-000 - DF

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 37833394



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Procuradoria Especial dos Tribunais Superiores e de Demandas Estratégicas

Procuradoria Especial dos Tribunais Superiores e de Demandas Estratégicas

Despacho - PGDF/GAB/PROSUP/CHEFIA

Brasília-DF, 30 de março de 2020.

PARA: PROCURADORA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Senhora Procuradora-Geral,

Restituo os autos a Vossa Excelência para, em atenção ao solicitado pela Polícia Civil do Distrito Federal no Ofício Nº 51/2020 - PCDF/DGPC/DGP/GAB (37638096), informar que os processos judiciais movidos pelas servidoras ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES e VANIUCHKA MELLO MARIBONDO VINAGRE, ainda não transitaram em julgado, conforme Despacho - PGDF/GAB/PROSUP (37833394), exarado pelo i. Procurador João Pedro Avelar Pires.

Comunico ainda que a matéria objeto deste SEI, isto é, o Processo TCDF nº 2477/2000, está sendo acompanhada por esta especializada nos autos nº 00020-00009883/2020-09.

Renata Marinho O'Reilly Lima

Procuradora-Chefe da PROSUP



Documento assinado eletronicamente por **RENATA MARINHO O'REILLY LIMA - Matr.0114781-1, Procurador(a)-Chefe da Procuradoria Especial dos Tribunais Superiores e de Demandas Estratégicas**, em 30/03/2020, às 22:08, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **37847603** código CRC= **696F816B**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, Brasília - DF - CEP 70620-000 - DF

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 37847603



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria de Protocolo Judicial
Gerência de Cadastro e Revisão

Despacho - PGDF/SEGER/SUOP/DIPROJ/GECAD

Brasília-DF, 31 de março de 2020.

Senhor Diretor,

Informo-lhe que o Mandado de Segurança n. 2011.00.2.020841-6 foi autuado no SAJ sob n. 2011.01.044607 com a devida juntada do presente processo administrativo nos autos internos daquela pasta digital.

Notício, por oportuno, que em atenção ao pedido formulado pela Procuradora-Geral Adjunta do Contencioso, fora realizada também a juntada do presente processo na pasta digital 2010.01.000398.

Dessa forma, encaminho-lhe os autos com todas as providências tomadas.

Respeitosamente,

Grazielly Silveira Nascimento
Gerente de Cadastro e Revisão



Documento assinado eletronicamente por **GRAZIELLY SILVEIRA NASCIMENTO - Matr.00237485-4, Gerente de Cadastro e Revisão**, em 31/03/2020, às 13:50, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **37893391** código CRC= **9FD6DCC4**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, Brasília - DF - CEP 70620-000 - DF

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 37893391



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Subsecretaria-Geral de Apoio Técnico, Operacional e Científico
Diretoria de Protocolo Judicial

Despacho - PGDF/SEGER/SUOP/DIPROJ

Brasília-DF, 31 de março de 2020.

Senhora Procuradora-Geral Adjunta do Contencioso,

Em atenção ao pedido formulado por Vossa Senhoria (doc. 37761704), informo que todas as providências já foram devidamente adotadas no âmbito desta diretoria, conforme informações prestadas pela Gerente de Cadastro e Revisão, Grazielly Silveira Nascimento (doc. 378933910).

Pelo exposto, restituo os autos eletrônicos para ciência e adoção de eventuais medidas cabíveis.

Augusto César Câmara

Diretor de Protocolo Judicial



Documento assinado eletronicamente por **AUGUSTO CESAR CAMARA - Matr.0229605-5, Diretor(a) de Protocolo Judicial**, em 31/03/2020, às 14:31, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **37897626** código CRC= **8F5F2FD9**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, Brasília - DF - CEP 70620-000 - DF

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 37897626



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Procuradoria-Geral do Contencioso

Despacho - PGDF/PGCONT

Brasília-DF, 31 de março de 2020.

Para: Procuradoria do Contencioso em Matéria de Pessoal de Segurança Pública - PROSEG

Senhora Procuradora-Chefe,

Encaminho os presentes autos a Vossa Senhoria, solicitando que os procuradores responsáveis pelo acompanhamento das ações judiciais listadas a seguir sejam instados a apresentarem, **nestes autos, no prazo de 5 dias**, informações atualizadas sobre o andamento atual dos dois feitos judiciais, ressaltando que ambas estão cadastradas no SAJ:

- a) Processo nº 2011.00.2.020841-6 - Roseane de Oliveira Moraes;
- b) Processo nº 2010.01.1.062245-6 - Vaniuchka Mello Maribondo Vinagre.

Apresentadas as duas manifestações, solicito que os autos sejam restituídos a esta PGCONT, mediante despacho de Vossa Senhoria.

Heloisa Monzillo de Almeida

Procuradora-Geral Adjunta do Contencioso



Documento assinado eletronicamente por **HELOISA MONZILLO DE ALMEIDA - Matr.0048011-8, Procurador(a)-Geral Adjunto(a) do Contencioso**, em 01/04/2020, às 19:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **37902257** código CRC= **E3134F01**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, Brasília - DF - CEP 70620-000 - DF

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 37902257



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Procuradoria-Geral do Contencioso

Procuradoria do Contencioso em Matéria de Pessoal de Segurança Pública e Estatutos Especiais

Despacho - PGDF/PGCONT/PROSEG/CHEFIA

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

Senhor Procurador Aref Assreury Júnior,

Em atenção ao Despacho 37902257, encaminho os presentes autos à Vossa Senhoria para que apresente, **no prazo de 5 dias**, informações atualizadas sobre o andamento atual do Processo nº 2011.00.2.020841-6, ressaltando que o feito está cadastrado no SAJ nº 2011.01.044607.

Daniela Almeida de Carvalho

Procuradora-Chefe da PROSEG



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA ALMEIDA DE CARVALHO - Matr.0140568-3, Procurador(a)-Chefe**, em 03/04/2020, às 11:17, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **38027294** código CRC= **D32983C5**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, Brasília - DF - CEP 70620-000 - DF

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 38027294



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Procuradoria-Geral do Contencioso

Procuradoria do Contencioso em Matéria de Pessoal de Segurança Pública e Estatutos Especiais

Despacho - PGDF/PGCONT/PROSEG/CHEFIA

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

Senhora Procuradora Maria Beatriz Brown Rodrigues,

Em atenção ao Despacho 37902257, encaminho os presentes autos à Vossa Senhoria para que apresente, **no prazo de 5 dias**, informações atualizadas sobre o andamento atual do Processo nº 2010.01.1.062245-6, ressaltando que o feito está cadastrado no SAJ nº 2010.01.000398.

Daniela Almeida de Carvalho

Procuradora-Chefe da PROSEG



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA ALMEIDA DE CARVALHO - Matr.0140568-3, Procurador(a)-Chefe**, em 03/04/2020, às 11:15, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38027758** código CRC= **5BAD7C44**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, Brasília - DF - CEP 70620-000 - DF

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 38027758

Correspondência Eletrônica - 38152900

Data de Envio:

03/04/2020 17:31:32

De:

PGDF/DICONT <dicont.pgcont@pg.df.gov.br>

Para:

AREF ASSREUY <arefjr@gmail.com>

aref.junior@pg.df.gov.br

MARIA BEATRIZ <maria.beatriz.brown@terra.com.br>

maria.beatriz@pg.df.gov.br

Assunto:

00052-00004761/2020-50

Mensagem:

Encaminho esta correspondência para ciência e providências acerca da movimentação nos autos administrativos em epígrafe.

Anexos:

Despacho_38027294.pdf

Despacho_38027758.pdf



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROSEG - Núcleo Geral Segurança Pública



Processo: **0020841-64.2011.8.07.0000**

Impetrante : ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES

Impetrado : Distrito Federal

Classe: Mandado de Segurança

Juízo: PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL - TJDF - 2º GRAU

Sra. Chefe, em atenção ao seu ofício de fls. 77, venho informar que tudo não passa de má instrumentação do processo no SAJ, com isso de plano sugiro recomendar seja trasladado para o SAJ cópia integral do processo eletrônico STJ RMS 41.199, onde consta completo histórico do feito.

Naquele processo, no dia 29/11/2013, a Min. ELIANA CALMON deu provimento ao RMS da autora, assim decidindo:

"....Ressalto ainda o julgamento, em situações idênticas, dos RMS's ns. 40.682/DF e 38.535/DF.

*Com essas considerações, **DOU PROVIMENTO** ao recurso em mandado de segurança, para assegurar o direito líquido e certo da recorrente de efetivação da posse no cargo ocupado.*

Prejudicada a medida cautelar n. 22.013/DF, por perda de objeto, a qual determino o traslado de cópia do inteiro teor desta decisão...."

Contra tal decisão o Gabinete da PGDF, a quem incumbe acompanhar processos naquela instância, aforou agravo regimental.

Com a aposentadoria da Min. Eliana hoje o processo está sob a relatoria da Min. ASSUSETE MAGALHÃES.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROSEG - Núcleo Geral Segurança Pública



De 2013 até hoje, última vez em 12/12/2017, o agravo regimental já esteve em pauta diversas vezes, sempre com pedido de adiamento da própria relatora, ou seja, respondendo à pergunta de V.Exa., ainda não existe decisão definitiva sobre o feito.

Atenciosamente,

Brasília, 06/04/2020

Aref Assreuy Junior
Procurador do Distrito Federal
OAB Nº 6.276



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Procuradoria-Geral do Contencioso

Procuradoria do Contencioso em Matéria de Pessoal de Segurança Pública e Estatutos Especiais

Despacho - PGDF/PGCONT/PROSEG/CHEFIA

Brasília-DF, 07 de abril de 2020.

Exma Sra. Procuradora-Geral Adjunta do Contencioso,

Encaminho os presentes autos para conhecimento da manifestação do i. Procurador Aref Assreury Júnior (38276802) em relação ao andamento atual do Processo nº 2011.00.2.020841-6.

Repeitosamente,

Daniela Almeida de Carvalho
Procuradora-Chefe da PROSEG



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA ALMEIDA DE CARVALHO - Matr.0140568-3, Procurador(a)-Chefe**, em 08/04/2020, às 15:22, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **38276835** código CRC= **31E22271**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, Brasília - DF - CEP 70620-000 - DF

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 38276835



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Procuradoria-Geral do Contencioso

Procuradoria do Contencioso em Matéria de Pessoal de Segurança Pública e Estatutos Especiais

Despacho - PGDF/PGCONT/PROSEG

Brasília-DF, 07 de abril de 2020.

Senhora Procuradora-Chefe,

VANIUCHKA MELLO MARIBONDO VINAGRE propôs Ação de Conhecimento em desfavor do **DISTRITO FEDERAL** para determinar que o Réu se abstenha de exonerá-la do cargo de Agente Penitenciário (Processo nº 2010.01.1.062245-6).

Afirma que ocupa o cargo de Agente Penitenciário há mais de 10 (dez) anos, por força de decisão judicial, em virtude de incidentes ocorridos no concurso público regido pelo Edital n.º 01/98.

Obtida a concessão da ordem nos dois processos por ela anteriormente ajuizados (Mandados de Segurança nºs 1999.00.2.000333-7 e 1999.00.2.002616-3), em todas as instâncias ordinárias, teve decisão desfavorável proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Mandado de Segurança nº 1999.00.2.000333-7 (Recurso Extraordinário nº 499.066 - DF).

A antecipação dos efeitos da tutela foi deferida para determinar a permanência da Autora no exercício do cargo.

Ao apreciar o mérito da demanda, o MM. Juiz de Direito da 7ª Vara de Fazenda Pública do DF decidiu julgar procedente o pedido, “para determinar ao Distrito Federal se abstenha de exonerar a autora”.

Ambas as partes apelaram da r. sentença.

A Egrégia Sexta Turma Cível do Tribunal de Justiça do DF negou provimento aos recursos voluntários e à Remessa Oficial, consignando, na ementa do julgado, a seguinte orientação:

“ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. CONCURSO PÚBLICO. AGENTE PENITENCIÁRIO. TESTE FÍSICO. CONCESSÃO DE LIMINAR. PRÓXIMAS ETAPAS. APROVAÇÃO. DEZ ANOS NO CAI. PROCEDIMENTO DE EXONERAÇÃO. INÉRCIA DO ESTADO. SITUAÇÃO FÁTICA CONSOLIDADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

I. Se, concedida liminar, a interessada se submete ao exame final, obtendo aprovação no concurso e estabilidade no cargo público, aplica-se a Teoria do Fato Consumado.

II. A inércia do Distrito Federal em dar início ao procedimento de exoneração confirma a necessidade da autora no serviço público e consolida a situação fática, de modo que, com fundamento nos princípios constitucionais da segurança jurídica, da boa-fé, da eficiência e da supremacia do interesse público, a manutenção da autora no cargo público é medida que se impõe.

III. Nas causas em que não houver condenação, os honorários advocatícios devem ser fixados consoante apreciação equitativa do juiz, observados os critérios do § 3º do art. 20 do CPC, na linha do § 4º do mesmo dispositivo.

IV. Negou-se provimento aos recursos e à remessa oficial.”

O Distrito Federal interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário.

O juízo primeiro de admissibilidade deferiu o processamento de ambos os recursos.

No Superior Tribunal de Justiça, o Ministro Napoleão Nunes Maia Filho negou seguimento ao Recurso Especial do Distrito Federal (REsp 1.433.644 – DF).

O Distrito Federal interpôs Agravo Interno contra a referida Decisão, ao qual a Egrégia Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça negou provimento.

Os autos foram remetidos ao Supremo Tribunal Federal para julgamento do Recurso Extraordinário.

Na Corte Suprema, o Ministro Marco Aurélio negou seguimento ao Recurso Extraordinário do Distrito Federal (RE 1.200.469 - DF).

O Distrito Federal interpôs Agravo Regimental, ao qual a Primeira Turma do Excelso Pretório negou provimento.

Destaco que o Acórdão proferido no julgamento do Agravo Regimental ainda não foi publicado, tendo sido publicada apenas a Ata de Julgamento (ATA Nº 1, de 04/02/2020. DJE nº 29, divulgado em 12/02/2020).

Estas são as informações que tenho a prestar sobre o Processo nº 2010.01.1.062245-6, em que figura como Autora **VANIUCHKA MELLO MARIBONDO VINAGRE**.

MARIA BEATRIZ BROWN RODRIGUES

Procuradora do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **MARIA BEATRIZ BROWN RODRIGUES**

e-DOC
Proc 2477/2000-e

Matr.0096920-6, Procurador(a) do Distrito Federal, em 07/04/2020, às 12:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

verificador= **38288114** código CRC= **FB05E53A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, Brasília - DF - CEP 70620-000 - DF

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 38288114



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Procuradoria-Geral do Contencioso

Procuradoria do Contencioso em Matéria de Pessoal de Segurança Pública e Estatutos Especiais

Despacho - PGDF/PGCONT/PROSEG/CHEFIA

Brasília-DF, 07 de abril de 2020.

Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral Adjunta do Contencioso,

Em atenção ao despacho de ID 37902257, encaminho os presentes autos para conhecimento da manifestação da i. Procuradora Maria Beatriz Brown Rodrigues em relação ao andamento atual do Processo nº 2010.01.1.062245-6, cuja autora é Vaniuchka Mello Maribondo Vinagre (38288114).

Respeitosamente,

DANIELA ALMEIDA DE CARVALHO

Procuradora-Chefe da PROSEG



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA ALMEIDA DE CARVALHO - Matr.0140568-3, Procurador(a)-Chefe**, em 08/04/2020, às 15:21, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **38317973** código CRC= **8A8C4C39**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, Brasília - DF - CEP 70620-000 - DF

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 38317973



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Procuradoria-Geral do Contencioso

Despacho - PGDF/PGCONT

Brasília-DF, 09 de abril de 2020.

Para: Gabinete da Procuradora-Geral do Distrito Federal

Senhora Procuradora-Geral,

Em atendimento ao Despacho - PGDF/GAB (doc. 37739298), que se reporta à solicitação realizada através do Ofício Nº 51/2020 - PCDF/DGPC/DGP/GAB (doc. 37638096), proveniente do Departamento de Gestão de Pessoas, da Polícia Civil do Distrito Federal, restituo os autos a Vossa Excelência, para conhecimento das informações prestadas pelos Procuradores do Distrito Federal acerca do andamento atualizado dos Processos Judiciais nº 2011.00.2.020841 (doc. 38276802), e n.º 2010.01.1.062245-6 (doc. 38288114), sugerindo-lhe seja emitida resposta ao órgão solicitante, nos moldes requeridos.

À consideração superior.

Respeitosamente,

André Ávila

Procurador-Geral Adjunto do Contencioso

(em substituição)



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE DUTRA DOREA AVILA DA SILVA - Matr.0085461-1, Procurador(a)-Geral Adjunto(a) do Contencioso**, em 09/04/2020, às 15:39, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38440065** código CRC= **D614BB3F**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, Brasília - DF - CEP 70620-000 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Procuradoria-Geral do Distrito Federal

Ofício Nº 272/2020 - PGDF/GAB

Brasília-DF, 09 de abril de 2020.

Ao Senhor

MATEUS AVILA AFONSO DE ALMEIDA

Assessor do Departamento de Gestão de Pessoas

Polícia Civil do Distrito Federal

Brasília - DF

Assunto: Decisão nº 637/2020 - TCDF (37375085)

Referência: Ofício Nº 51/2020 - PCDF/DGPC/DGP/GAB (37638096)

Senhor Assessor,

Restituo os presentes autos a Vossa Senhoria com as informações prestadas pela área técnica desta Casa Jurídica acerca das determinações constantes na Decisão nº 637/2020 - TCDF, conforme Despacho - PGDF/GAB/PROSUP/CHEFIA (37847603) e Despacho - PGDF/PGCONT (38440065).

Ressalto, outrossim, que esta Procuradoria-Geral do Distrito Federal permanece à disposição para prestar demais esclarecimentos que sejam necessários.

Atenciosamente,

LUDMILA LAVOCAT GALVÃO VIEIRA DE CARVALHO

Procuradora-Geral do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **LUDMILA LAVOCAT GALVAO VIEIRA DE CARVALHO - Matr.0047703-6, Procurador(a)-Geral do Distrito Federal**, em 09/04/2020, às 19:09, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[aca=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38460898** código CRC= **809774E7**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SAM Projeção I, 4º andar, sala 412 - Bairro Asa Norte - CEP 70620-000 - DF
3325-3361/3369



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
Direção-Geral da Polícia Civil
Departamento de Gestão de Pessoas

Ofício Nº 17/2020 - PCDF/DGPC/DGP

Brasília-DF, 14 de abril de 2020.

A sua Excelência a Senhora

LUDMILA LAVOCAT GALVÃO VIEIRA DE CARVALHO

Procuradora-Geral do Distrito Federal

Procuradoria Geral do Distrito Federal

Nesta

Referência: Decisão nº 637/2020 - TCDF (37375085)

Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral,

De ordem do Diretor do Departamento de Gestão de Pessoas/PCDF, em busca de empreender cumprimento à Decisão nº 637/2020 - TCDF, solicito o auxílio de V. Exª. quanto à determinação do Item II, alínea "a" e as providências que devem ser adotadas por esta Instituição frente à aposentadoria do servidor ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR conforme inicialmente narrado no Ofício nº 51/2020 de lavra deste Departamento:

"II – determinar:

a) à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, remeta a este Tribunal de Contas informações sobre a situação do servidor Eliel Flores Roriz Júnior (hoje aposentado no cargo de Agente Policial de Custódia, da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal – fls. 1663 - e admitido em decorrência do Edital nº 1/1998 – PC – AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.1998), especialmente em razão do acórdão proferido pela Corte de Justiça distrital nos autos do MSG nº 2011.00.2.020835-5, mantido pelo Supremo Tribunal Federal - STF mediante decisão exarada nos autos do RE nº 1050340, que transitou em julgado em 08.03.2018 (fls. 1160/1662);

E ainda, solicito a confirmação do trânsito em julgado narrado pela Corte de Contas, bem como de outras eventuais ações propostas pelo servidor aposentado ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR.

Agradeço a colaboração quanto às informações sobre as ações judiciais movidas pelas outras servidoras aposentadas e estamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

MATEUS AVILA AFONSO DE ALMEIDA

Assessor



Documento assinado eletronicamente por **MATEUS AVILA AFONSO DE ALMEIDA - Matr.0075895-7, Assessor(a) do Departamento de Gestão de Pessoas**, em 14/04/2020, às 11:22, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38600013** código CRC= **1F697693**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SPO, Lote 23, conjunto A, Edfício Sede da Direção Geral, Térreo, Complexo da PCDF - Bairro SPO - CEP 70610-907 - DF
3207-4130

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 38600013



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Procuradoria-Geral do Distrito Federal

Despacho - PGDF/GAB

Brasília-DF, 14 de abril de 2020.

PARA: Procuradoria-Geral do Contencioso - PGCONT

Senhora Procuradora-Geral Adjunta,

Encaminho a Vossa Senhoria para conhecimento e providências o Ofício Nº 17/2020 - PCDF/DGPC/DGP (38600013), da Polícia Civil do Distrito Federal, solicitando orientação quanto à determinação contida no item II, alínea "a" da Decisão nº 637/2020 - TCDF (37375085), referente à aposentadoria do servidor Eliel Flores Roriz Júnior, especialmente em razão do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios no Mandado de Segurança 2011.00.2.020835-5, bem como requerendo a confirmação acerca do trânsito em julgado da decisão exarada pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 1050340.

LUDMILA LAVOCAT GALVÃO VIEIRA DE CARVALHO

Procuradora-Geral do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **LUDMILA LAVOCAT GALVAO VIEIRA DE CARVALHO - Matr.0047703-6, Procurador(a)-Geral do Distrito Federal**, em 14/04/2020, às 18:30, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acaao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38632487** código CRC= **23CCE7E0**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM Projeção I, 4º andar, sala 412 - Bairro Asa Norte - CEP 70620-000 - DF

3325-3361/3369

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 38632487



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Procuradoria-Geral do Contencioso

Despacho - PGDF/PGCONT

Brasília-DF, 15 de abril de 2020.

Para: Procuradoria do Contencioso em Matéria de Pessoal de Segurança Pública e Estatutos Especiais
- PROSEG

Senhora Procuradora-Chefe,

Encaminho os presentes autos a Vossa Senhoria, para conhecimento e adoção das providências cabíveis acerca do contido no Ofício Nº 17/2020 - PCDF/DGPC/DGP (38600013), oriundo da Polícia Civil do Distrito Federal, por meio do qual solicita a esta Casa Jurídica orientação a respeito da determinação contida no item III, alínea "a", da Decisão nº 637/2020 - TCDF (37375085), referente à aposentadoria do servidor Eliel Flores Roriz Júnior, notadamente em virtude do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios nos autos do Mandado de Segurança 2011.00.2.020835-5, bem como requer a confirmação sobre o trânsito em julgado da decisão exarada pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 1050340.

Heloisa Monzillo de Almeida

Procuradora-Geral Adjunta do Contencioso



Documento assinado eletronicamente por **HELOISA MONZILLO DE ALMEIDA - Matr.0048011-8, Procurador(a)-Geral Adjunto(a) do Contencioso**, em 16/04/2020, às 09:53, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38716463** código CRC= **A02C63BE**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, Brasília - DF - CEP 70620-000 - DF

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 38716463

592476



Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
GABINETE DO DESEMBARGADOR LÉCIO RESENDE



Órgão : Conselho Especial
Classe : MSG - Mandado de Segurança
Processo N. : 2011 00 2 020835-5 MSG - 0020835-57.2011.807.0000 (Res.65 - CNJ)
Impetrante(s) : ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR
Informante(s) : GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
Relator : **Desembargador LÉCIO RESENDE**

E M E N T A

MANDADO DE SEGURANÇA – ADMINISTRATIVO – CONCURSO PÚBLICO – AGENTE PENITENCIÁRIO – PSICOTÉCNICO – REPROVAÇÃO – LIMINAR – POSSE E EXERCÍCIO – RECURSO – TRÂNSITO EM JULGADO – TEORIA DO FATO CONSUMADO – INAPLICABILIDADE – SEGURANÇA DENEGADA. O trânsito em julgado da ação Declaratória de Nulidade, que permitiu em sede de liminar a posse e exercício do impetrante, no cargo de Agente Penitenciário, afasta a aplicação da Teoria do Fato Consumado, vez que a permanência no serviço público depende do êxito no processo judicial, em que se discutiu a legalidade ou não do exame psicotécnico, no concurso específico.

A C Ó R D ã O

Acordam os Desembargadores do **Conselho Especial** do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios **LÉCIO RESENDE** – Relator, **ROMÃO C. OLIVEIRA** – Vogal, **SÉRGIO BITTENCOURT** – Vogal, **LECIR MANOEL DA LUZ** – Vogal, **J.J. COSTA CARVALHO** – Vogal, **SANDRA DE SANTIS** – Vogal, **FLÁVIO ROSTIROLA** – Vogal, **ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO** – Vogal, **ROMEU GONZAGA NEIVA** – Vogal, **VERA ANDRIGHI** – Vogal, **ROBERVAL CASEMIRO BELINATI** – Vogal, **SÉRGIO ROCHA** – Vogal, sob a presidência do Desembargador **JOÃO MARIOSI**, em proferir a seguinte decisão: **DENEGOU-SE A SEGURANÇA, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. MAIORIA**, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 15 de maio de 2012

Des. LÉCIO RESENDE
Relator

RELATÓRIO

Trata-se de Mandado de Segurança Preventivo impetrado por ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR, com fundamento no art. 5º, inciso LXIX, da Constituição Federal e art. 1º, da Lei nº 12.016/2009, apontando como autoridade coatora o Excelentíssimo Governador do Distrito Federal.

Relata, em síntese, que após 12 anos tabalhando como Agente Penitenciário do Distrito Federal, na condição **sub judice**, ingressou, em 30/09/2010, com pedido administrativo de apostilamento, requerendo a efetivação da posse no cargo que ocupa, ante a consumação e consolidação dos fatos, consistente em sua nomeação e posse ocorridas em 28/09/1999.

Referida pretensão foi indeferida pela douta autoridade coatora, após acolhimento de Parecer da Procuradoria Geral do Distrito Federal opinando pela inconstitucionalidade, consubstanciada na violação ao art. 37, inciso II, da Constituição Federal, com a consequente exoneração do cargo assim que ocorra o trânsito em julgado do REsp nº 881.541/DF.

Pretende seja aplicada ao caso em análise a Teoria do Fato Consumado, tecendo considerações doutrinárias sobre o tema, baseando sua tese na observância do Princípio da Segurança Jurídica face ao transcurso do tempo, abrangendo também os Princípios da Proteção à Confiança Legítima, da Boa Fé e da Dignidade da Pessoa Humana.

Outrossim, traz à colação ementas de julgados sobre a consumação do estado de fato aplicado ao caso concreto, como forma de realizar a função primordial do julgador que é a de se fazer justiça, no caso em concreto, face à excepcionalidade da situação.

Argumenta que à época do concurso público havia controvérsia sobre a legalidade do teste psicológico aplicado no concurso, tanto que foram vários candidatos **sub judice** que obtiveram êxito em suas ações perante o Poder Judiciário.

Aduz, finalmente, que em 17 de junho de 2002, a Comissão Permanente para Acompanhamento e Apuração de Estágio Probatório decidiu, à unanimidade, pela confirmação da sua permanência nos quadros.

Requer a concessão da segurança para que seja reconhecida a estabilidade da relação entre as partes, considerando a nomeação, posse e exercício no cargo de Agente Penitenciário do Distrito Federal, ocorrida em 2001, como consolidada e irreversível.

Não houve pedido de liminar.

O Distrito Federal manifestou-se às fls. 334/338, pugnando pela denegação da segurança pleiteada, ao fundamento de que há decisão demérito, transitada em julgado, que reconheceu a legalidade do exame psicotécnico questionado e que cassou a decisão e posse do impetrante no cargo, não cabendo a aplicação da teoria do fato consumado nas hipóteses que a nomeação decorre de decisão judicial precária, pois sujeita ao risco da reversibilidade.

O Ministério Público, em parecer de fls. 223/233, manifesta-se pelo conhecimento do **writ** e pela denegação da ordem.

É o relatório.

VOTOS

O Senhor Desembargador LÉCIO RESENDE – Relator

Trata-se de Mandado de Segurança Preventivo impetrado por ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR, apontando como autoridade coatora o Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, face à futura exoneração do cargo de Agente Penitenciário da Polícia Civil do Distrito Federal.

Requer a concessão da segurança para que seja reconhecida a estabilidade da relação entre as partes, considerando a nomeação, posse e o exercício no cargo, ocorridos em 2001, como consolidada e irreversível.

Aduz, em síntese, que foi nomeado e empossado há 12 anos, sendo aplicada ao caso em questão a Teoria do Fato Consumado.

Consta da documentação acostada aos autos que o impetrante participou do Concurso Público para preenchimento do Cargo de Agente Penitenciário da Polícia Civil do Distrito Federal, de 1998, realizado pelo CESPE, sendo aprovado em quase todas as fases do processo seletivo, exceto no exame psicotécnico.

Ajuizou a Ação Declaratória de Nulidade, obtendo decisão judicial liminar conferindo-lhe o direito de continuar no certame, assumindo o cargo de Agente Penitenciário da Polícia Civil do Distrito Federal, em 28 de setembro de 1999, após exonerar-se dos Quadros da Polícia Civil do Estado de Goiás, onde alega ser estável.

No período de 18/03 a 30/04/2002, participou do Curso de Formação, tendo sido aprovado e recomendado na prova de verificação de aprendizagem.

Na Ação Ordinária nº 14862-9/2003, por determinação do MM. Juiz de Direito, o ra impetrante submeteu-se a Laudo Psicológico Pericial, fls. 67/79, que, após aplicação dos mesmos testes utilizados pelo CESPE, concluiu que ele não possui requisitos restritivos ao desempenho do cargo pretendido.

Em junho de 2002 foi confirmado no cargo de Agente Penitenciário, após aprovação pela Comissão Permanente para Acompanhamento e Apuração de Estágio Probatório.

A liminar foi confirmada por intermédio de sentença de 1º grau de jurisdição, decisão cassada quando do julgamento do recurso de apelação interposto pelo Distrito Federal, cuja relatoria coube ao eminente Desembargador Getúlio de Moraes Oliveira.

Foi então interposto recurso ao Superior Tribunal de Justiça, cujo seguimento foi negado, sendo, ainda, interpostos vários recursos não admitidos e mesmo improvidos.

Junto ao Supremo Tribunal Federal foi nterposto o Agravo de Instrumento nº 566.121/DF, e, após, Agravo Regimental, sendo negado provimento a ambos.

A referida Ação Ordinária foi ajuizada após o trânsito em julgado da Ação Declaratória de Nulidade, para evitar a exoneração do impetrante do cargo de Agente Penitenciário da Polícia Civil do Distrito Federal, sendo, posteriormente, julgada extinta, sem resolução do mérito, face à existência da litispendência com a Ação Declaratória.

Contra essa decisão, o impetrante interpôs apelação, desprovida, cuja relatoria coube a eminente Desembargadora Sandra de Santis. Interposto, ainda, REsp nº 884.581, indeferido, cujo trânsito em julgado ainda não

592476

MSG 2011 00 2 020835-5

ocorreu, em face dos vários recursos ali interpostos. Impetrou, ainda, o Mandado de Segurança nº 2001002007190-8, a fim de evitar sua exoneração do cargo, cuja segurança foi denegada, à unanimidade de votos, obtendo a nível de recurso junto ao Superior Tribunal de Justiça, a tutela para assegurar sua permanência no cargo até o julgamento do REsp interposto.

O trânsito em julgado da Ação Declaratória de Nulidade, que permitiu em sede de liminar a posse do impetrante, no cargo de Agente Penitenciário, afasta a aplicação da Teoria do Fato Consumado, vez que a permanência no serviço público depende do êxito no processo judicial, em que se discutiu a legalidade ou não do exame psicotécnico, no concurso específico.

No caso em questão o impetrante foi reprovado no exame psicotécnico, sendo que a decisão de mérito que reconheceu sua legalidade foi transitada em julgado, reformando a decisão judicial de 1º grau que determinou a nomeação e posse no cargo de Agente Penitenciário.

Transcrevo, como complemento do voto, parte do ilustrado parecer, **verbis**:

“Com efeito, apesar de haver decisão de **natureza precária** concedendo tutela de urgência para assegurar a permanência do impetrante no cargo em questão até julgamento definitivo do REsp n 884.851, é importante frisar que já há decisão **definitiva de mérito, transitada em julgado**, reconhecendo a legalidade do exame psicotécnico impugnado, a qual **cassou** a decisão de 1º grau que fora concedida para que o impetrante fosse nomeado e empossado no referido cargo.

Vê-se, dessa forma, que o impetrante não possui o indispensável título de aprovação válida em concurso público a justificar a sua nomeação, a sua posse e, menos ainda, a sua persistência no cargo referido.

Nesse diapasão, consigna-se que, em caso de haver sucumbência em ação judicial ajuizada por candidato reprovado em concurso público, precariamente empossado por força de decisão judicial provisória, proferida em processo em que o autor discutiu a validade dos atos administrativos pelos quais verificou-se a sua reprovação, a Administração fica obrigada a promover o desfazimento do vínculo jurídico/funcional, já que constituído de forma precária, por força de decisão não mais existente no mundo jurídico.

Assim, ao contrário do que postula o impetrante, a sua exoneração do cargo público para o qual foi empossado em virtude de decisão judicial precária, já cassada e não

mais existente no mundo jurídico, é imperativa por parte da Administração Pública.

Ademais, a investidura permanente no cargo se candidato sucumbente nas causas judiciais não pode ser realizada por força da Teoria do Fato Consumado, como quer fazer crer o impetrante, sob pena de violação aos princípios constitucionais do concurso público e da isonomia.

A Teoria do Fato Consumado visa a preservar situações ilegais consolidadas no tempo, em consideração à justa e à legítima expectativa do administrado. Contudo, tal situação não se afigura nas hipóteses em que o candidato participou de um concurso público e tomou posse no cargo pretendido por força de decisão judicial precária, passível de ser revertida por novo julgamento. Principalmente, quando tal fato já ocorreu, como no caso em tela, em que já houve decisão posterior cassando a decisão precária que determinou a posse do impetrante no cargo no qual pretende permanecer.”

Ante o exposto, denego a segurança.

É o voto.

O Senhor Desembargador ROMÃO C. OLIVEIRA – Vogal

Acompanho o eminente Relator.

O Senhor Desembargador SÉRGIO BITTENCOURT – Vogal

Senhor Presidente, prestei muita atenção à sustentação oral, feita com brilhantismo ímpar pela ilustre Advogada. A tese defendida é de fato muito interessante e S. Ex^a, recorde-me bem, proclamou, ao final, que estaria baseada em duas premissas, em duas colunas: o respeito à segurança jurídica e à teoria do fato consumado. Por isso fiz aquela intervenção, para indagar do eminente Desembargador Sérgio Rocha se no precedente por ele citado também transitara em julgado a sentença. Mas vejo que não. Logo, tem razão aqueles que entenderam a invocação do princípio da segurança jurídica, pois é a coisa julgada que no caso deve prevalecer. Além de tudo, não há como se reconhecer como fato consumado a posse e exercício do cargo, pois essa situação não decorreu, como bem disse o Desembargador Romeu Gonzaga Neiva, foi provocado pela parte e não decorrente de uma eventualidade.

Faço coro a todos aqueles que denegaram a ordem, Senhor Presidente, e acompanho o voto do eminente Relator.

O Senhor Desembargador J. J. COSTA CARVALHO – Vogal

Senhor Presidente, acompanho o eminente Relator.

A Senhora Desembargadora SANDRA DE SANTIS – Vogal

Acompanho o eminente Relator, Senhor Presidente.

O Senhor Desembargador FLAVIO ROSTIROLA – Vogal

Senhor Presidente, com a devida vênia, divirjo do posicionamento do eminente Relator, pelas razões que já manifestei.

Para tanto, ressalto um fato trazido aos autos e descrito pelo Eminente Relator. A Comissão Permanente para Acompanhamento e Apuração de Estágio Probatório decidiu, à unanimidade, pela confirmação da sua permanência no cargo de Agente Penitenciário do Distrito Federal.

Nesse sentido, assinalo que o impetrante já vem desempenhando a função de Agente Penitenciário sem que se tenha notícias de que ele tenha, por questões inerentes às suas faculdades psicológicas, realizado qualquer ato incompatível com a atividade exercida.

Assentadas tais premissas, que põem em especial destaque o interesse social – de segurança pública – e, inclusive, o interesse da própria Administração, nada recomenda que uma pessoa que já se encontra treinada, sem que haja nenhuma notícia de que exerça seu trabalho de maneira insatisfatória por questões de saúde, seja abruptamente dali desalojada e tenha uma modificação na sua situação profissional.

Sendo assim, em face das razões expostas e reafirmando o voto por mim anteriormente proferido no julgamento da APC nº 2008.01.1.100179-8, peço vênia à ilustre maioria já firmada para CONCEDER A ORDEM.

É o voto.

O Senhor Desembargadora ANA MARIA DUARTE AMARANTE – Vogal

Acompanho o eminente Relator.

O Senhor Desembargador ROMEU GONZAGA NEIVA – Vogal

Acompanho o eminente Relator, Senhor Presidente.

A Senhora Desembargadora VERA ANDRIGHI – Vogal

Acompanho o Relator, Senhor Presidente.

O Senhor Desembargador ROBERVAL CASEMIRO BELINATI – Vogal

Senhor Presidente, peço a mais respeitosa vênia para divergir e conceder a ordem, com base na teoria do fato consumado.

O Senhor Desembargador SÉRGIO ROCHA – Vogal

Peço a mais elevada vênia para conceder a segurança pelos mesmos fundamentos sustentados no julgamento do MSG 0-208502.

O Senhor Desembargador LECIR MANOEL DA LUZ – Vogal

Senhor Presidente, eminentes Pares, já se viu que, indubitavelmente, o mandado de segurança é ação cabível na espécie.

Quanto ao mais, Senhor Presidente, por longo tempo, quando estive integrando a egrégia 5.^a Turma Cível, ao lado da cultíssima e íntegra Desembargadora Haydevalda Sampaio, tive inúmeras oportunidades de seguir a trilha de S. Ex.^a, que era para reconhecer, em vários casos, a teoria postulada no presente mandado de segurança, qual seja, a do fato consumado.

No caso, lendo o parecer da douta Procuradoria de Justiça, da lavra do culto Promotor de Justiça Antônio Henrique Graciano Suxberguer, no MSG 0-208372, verifiquei que, no item V, S. Ex.^a tece considerações que, embora

contrárias à postulação, de certa forma, direcionou-se a um desfecho favorável ao impetrante à época.

Consta do parecer que: “a teoria do fato consumado visa preservar situações ilegais consolidadas no tempo, em consideração à justa e à legítima expectativa dos administrados.”

Na verdade, quando tece considerações a respeito de legalidade ou ilegalidade, parece-me que o mandado de segurança é perfeitamente cabível para a apreciação do tema.

Assim, Senhor Presidente, somando-me aos doutos fundamentos esposados pela douda divergência e tendo em vista que já decidi de igual forma a matéria no MSG 0-208372, tenho de aplicar, no caso, o princípio da isonomia, que é um direito constitucional. Por isso, rogando vênias ao eminente Relator e aos cultíssimos eminentes Pares que a acompanharam, sigo o caminho tomado pela douda divergência.

E é como voto.

DECISÃO

Denegou-se a segurança, nos termos do voto do Relator.

Maioria.

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 39.644 - DF (2012/0247684-3)

RELATOR : MINISTRO ARI PARGENDLER
RECORRENTE : ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR
ADVOGADA : RENATTA LIMA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : RENATO GUANABARA LEAL DE ARAÚJO E OUTRO(S)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. AGENTE PENITENCIÁRIO DA POLÍCIA CIVIL. EXAME PSICOTÉCNICO.

Adequação do relator, com a ressalva de entendimento pessoal, à orientação da maioria da 1ª Turma (RMS nº 38.699, DF).

Recurso ordinário provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da PRIMEIRA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por maioria, vencido o Sr. Ministro Sérgio Kukina, dar provimento ao recurso ordinário em mandado de segurança nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Arnaldo Esteves Lima, Napoleão Nunes Maia Filho e Benedito Gonçalves votaram com o Sr. Ministro Relator, que ressaltou o seu ponto de vista.

Assistiu ao julgamento a Dra. MARIANA ALVES RORIZ BUENO, pela parte RECORRENTE: ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR.

Brasília, 03 de dezembro de 2013 (data do julgamento).

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 39.644 - DF (2012/0247684-3)

RELATÓRIO

EXMO. SR. MINISTRO ARI PARGENDLER(Relator):

Os autos dão conta de que Eliel Flores Roriz Júnior impetrou mandado de segurança contra ato do Governador do Distrito Federal que indeferiu seu pedido de efetivação no cargo de Agente Penitenciário, o qual ocupa desde 1.999 por força de medida liminar (e-stj, fl. 03/33).

O Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, relator o Desembargador Lécio Resende, denegou a ordem em acórdão cuja ementa é a seguinte:

"MANDADO DE SEGURANÇA - ADMINISTRATIVO - CONCURSO PÚBLICO - AGENTE PENITENCIÁRIO - PSICOTÉCNICO - REPROVAÇÃO - LIMINAR - POSSE E EXERCÍCIO - RECURSO - TRÂNSITO EM JULGADO - TEORIA DO FATO CONSUMADO - INAPLICABILIDADE - SEGURANÇA DENEGADA. O trânsito em julgado da ação Declaratória de Nulidade, que permitiu em sede de liminar a posse e exercício do impetrante, no cargo de Agente Penitenciário, afasta a aplicação da Teoria do Fato Consumado, vez que a permanência no serviço público depende do êxito no processo judicial, em que se discutiu a legalidade ou não do exame psicotécnico, no concurso específico" (e-stj, fl. 364).

Sobreveio o presente recurso ordinário (e-stj, fl. 380/404), a cujo respeito o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento (e-stj, fl. 444/446).

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 39.644 - DF (2012/0247684-3)

VOTO

EXMO. SR. MINISTRO ARI PARGENDLER(Relator):

No RMS nº 38.699, DF, proferi o seguinte voto:

"Os fatos são os seguintes.

O recorrente prestou concurso para o cargo de Agente Penitenciário da Polícia Civil do Distrito Federal em 1998, tendo sido aprovado em todas as fases; todavia, foi considerado inapto no exame psicotécnico.

À vista disto, ajuizou ação visando à declaração de ilegalidade daquele exame. A medida liminar foi deferida, e o recorrente seguiu participando do processo seletivo. A decisão foi confirmada por sentença.

Sobreveio apelação, na qual o tribunal a quo reformou a sentença, julgando improcedente o pedido.

O acórdão foi atacado por recurso especial e recurso extraordinário, desenganados definitivamente pelo trânsito em julgado.

O recorrente então ajuizou nova ação com o propósito de se manter no cargo de agente penitenciário. O processo foi extinto, sem julgamento de mérito, em razão da litispendência.

A apelação foi desprovida, tendo sido esta a sorte também do recurso especial. Sucessivos embargos de declaração foram rejeitados. Seguiram-se embargos de divergência, indeferidos liminarmente, e na seqüência agravo regimental e reiterados embargos de declaração, aquele e estes mal sucedidos. O recurso extraordinário teve o seguimento negado, e desprovido o agravo de instrumento interposto desta decisão. A final, o último recurso, qual seja, o agravo regimental deixou de ser conhecido, por se tratar de matéria cuja repercussão geral o Supremo Tribunal Federal já deixara de reconhecer.

Não obstante tudo isso, o recorrente pediu administrativamente a efetivação no cargo em razão do decurso do tempo em que o ocupou, mas o requerimento foi indeferido.

O presente mandado de segurança ataca essa decisão, mas

Superior Tribunal de Justiça

está desenganado pela coisa julgada resultante da primeira ação.

Voto, por isso, no sentido de negar provimento ao recurso ordinário".

Fiquei, no entanto, vencido, tendo a maioria da Turma adotado o ponto de vista do relator, Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, assim resumido na ementa do julgado:

"ADMINISTRATIVO. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE AGENTE PENITENCIÁRIO DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL. CANDIDATO REPROVADO EM EXAME PSICOTÉCNICO QUE PERMANECEU NO CERTAME POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL. EXERCÍCIO DO CARGO HÁ MAIS DE 12 ANOS. CONSUMAÇÃO DA SITUAÇÃO JURÍDICA COLMATADA EX OPE TEMPORIS. DIREITO LÍQUIDO E CERTO À PERMANÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO. RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.

1. A teor do disposto nos arts. 37, II e 206, V da Constituição Federal, o ingresso no serviço público está sujeito à prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

2. Contudo, considerando as peculiaridades do caso concreto e diante da primazia da segurança jurídica nas relações de Direito Público, em contraste com a aplicação pura e simples do princípio da legalidade, é salutar que se assegure a manutenção de situações jurídicas colmatadas ex ope temporis, ainda que o ingresso no serviço público tenha ocorrido ao abrigo de uma tutela judicial.

3. No presente caso, o recorrente encontra-se no exercício do cargo de Agente Penitenciário da Polícia Civil do Distrito Federal há mais de 13 anos, o que, por si só, revela a extensão das consequências da reversão, a esta altura, do autor à situação anterior à sua investidura, impondo não apenas um recuo de 13 anos em seu status profissional, mas também um retrocesso na sua vida, com os mais variados desdobramentos.

4. Ademais, neste caso, não é nada recomendável, do ponto de vista do interesse público, que uma pessoa que já se encontra trabalhando desde 1999, sem que haja qualquer indício de que exerça seu trabalho de maneira insatisfatória, seja abruptamente dali desalojada e sofra uma drástica modificação na sua situação profissional, econômica e moral, com consequências irreversíveis.

Superior Tribunal de Justiça

5. *Recurso Ordinário provido para assegurar o direito líquido e certo do recorrente de efetivação da posse no cargo ocupado".*

Na espécie, o recorrente se submeteu ao mesmo concurso público, e são assemelhadas as circunstâncias pelas quais se manteve no exercício do cargo após o trânsito em julgado da sentença que julgou improcedente a ação ordinária.

Nessas condições, adequando-me à orientação da maioria da 1ª Turma, voto no sentido de dar provimento ao recurso ordinário.



**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PRIMEIRA TURMA**

Número Registro: 2012/0247684-3 **PROCESSO ELETRÔNICO RMS 39.644 / DF**

Números Origem: 20110020208355 20110020208355RED 208355720118070000

PAUTA: 03/12/2013

JULGADO: 03/12/2013

Relator

Exmo. Sr. Ministro **ARI PARGENDLER**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO**

Subprocuradora-Geral da República

Exma. Sra. Dra. **GILDA PEREIRA DE CARVALHO**

Secretária

Bela. **BÁRBARA AMORIM SOUSA CAMUÑA**

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR
ADVOGADA : RENATTA LIMA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : RENATO GUANABARA LEAL DE ARAÚJO E OUTRO(S)

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Concurso Público / Edital - Exame Psicotécnico / Psiquiátrico

SUSTENTAÇÃO ORAL

Assistiu ao julgamento a Dra. **MARIANA ALVES RORIZ BUENO**, pela parte RECORRENTE: **ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR**.

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia PRIMEIRA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Turma, por maioria, vencido o Sr. Ministro Sérgio Kukina, deu provimento ao recurso ordinário em mandado de segurança, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Arnaldo Esteves Lima, Napoleão Nunes Maia Filho e Benedito Gonçalves votaram com o Sr. Ministro Relator, que ressaltou o seu ponto de vista.

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 39.644 - DF
(2012/0247684-3)**

RELATOR : MINISTRO ARI PARGENDLER
EMBARGANTE : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : RENATO GUANABARA LEAL DE ARAÚJO E OUTRO(S)
EMBARGADO : ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR
ADVOGADA : RENATTA LIMA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Omissão, contradição e obscuridade inexistentes. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da PRIMEIRA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho (Presidente), Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 04 de setembro de 2014 (data do julgamento).

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 39.644 - DF
(2012/0247684-3)

RELATÓRIO

EXMO. SR. MINISTRO ARI PARGENDLER (Relator):

Os embargos de declaração foram opostos contra acórdão assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. AGENTE PENITENCIÁRIO DA POLÍCIA CIVIL. EXAME PSICOTÉCNICO.

Adequação do relator, com a ressalva de entendimento pessoal, à orientação da maioria da 1ª Turma (RMS nº 38.699, DF).

Recurso ordinário provido" (e-stj, fl. 523).

A teor do recurso:

"Com base na teoria do fato consumado, o v. acórdão embargado concedeu a segurança, sem contudo analisar explícita e fundamentadamente a impetração à luz das limitações impostas pelos princípios constitucionais do concurso público e da legalidade, inscritos nos arts. 5º, caput e inciso II e 37, I e II, da Constituição Federal" (e-stj, fl. 534).

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 39.644 - DF
(2012/0247684-3)**

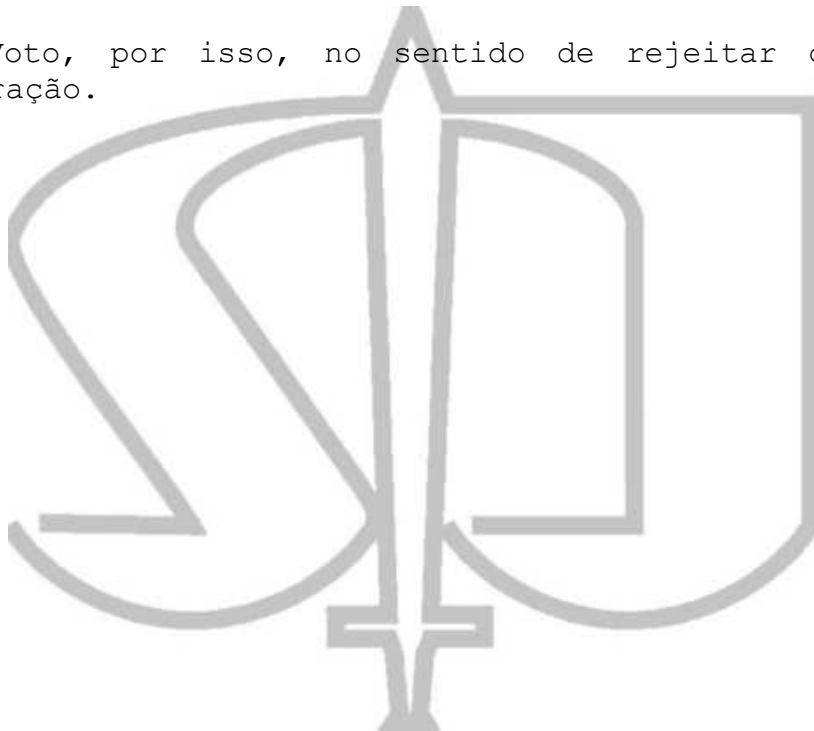
VOTO

EXMO. SR. MINISTRO ARI PARGENDLER (Relator):

Os embargos de declaração supõem omissão, contradição ou obscuridade, nenhum desses defeitos presente no caso.

Para os efeitos de recurso extraordinário, veja-se o enunciado da Súmula nº 356 do Supremo Tribunal Federal.

Voto, por isso, no sentido de rejeitar os embargos de declaração.



**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PRIMEIRA TURMA**

Número Registro: 2012/0247684-3

EDcl no
RMS 39.644 / DF

Números Origem: 20110020208355 20110020208355RED 208355720118070000

EM MESA

JULGADO: 04/09/2014

Relator

Exmo. Sr. Ministro **ARI PARGENDLER**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO**

Subprocuradora-Geral da República

Exma. Sra. Dra. **DENISE VINCI TULIO**

Secretária

Bela. **BÁRBARA AMORIM SOUSA CAMUÑA**

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR
ADVOGADA : RENATTA LIMA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : RENATO GUANABARA LEAL DE ARAÚJO E OUTRO(S)

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Concurso
Público / Edital - Exame Psicotécnico / Psiquiátrico

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : RENATO GUANABARA LEAL DE ARAÚJO E OUTRO(S)
EMBARGADO : ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR
ADVOGADA : RENATTA LIMA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia PRIMEIRA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho (Presidente), Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator.

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 39.644 - DF (2012/0247684-3)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
RECORRENTE : **ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR**
ADVOGADA : **RENATTA LIMA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)**
RECORRIDO : **DISTRITO FEDERAL**
PROCURADOR : **RENATO GUANABARA LEAL DE ARAÚJO E OUTRO(S)**

EMENTA

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. ASSUNÇÃO DE CARGO POR FORÇA DE LIMINAR. POSTERIOR REVOGAÇÃO OU ALTERAÇÃO. TEORIA DO FATO CONSUMADO. APLICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF. JUÍZO DE RETRATAÇÃO.

1. O Supremo Tribunal Federal, em julgamento realizado sob a sistemática da repercussão geral, firmou o entendimento de que não é compatível com a ordem constitucional vigente de acesso a cargos públicos a permanência no cargo, sob fundamento de fato consumado, de candidato não aprovado, que nele tomou posse em razão de decisão liminar ou antecipatória da tutela, a qual foi posteriormente revogada ou alterada.

2. Recurso ordinário desprovido, em juízo de retratação realizado com base no art. 1.040, II, do CPC/2015.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da PRIMEIRA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por maioria, vencido o Sr. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, negar provimento ao recurso ordinário em mandado de segurança, em juízo de retratação realizado com base no art. 1.040, II, do CPC, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves (voto-vista), Sérgio Kukina (Presidente) e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 21 de junho de 2016 (Data do julgamento).

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator

*Superior Tribunal de Justiça***RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 39.644 - DF (2012/0247684-3)****RELATÓRIO****O EXMO. SR. MINISTRO GURGEL DE FARIA (Relator):**

Retornam os presentes autos para novo julgamento, em face do disposto no art. 543-B, § 3º, do CPC/1973, *in verbis*: "Julgado o mérito do recurso extraordinário, os recursos sobrestados serão apreciados pelos Tribunais, Turmas de Uniformização ou Turmas Recursais, que poderão declará-los prejudicados ou retratar-se."

O em. Ministro Ari Pargendler, meu antecessor, deu provimento ao recurso ordinário interposto por Eliel Flores Roriz Júnior, reformando o acórdão proferido pelo Tribunal de origem, para conceder a ordem, assegurando ao recorrente, ante a aplicação da teoria do fato consumado, o direito líquido e certo de permanecer no cargo de Agente Penitenciário, para o qual foi nomeado e no qual foi empossado em 1999, por força de provimento liminar deferido em ação declaratória de nulidade. A ementa sintetizou o julgado com o seguinte teor (e-STJ fl. 523):

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. AGENTE PENITENCIÁRIO DA POLÍCIA CIVIL. EXAME PSICOTÉCNICO.

Adequação do relator, com a ressalva de entendimento pessoal, à orientação da maioria da 1ª Turma (RMS nº 38.699, DF).

Recurso ordinário provido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ fls. 539/542).

Inconformado, o Distrito Federal interpôs recurso extraordinário (e-STJ fls. 551/557), que foi sobrestado, tendo em vista o reconhecimento de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal da questão suscitada (e-STJ fls. 598/600).

Na petição de e-STJ fls. 605/605, o recorrente alega que, em determinado período em que não estava amparado por liminar, permaneceu no cargo, o que indica a inércia da Administração, "ou melhor, ausência de interesse de agir na exoneração". Afirma que a hipótese dos autos é diversa daquela julgada pelo STF em sede de repercussão geral, uma vez que, na data da impetração, não havia nenhuma decisão judicial que determinasse sua permanência no cargo. Por fim, sustenta que o aresto proferido nesta Corte foi baseado em outros fundamentos – princípios da boa-fé, da razoabilidade e da segurança jurídica –, e não apenas na teoria do fato consumado.

Após o julgamento do mérito da repercussão geral, os autos foram a mim atribuídos em 02/03/2016, para fins do art. 543-B, § 3º, do CPC/1973 (e-STJ fls. 611/612 e 620).

É o relatório.

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 39.644 - DF (2012/0247684-3)

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO GURGEL DE FARIA (Relator):

O Supremo Tribunal Federal, em acórdão transitado em julgado em 07/05/2015, firmou entendimento de que não é compatível com a ordem constitucional vigente de acesso a cargos públicos a permanência no cargo, sob fundamento de fato consumado, de candidato não aprovado, que nele tomou posse em razão de decisão liminar ou antecipatória da tutela, a qual foi posteriormente revogada ou alterada. A ementa sintetizou o julgado com o seguinte teor:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO REPROVADO QUE ASSUMIU O CARGO POR FORÇA DE LIMINAR. SUPERVENIENTE REVOGAÇÃO DA MEDIDA. RETORNO AO *STATUS QUO ANTE*. 'TEORIA DO FATO CONSUMADO', DA PROTEÇÃO DA CONFIANÇA LEGÍTIMA E DA SEGURANÇA JURÍDICA. INAPLICABILIDADE. RECURSO PROVIDO.

1. Não é compatível com o regime constitucional de acesso aos cargos públicos a manutenção no cargo, sob fundamento de fato consumado, de candidato não aprovado que nele tomou posse em decorrência de execução provisória de medida liminar ou outro provimento judicial de natureza precária, supervenientemente revogado ou modificado.

2. Igualmente incabível, em casos tais, invocar o princípio da segurança jurídica ou o da proteção da confiança legítima. É que, por imposição do sistema normativo, a execução provisória das decisões judiciais, fundadas que são em títulos de natureza precária e revogável, se dá, invariavelmente, sob a inteira responsabilidade de quem a requer, sendo certo que a sua revogação acarreta efeito *ex tunc*, circunstâncias que evidenciam sua inaptidão para conferir segurança ou estabilidade à situação jurídica a que se refere.

3. Recurso extraordinário provido. (RE 608482, Relator Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe 30/10/2014).

Não obstante as peculiaridades do caso concreto – notadamente o fato de o recorrente, mesmo tendo sido reprovado em exame psicotécnico, estar há mais de 15 anos em pleno exercício do cargo de agente penitenciário –, o recurso ordinário e o aresto ora em juízo de retratação foram calcados na aplicação da teoria do fato consumado, havendo a configuração de afronta ao que decidiu o Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, em juízo de retratação realizado com base no art. 1.040, II, do CPC/2015, NEGOU PROVIMENTO ao recurso ordinário interposto por Eliel Flores Roriz Júnior, mantendo a denegação da ordem proferida pelo Tribunal de origem no julgamento do *writ*.

É como voto.

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 39.644 - DF (2012/0247684-3)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
RECORRENTE : ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR
ADVOGADA : RENATTA LIMA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : RENATO GUANABARA LEAL DE ARAÚJO E OUTRO(S)

VOTO-VENCIDO (MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO)

1. Senhor Presidente, pelo que percebi - gostaria de chamar bem a atenção para esse ponto -, a permanência do Recorrente no serviço público não foi sob o guarda-chuva da liminar. No começo foi, a liminar caiu e ele permaneceu.

2. Por que a Administração não o exonerou, o demitiu, ou não o excluiu quando essa liminar caiu? Será que, mesmo numa situação dessas, teria aplicabilidade a decisão do Supremo Tribunal Federal? Ou essa decisão, como toda norma pode ser interpretada para ser ajustada ao caso concreto como se fosse uma lei, uma súmula, um precedente repetitivo e coisas desse tipo?

3. Sei que há uma tendência natural - eu também tenho essa tendência - de aplicar essa decisão do Supremo Tribunal Federal aos casos gerais, mas este caso tem uma singularidade deveras importante, que é a permanência por 15 anos e não mais ao abrigo da liminar, pelo que entendi, Senhores Ministros GURGEL DE FARIA e BENEDITO GONÇALVES. Portanto, deixou de ser a permanência dentro do serviço público uma consequência da eficácia da liminar. Então, é outro motivo da permanência, mas neste caso também não se aplica o fato consumado? Não tem mais, por exemplo, prescrição aquisitiva de direito ou de propriedade? Então, se fato consumado tiver realmente essa largueza e esse destempero, não se pode mais falar sequer em direito adquirido pelo decurso do tempo, pelo menos. Assim, como uma consequência quase que necessária desse entendimento excessivamente enlarguecido.

4. Concorro inteiramente com o Ministro GURGEL DE FARIAS, mas observo que a permanência do Recorrente não foi por força da liminar, deixou de

Superior Tribunal de Justiça

ser por força da liminar. E tendo deixado de ser, ainda permanece eficaz ou passível de aplicação essa orientação do Supremo Tribunal Federal? Entendo que não. Não vou desrespeitar a decisão do STF, absolutamente. Sei que ela é vinculante, imperativa, obrigatória, mas ser aplicada a todos os casos iguais e não àqueles que têm alguma peculiaridade relevante que o distinga dos demais?

5. O voto do Ministro GURGEL DE FARIAS segue a orientação do nosso Tribunal, que afirma exatamente o que Sua Excelência diz. Então, se o Supremo declara que não há fato consumado, não há fato consumado, e não interessam as circunstâncias. Talvez isso não seja um ideal de justiça. Regra: fato consumado não cristaliza situações jurídicas em situações como esta, mas tem as singularidades dos casos concretos, como dizia o Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA.

6. Penso que, no caso, com toda reverência a decisão do Supremo Tribunal Federal e com toda submissão consciente à decisão da Suprema Corte, penso que, a este caso, ela não tenha aplicabilidade, com a devida vênia do Ministro GURGEL DE FARIA, tendo em vista que cessou a tutela provisória ou decisão judicial, qualquer que fosse, nem que não fosse provisória, e ele permaneceu.

7. Eis a situação, Senhor Presidente. Penso que ele está amparado. São 15 anos de trabalho como agente penitenciário, e agora vai simplesmente ser mandado embora.

8. Ministro GURGEL DE FARIA, não estou divergindo do Supremo Tribunal Federal, mas acho que esse caso do STF não tem aplicabilidade a este que está em julgamento; tem como regra nos outros, mas neste, penso que não.

9. Peço vênia ao Ministro GURGEL DE FARIA para dar provimento ao Recurso Especial sob o fundamento de que a aplicação a este caso não é possível. Reconheço que o voto do eminente Ministro GURGEL DE FARIA vai na sequência de uma jurisprudência torrencial desta Corte. A expressão **fato consumado** tornou-se uma expressão abominável, mal dita, para efeito de alguém permanecer no serviço público, mas este caso possui singularidade que o diferencia dos demais.

Superior Tribunal de Justiça

10. É como voto.



**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PRIMEIRA TURMA**

Número Registro: 2012/0247684-3 **PROCESSO ELETRÔNICO RMS 39.644 / DF**

Números Origem: 20110020208355 20110020208355RED 208355720118070000

PAUTA: 26/04/2016

JULGADO: 26/04/2016

Relator

Exmo. Sr. Ministro **GURGEL DE FARIA**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **SÉRGIO KUKINA**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA**

Secretária

Bela. **BÁRBARA AMORIM SOUSA CAMUÑA**

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR
ADVOGADA : RENATTA LIMA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : RENATO GUANABARA LEAL DE ARAÚJO E OUTRO(S)

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Concurso Público / Edital - Exame Psicotécnico / Psiquiátrico

SUSTENTAÇÃO ORAL

Dra. RENATTA LIMA DE OLIVEIRA, pela parte RECORRENTE: ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR.

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia PRIMEIRA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Após o voto do Sr. Ministro Relator negando provimento ao recurso ordinário em mandado de segurança, em juízo de retratação realizado com base no art. 1.040, II, do CPC e o voto divergente do Sr. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho dando-lhe provimento, pediu vista o Sr. Ministro Benedito Gonçalves. Aguardam os Srs. Ministros Sérgio Kukina (Presidente) e Regina Helena Costa.

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PRIMEIRA TURMA**

Número Registro: 2012/0247684-3 **PROCESSO ELETRÔNICO RMS 39.644 / DF**

Números Origem: 20110020208355 20110020208355RED 208355720118070000

PAUTA: 02/06/2016

JULGADO: 02/06/2016

Relator

Exmo. Sr. Ministro **GURGEL DE FARIA**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **SÉRGIO KUKINA**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **RONALDO MEIRA DE VASCONCELLOS ALBO**

Secretária

Bela. **BÁRBARA AMORIM SOUSA CAMUÑA**

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR
ADVOGADA : RENATTA LIMA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : RENATO GUANABARA LEAL DE ARAÚJO E OUTRO(S)

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Concurso Público / Edital - Exame Psicotécnico / Psiquiátrico

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia PRIMEIRA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Adiado para a próxima sessão por indicação do Sr. Ministro Benedito Gonçalves.

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 39.644 - DF (2012/0247684-3)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
RECORRENTE : **ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR**
ADVOGADA : **RENATTA LIMA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)**
RECORRIDO : **DISTRITO FEDERAL**
PROCURADOR : **RENATO GUANABARA LEAL DE ARAÚJO E OUTRO(S)**

EMENTA

ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. POSSE PRECÁRIA, POSTERIORMENTE CASSADA POR DECISÃO JÁ TRANSITADA EM JULGADO. TEORIA DO FATO CONSUMADO. INAPLICABILIDADE. TESE JULGADA PELO STF, SOB O REGIME DE REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO NÃO PROVIDO, ACOMPANHANDO O VOTO DO RELATOR.

VOTO-VISTA

O SENHOR MINISTRO BENEDITO GONÇALVES: Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança em que se discute a possibilidade de permanência de candidato em cargo público, cuja posse se deu por força de decisão liminar, posteriormente cassada.

Com o julgamento do RE n. 604.482/RN pelo Supremo Tribunal Federal, os autos foram devolvidos pela Vice-Presidência do STJ ao Min. relator, Gurgel de Farias, em atenção ao disposto no art. 543-B, §3º, do CPC, diante da necessidade de adequação do julgamento ao entendimento firmado por aquela Corte.

A Primeira Turma deste Tribunal Superior havia decidido pela aplicação da Teoria do Fato Consumado ao presente caso, uma vez que a recorrente encontrava-se no cargo de Agente Penitenciário há mais de 13 anos (desde 1999), na época em que proferida a referida decisão.

Ocorre que a questão foi posta ao exame do Plenário do Supremo Tribunal Federal que, reconhecendo a repercussão geral da matéria, apreciou e julgou o RE 604.482/RN, de relatoria do Min. Teori Zavaski, ocasião em que decidiu ofender a ordem constitucional vigente, relativamente ao acesso aos cargos públicos, a permanência de candidato não aprovado no certame público que tomou posse em razão de decisão liminar ou antecipatória da tutela, a qual foi posteriormente revogada ou alterada.

Diante de tal situação, o e. relator, Min. Gurgel de Farias, em juízo de retratação

Superior Tribunal de Justiça

oportunizado pelo artigo 543-B, §3º, do CPC/73 (art. 1.040, II, do CPC/15), entendeu por bem negar provimento ao recurso, mantendo a denegação da ordem proferida pelo TJDF.

Após o voto de divergência proferido pelo Min. Napoleão Nunes Maia Filho, dando provimento ao recurso, pedi vista dos autos.

Com efeito, não obstante as conhecidas peculiaridades existentes no caso dos autos, consubstanciadas no fato de que o recorrente encontra-se no exercício do cargo desde 1999, não vejo outra solução senão a de acompanhar o e. Ministro Relator, em razão do que restou julgado pela Suprema Corte em repercussão geral, no sentido de rejeitar a invocação da teoria do fato consumado para consolidar situação constituída por força de liminar posteriormente cassada, sob pena de perpetuar situação contrária à lei.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso ordinário, acompanhando o voto do relator.

É o voto.

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PRIMEIRA TURMA**

Número Registro: 2012/0247684-3 **PROCESSO ELETRÔNICO RMS 39.644 / DF**

Números Origem: 20110020208355 20110020208355RED 208355720118070000

PAUTA: 21/06/2016

JULGADO: 21/06/2016

Relator

Exmo. Sr. Ministro **GURGEL DE FARIA**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **SÉRGIO KUKINA**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **ANTÔNIO CARLOS FONSECA DA SILVA**

Secretária

Bela. **BÁRBARA AMORIM SOUSA CAMUÑA**

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR
ADVOGADA : RENATTA LIMA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : RENATO GUANABARA LEAL DE ARAÚJO E OUTRO(S)

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Concurso Público / Edital - Exame Psicotécnico / Psiquiátrico

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia PRIMEIRA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Prosseguindo o julgamento, após o voto-vista do Sr. Ministro Benedito Gonçalves, a Turma, por maioria, vencido o Sr. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, negou provimento ao recurso ordinário em mandado de segurança, em juízo de retratação realizado com base no art. 1.040, II, do CPC, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves (voto-vista), Sérgio Kukina (Presidente) e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 39.644 - DF
(2012/0247684-3)**

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
EMBARGANTE : **ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR**
ADVOGADA : **RENATTA LIMA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - DF019879**
EMBARGADO : **DISTRITO FEDERAL**
PROCURADOR : **RENATO GUANABARA LEAL DE ARAÚJO E OUTRO(S) - DF013057**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRESSUPOSTOS. INEXISTÊNCIA.

1. Os embargos de declaração têm por escopo sanar decisão judicial eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material.
2. Hipótese em que não há no acórdão nenhuma situação que dê amparo ao recurso integrativo.
3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina (Presidente) e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 1º de dezembro de 2016 (Data do julgamento).

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 39.644 - DF
(2012/0247684-3)**

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO GURGEL DE FARIA (Relator):

Trata-se de embargos de declaração opostos por ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR contra acórdão assim ementado (e-STJ fl. 644):

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. ASSUNÇÃO DE CARGO POR FORÇA DE LIMINAR. POSTERIOR REVOGAÇÃO OU ALTERAÇÃO. TEORIA DO FATO CONSUMADO. APLICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF. JUÍZO DE RETRATAÇÃO.

1. O Supremo Tribunal Federal, em julgamento realizado sob a sistemática da repercussão geral, firmou o entendimento de que não é compatível com a ordem constitucional vigente de acesso a cargos públicos a permanência no cargo, sob fundamento de fato consumado, de candidato não aprovado, que nele tomou posse em razão de decisão liminar ou antecipatória da tutela, a qual foi posteriormente revogada ou alterada.
2. Recurso ordinário desprovido, em juízo de retratação realizado com base no art. 1.040, II, do CPC/2015.

Nas suas razões o embargante alega que "quando da impetração e do julgamento perante a instância ordinária, já não se encontrava amparado por qualquer decisão judicial liminar ou de mérito, que lhe garantisse no exercício do cargo" (e-STJ fl. 652).

Aduz que no período compreendido entre 14/19/2012 – data do trânsito em julgado do ERESp 884581/DF– e 03/12/2013 – data do julgamento do presente RMS – permaneceu no cargo, mesmo sem o amparo de provimento liminar, indicando a inércia da Administração, com a ausência de interesse de agir na sua exoneração.

Afirma que refez em juízo o teste psicológico, obtendo aprovação. Nesse contexto, o julgamento realizado pelo Supremo Tribunal Federal na repercussão geral indicada não se amolda à hipótese dos autos.

Busca, ainda, manifestação acerca do trânsito em julgado do RMS 38699/DF, que considerou outro agente penitenciário como estável no cargo.

Ao final, busca a atribuição de efeito modificativo aos embargos.

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 39.644 - DF
(2012/0247684-3)**

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO GURGEL DE FARIA (Relator):

Os embargos de declaração têm por escopo sanar decisão judicial eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

In casu, não ocorreu nenhum dos vícios supracitados.

Com efeito, o Colegiado, ao negar provimento ao recurso ordinário, foi claro ao assentar que, não obstante as peculiaridades do caso concreto – notadamente o fato de o recorrente, mesmo tendo sido reprovado em exame psicotécnico, estar há mais de 15 anos em pleno exercício do cargo de agente penitenciário –, o recurso ordinário e o aresto em retratação foram calcados na aplicação da teoria do fato consumado, havendo a configuração de afronta ao que decidiu o Supremo Tribunal Federal em julgamento realizado sob a sistemática da repercussão geral.

Registre-se que houve amplo debate, sendo certo que o inconformismo com o resultado da lide não pode servir de argumento à interposição continuada de recursos, como ocorre na presente hipótese, especialmente diante da ausência de vícios no julgado.

Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração.

É como voto.

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PRIMEIRA TURMA**

Número Registro: 2012/0247684-3 **PROCESSO ELETRÔNICO** **RMS** **EDcl no**
39.644 / DF

Números Origem: 20110020208355 20110020208355RED 208355720118070000

PAUTA: 01/12/2016

JULGADO: 01/12/2016

Relator

Exmo. Sr. Ministro **GURGEL DE FARIA**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **SÉRGIO KUKINA**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **MANOEL DO SOCORRO T. PASTANA**

Secretária

Bela. **BÁRBARA AMORIM SOUSA CAMUÑA**

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR
ADVOGADA : RENATTA LIMA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - DF019879
RECORRIDO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : RENATO GUANABARA LEAL DE ARAÚJO E OUTRO(S) - DF013057

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Concurso
Público / Edital - Exame Psicotécnico / Psiquiátrico

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE : ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR
ADVOGADA : RENATTA LIMA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - DF019879
EMBARGADO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : RENATO GUANABARA LEAL DE ARAÚJO E OUTRO(S) - DF013057

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia PRIMEIRA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina (Presidente) e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.050.340 DISTRITO FEDERAL

RELATORA : MIN. ROSA WEBER
RECTE.(S) : ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR
ADV.(A/S) : RENATTA LIMA DE OLIVEIRA
ADV.(A/S) : LIGIA SIMONE COSTA CALADO DORNELAS
CAMARA
RECDO.(A/S) : DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Vistos etc.

Contra o acórdão prolatado pelo Tribunal de origem, maneja recurso extraordinário, com base no art. 102, III, da Lei Maior, Eliel Flores Roriz Junior. Aparelhado o recurso na afronta aos arts. 5º, *caput*, e 37, II, da Constituição Federal.

É o relatório.**Decido.**

Preenchidos os pressupostos extrínsecos.

Da detida análise dos fundamentos adotados pelo Tribunal de origem, por ocasião do julgamento do apelo veiculado na instância ordinária, em confronto com as razões veiculadas no extraordinário, concluo que nada colhe o recurso.

Pretende a parte recorrente a revisão do julgado que, em juízo de retratação, aplicou a orientação firmada em sede de repercussão geral no RE 608.482-RG, no sentido da inaplicabilidade da teoria do fato consumado nos casos de provimento judicial de natureza precária.

Alega inadequado o paradigma ao caso concreto ao argumento de que consolidada sua permanência no cargo público sem amparo de provimento judicial liminar, em razão da inércia da Administração Pública, caracterizando, dessa forma, ausência de interesse de agir.

A pretensão deduzida não encontra amparo na jurisprudência firmada no âmbito desta Suprema Corte, quanto ao reconhecimento de fato consumado em questões relativas a concurso público, *verbis*:

“Agravamento regimental no agravo de instrumento.
Administrativo. Concurso público. Exame psicotécnico.

RE 1050340 / DF

Previsão legal. Avaliação mediante critérios objetivos. Publicidade dos resultados. Ofensa a direito local. Reexame de fatos e provas. Impossibilidade. Teoria do fato consumado. Inaplicabilidade. Precedentes.

1. É pacífica jurisprudência deste Tribunal no sentido de ser possível a exigência de teste psicotécnico como condição de ingresso no serviço público, desde que haja previsão no edital regulamentador do certame e em lei, que referido exame seja realizado mediante critérios objetivos, e que se confira publicidade aos resultados da avaliação. Incidência da Súmula nº 686/STF.

2. Não se abre a via do recurso extraordinário para a análise de direito local e reexame de fatos e provas dos autos. Incidência das Súmulas nºs 280 e 279/STF.

3. A jurisprudência deste Tribunal é firme no sentido da inaplicabilidade da teoria do fato consumado a questões relativas a concurso público.

4. Agravo regimental não provido.” (AI 617.917-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, 1ª Turma, DJe 18.8.2011)

“AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO DECLARADO NULO. EXONERAÇÃO DOS SERVIDORES. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ARTIGO 5º, XXXVI, DA CONSTITUIÇÃO. VERIFICAÇÃO NO CASO CONCRETO. OFENSA REFLEXA. TEORIA DO FATO CONSUMADO. INAPLICABILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO JUÍZO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE DE MAJORAÇÃO NESTA SEDE RECURSAL. ARTIGO 85, § 11, DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.” (RE 1030070-AGR, REL. MIN. LUIZ FUX, 1ª TURMA, DJE 21.6.2017)

“Agravo regimental no recurso extraordinário com

RE 1050340 / DF

agravo. Servidor público. Licença para capacitação. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Inaplicabilidade da teoria do fato consumado. Precedentes.

1. Não se presta o recurso extraordinário para a análise da legislação infraconstitucional, tampouco para o reexame do conjunto fático-probatório da causa. Incidência das Súmulas nºs 280 e 279/STF.

2. A jurisprudência desta Corte tem rechaçado a teoria do fato consumado para conceder direito inexistente sob a alegação de consolidação da situação fática pelo decurso do tempo.

3. Agravo regimental não provido.

4. Inaplicável o art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, haja vista tratar-se, na origem, de mandado de segurança."ARE 1001176-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, 2ª Turma, DJe 03.4.2017)

Nesse sentir, não merece seguimento o recurso extraordinário, consoante também se denota dos fundamentos da decisão que desafiou o recurso, aos quais me reporto e cuja detida análise conduz à conclusão pela ausência de ofensa a preceito da Constituição da República.

Nego seguimento (art. 21, § 1º, do RISTF).

Publique-se.

Brasília, 07 de agosto de 2017.

Ministra Rosa Weber

Relatora

12/12/2017**PRIMEIRA TURMA****AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.050.340 DISTRITO FEDERAL**

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S)	: ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR
ADV.(A/S)	: RENATTA LIMA DE OLIVEIRA
ADV.(A/S)	: LIGIA SIMONE COSTA CALADO DORNELAS
	CAMARA
AGDO.(A/S)	: DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. TEORIA DO FATO CONSUMADO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. CONSONÂNCIA DA DECISÃO RECORRIDA COM A JURISPRUDÊNCIA CRISTALIZADA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO QUE NÃO MERECE TRÂNSITO. REELABORAÇÃO DA MOLDURA FÁTICA. PROCEDIMENTO VEDADO NA INSTÂNCIA EXTRAORDINÁRIA. AGRAVO MANEJADO SOB A VIGÊNCIA DO CPC/2015.

1. O entendimento da Corte de origem, nos moldes do assinalado na decisão agravada, não diverge da jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal. Compreensão diversa demandaria a reelaboração da moldura fática delineada no acórdão de origem, a tornar oblíqua e reflexa eventual ofensa à Constituição, insuscetível, como tal, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário.

2. As razões do agravo interno não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada.

3. Em se tratando de mandado de segurança, inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015.

4. Agravo interno conhecido e não provido, com aplicação da penalidade prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, calculada à razão de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa.

ACÓRDÃO

RE 1050340 AGR / DF

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal em conhecer do agravo e negar-lhe provimento, com aplicação da penalidade prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, nos termos do voto da Relatora e por unanimidade de votos, em sessão da Primeira Turma presidida pelo Ministro Luiz Fux, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas.

Brasília, 12 de dezembro de 2017.

Ministra Rosa Weber
Relatora

12/12/2017**PRIMEIRA TURMA****AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.050.340 DISTRITO FEDERAL**

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S)	: ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR
ADV.(A/S)	: RENATTA LIMA DE OLIVEIRA
ADV.(A/S)	: LIGIA SIMONE COSTA CALADO DORNELAS
	CAMARA
AGDO.(A/S)	: DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): Contra a decisão por mim proferida, pela qual negado seguimento ao recurso, maneja agravo interno Eliel Flores Roriz Junior.

A matéria debatida, em síntese, diz com a revogação do ato de provimento em cargo público no caso de candidato que tomou posse mediante decisão judicial de natureza precária.

O agravante ataca a decisão impugnada, ao argumento de que a violação dos preceitos da Constituição Federal se dá de forma direta. Insiste na afronta aos arts. 5º, *caput*, e 37, II, da Constituição Federal.

O Superior Tribunal de Justiça julgou a controvérsia em decisão cuja ementa reproduzo:

“ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. ASSUNÇÃO DE CARGO POR FORÇA DE LIMINAR. POSTERIOR REVOGAÇÃO OU ALTERAÇÃO. TEORIA DO FATO CONSUMADO. APLICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. 1. O Supremo Tribunal Federal, em julgamento realizado sob a sistemática da repercussão geral, firmou o entendimento de que não é compatível com a ordem constitucional vigente de acesso a cargos públicos a permanência no cargo, sob fundamento de fato consumado, de candidato não aprovado, que nele tomou posse em razão de

RE 1050340 AGR / DF

decisão liminar ou antecipatória da tutela, a qual foi posteriormente revogada ou alterada. 2. Recurso ordinário desprovido, em juízo de retratação realizado com base no art. 1.040, II, do CPC/2015.”

Recurso extraordinário interposto sob a égide do CPC/1973.

Agravo manejado sob a vigência do Código de Processo Civil de 2015.

É o relatório.

12/12/2017

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.050.340 DISTRITO FEDERAL

VOTO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): Preenchidos os pressupostos genéricos, **conheço** do agravo interno e passo ao exame do mérito.

Nada colhe o agravo.

Transcrevo o teor da decisão que desafiou o agravo:

“Vistos etc.

Contra o acórdão prolatado pelo Tribunal de origem, maneja recurso extraordinário, com base no art. 102, III, da Lei Maior, Eliel Flores Roriz Junior. Aparelhado o recurso na afronta aos arts. 5º, *caput*, e 37, II, da Constituição Federal.

É o relatório.**Decido.**

Preenchidos os pressupostos extrínsecos.

Da detida análise dos fundamentos adotados pelo Tribunal de origem, por ocasião do julgamento do apelo veiculado na instância ordinária, em confronto com as razões veiculadas no extraordinário, concluo que nada colhe o recurso.

Pretende a parte recorrente a revisão do julgado que, em juízo de retratação, aplicou a orientação firmada em sede de repercussão geral no RE 608.482-RG, no sentido da inaplicabilidade da teoria do fato consumado nos casos de provimento judicial de natureza precária.

Alega inadequado o paradigma ao caso concreto ao argumento de que consolidada sua permanência no cargo público sem amparo de provimento judicial liminar, em razão da inércia da Administração Pública, caracterizando, dessa forma, ausência de interesse de agir.

A pretensão deduzida não encontra amparo na jurisprudência firmada no âmbito desta Suprema Corte, quanto

RE 1050340 AGR / DF

ao reconhecimento de fato consumado em questões relativas a concurso público, *verbis*:

“Agravamento regimental no agravamento de instrumento. Administrativo. Concurso público. Exame psicotécnico. Previsão legal. Avaliação mediante critérios objetivos. Publicidade dos resultados. Ofensa a direito local. Reexame de fatos e provas. Impossibilidade. Teoria do fato consumado. Inaplicabilidade. Precedentes.

1. É pacífica jurisprudência deste Tribunal no sentido de ser possível a exigência de teste psicotécnico como condição de ingresso no serviço público, desde que haja previsão no edital regulamentador do certame e em lei, que referido exame seja realizado mediante critérios objetivos, e que se confira publicidade aos resultados da avaliação. Incidência da Súmula nº 686/STF.

2. Não se abre a via do recurso extraordinário para a análise de direito local e reexame de fatos e provas dos autos. Incidência das Súmulas nºs 280 e 279/STF.

3. A jurisprudência deste Tribunal é firme no sentido da inaplicabilidade da teoria do fato consumado a questões relativas a concurso público.

4. Agravamento regimental não provido.” (AI 617.917-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, 1ª Turma, DJe 18.8.2011)

“AGRAVAMENTO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO DECLARADO NULO. EXONERAÇÃO DOS SERVIDORES. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ARTIGO 5º, XXXVI, DA CONSTITUIÇÃO. VERIFICAÇÃO NO CASO CONCRETO. OFENSA REFLEXA. TEORIA DO FATO CONSUMADO. INAPLICABILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVAMENTO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO JUÍZO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE DE MAJORAÇÃO NESTA SEDE

RE 1050340 AGR / DF

RECURSAL. ARTIGO 85, § 11, DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.” (RE 1030070-AGR, REL. MIN. LUIZ FUX, 1ª TURMA, DJE 21.6.2017)

”Agravos regimental no recurso extraordinário com agravo. Servidor público. Licença para capacitação. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Inaplicabilidade da teoria do fato consumado. Precedentes.

1. Não se presta o recurso extraordinário para a análise da legislação infraconstitucional, tampouco para o reexame do conjunto fático-probatório da causa. Incidência das Súmulas nºs 280 e 279/STF.

2. A jurisprudência desta Corte tem rechaçado a teoria do fato consumado para conceder direito inexistente sob a alegação de consolidação da situação fática pelo decurso do tempo.

3. Agravo regimental não provido.

4. Inaplicável o art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, haja vista tratar-se, na origem, de mandado de segurança.” ARE 1001176-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, 2ª Turma, DJe 03.4.2017)

Nesse sentir, não merece seguimento o recurso extraordinário, consoante também se denota dos fundamentos da decisão que desafiou o recurso, aos quais me reporto e cuja detida análise conduz à conclusão pela ausência de ofensa a preceito da Constituição da República.

Nego seguimento (art. 21, § 1º, do RISTF)”.

Irrepreensível a decisão agravada.

Conforme consignado, o entendimento adotado no acórdão recorrido não diverge da jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal, razão pela qual não há falar em afronta aos preceitos constitucionais invocados no recurso, a teor da decisão que desafiou o agravo. Nesse sentido, além dos precedentes citados na decisão impugnada, cito:

RE 1050340 AGR / DF

“Agravamento regimental no recurso extraordinário. Administrativo. Concurso público. Posse em cargo público por decisão liminar. Cassação. Trânsito em julgado. Cumprimento da ordem judicial pela Administração. Portaria que tornou sem efeito o provimento no cargo. Processo administrativo sumário. Possibilidade. Precedentes. 1. No julgamento do RE nº 594.296/MG, de minha relatoria, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que os atos da Administração Pública que tiverem o condão de repercutir sobre a esfera de interesses do cidadão devem ser precedidos de prévio procedimento em que se assegure ao interessado o efetivo exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa. 2. Esse entendimento, contudo, não se aplica ao caso dos autos, em que o processo administrativo sumário, que culminou na portaria que tornou sem efeito a nomeação do agravante, decorreu do mero cumprimento de decisão judicial transitada em julgado, a qual reconheceu a reprovação do “servidor” no concurso público para o cargo em questão. 3. Aplica-se ao caso a orientação adotada pela Primeira Turma do Tribunal no RE nº 336.739/SC, Relator o Ministro Luiz Fux, no qual a Corte assentou a desnecessidade de instauração de processo administrativo para cumprir decisão judicial que reconheceu a impossibilidade de indivíduos ocuparem serventias judiciais sem terem sido previamente aprovados em concurso público após o advento da CF/88. 4. O Plenário da Corte, no julgamento do RE nº 608.482/RN, Relator o Ministro Teori Zavascki, concluiu pela repercussão geral do tema e, no mérito, assentou a inaplicabilidade da “teoria do fato consumado” aos casos em que o provimento no cargo público se dá por força de decisão judicial precária. 5. Agravamento regimental não provido.” (RE 736.881-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Dje 18.05.2016).

“Agravamento regimental no recurso extraordinário com agravamento. 2. Ausência de preliminar formal de repercussão geral. Inobservância do art. 543-A, § 2º, do Código de Processo Civil. 3. Concurso público. Posse em cargo público mediante decisão

RE 1050340 AGR / DF

judicial precária. Invocação da teoria do fato consumado. Impossibilidade. 4. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 5. Agravo regimental a que se nega provimento.” (ARE 931.254-AgrR, Rel. Gilmar Mendes, Dje 01.03.2016).

“CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO REPROVADO QUE ASSUMIU O CARGO POR FORÇA DE LIMINAR. SUPERVENIENTE REVOGAÇÃO DA MEDIDA. RETORNO AO STATUS QUO ANTE. “TEORIA DO FATO CONSUMADO”, DA PROTEÇÃO DA CONFIANÇA LEGÍTIMA E DA SEGURANÇA JURÍDICA. INAPLICABILIDADE. RECURSO PROVIDO. 1. Não é compatível com o regime constitucional de acesso aos cargos públicos a manutenção no cargo, sob fundamento de fato consumado, de candidato não aprovado que nele tomou posse em decorrência de execução provisória de medida liminar ou outro provimento judicial de natureza precária, supervenientemente revogado ou modificado. 2. Igualmente incabível, em casos tais, invocar o princípio da segurança jurídica ou o da proteção da confiança legítima. É que, por imposição do sistema normativo, a execução provisória das decisões judiciais, fundadas que são em títulos de natureza precária e revogável, se dá, invariavelmente, sob a inteira responsabilidade de quem a requer, sendo certo que a sua revogação acarreta efeito ex tunc, circunstâncias que evidenciam sua inaptidão para conferir segurança ou estabilidade à situação jurídica a que se refere. 3. Recurso extraordinário provido”. (RE 608485/RN, Rel. Min. Teori Zavascki, Dje 30.10.2014).

Constato, ademais, que o Tribunal de origem, na hipótese em apreço, se lastreou na prova produzida para firmar seu convencimento, razão pela qual aferir a ocorrência de eventual afronta aos preceitos constitucionais invocados no apelo extremo exigiria o revolvimento do quadro fático delineado, procedimento vedado em sede extraordinária.

RE 1050340 AGR / DF

Aplicação da Súmula 279/STF: *“Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário.”*

De outro lado, cumpre destacar que a garantia de prestação jurisdicional em tempo razoável, decorrência lógica da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil, passou a figurar, de forma explícita, entre as cláusulas pétreas, a partir da Emenda Constitucional 45/2004, quando inserido o inciso LXXVIII no art. 5º da Lei Maior. Ressalte-se que a proteção contida no referido dispositivo não se dirige apenas às partes, individualmente consideradas, estendendo-se a todos os usuários do Sistema Judiciário, porquanto beneficiados pelo desafogo dos Tribunais Pátrios.

Se a parte, ainda que não interessada na postergação do desenlace da demanda, utiliza a esmo o instrumento processual colocado à sua disposição quando já obteve uma prestação jurisdicional completa, todos os demais jurisdicionados são virtualmente lesados no seu direito à prestação jurisdicional célere e eficiente.

A utilização indevida das espécies recursais, consubstanciada na interposição de recursos manifestamente inadmissíveis, improcedentes ou contrários à jurisprudência desta Suprema Corte como mero expediente protelatório, desvirtua o próprio postulado constitucional da ampla defesa e configura abuso do direito de recorrer, a ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 1021, § 4º, do CPC, calculada à razão de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa, se unânime a votação. Nesse sentido: ARE 951.191-AgR, Rel. Min. Marco Aurélio, 1ª Turma, DJe 23.6.2016; e ARE 955.842-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, 2ª Turma, DJe 28.6.2016.

Agravo interno **conhecido e não provido**, com aplicação da penalidade prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, calculada à razão de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa, se unânime a votação. Ausente condenação anterior em honorários, inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015.

É como voto.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.050.340

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATORA : MIN. ROSA WEBER

AGTE.(S) : ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR

ADV.(A/S) : RENATTA LIMA DE OLIVEIRA (19879/DF)

ADV.(A/S) : LIGIA SIMONE COSTA CALADO DORNELAS CAMARA (55133/DF)

AGDO.(A/S) : DISTRITO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Decisão: A Turma conheceu do agravo e negou-lhe provimento, com aplicação da penalidade prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, nos termos do voto da Relatora. Unânime. Impedido o Ministro Marco Aurélio. Presidiu, este julgamento, o Ministro Luiz Fux. Primeira Turma, 12.12.2017.

Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Luiz Fux, Rosa Weber, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma



Supremo Tribunal Federal

Certidão de Trânsito

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1050340

RECTE.(S) : ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR
ADV.(A/S) : RENATTA LIMA DE OLIVEIRA (19879/DF)
ADV.(A/S) : LIGIA SIMONE COSTA CALADO DORNELAS CAMARA (55133/DF)
RECDO.(A/S) : DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
(ES)

Certifico que o(a) acórdão/decisão transitou em julgado em 08/03/2018, dia subsequente ao término do prazo recursal.

Brasília, 8 de março de 2018.

VALÉRIA CRISTINA DE CANTANHÊDES CORRÊA ALVES
Matrícula 897



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Procuradoria-Geral do Contencioso

Procuradoria do Contencioso em Matéria de Pessoal de Segurança Pública e Estatutos Especiais

Despacho - PGDF/PGCONT/PROSEG/CHEFIA

Brasília-DF, 16 de abril de 2020.

Senhora Procuradora Maria Gorete Cosme,

Encaminho os presentes autos a Vossa Senhoria, para conhecimento e adoção das providências cabíveis acerca do contido no Ofício Nº 17/2020 - PCDF/DGPC/DGP (38600013), oriundo da Polícia Civil do Distrito Federal, por meio do qual solicita a esta Casa Jurídica orientação a respeito da determinação contida no item II, alínea "a", da Decisão nº 637/2020 - TCDF (37375085), referente à aposentadoria do servidor Eliel Flores Roriz Júnior, notadamente em virtude do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios nos autos do Mandado de Segurança 2011.00.2.020835-5, bem como requer a confirmação sobre o trânsito em julgado da decisão exarada pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 1050340.

Ressalto que o referido Mandado de Segurança é acompanhado por Vossa Senhoria por meio do AS nº 15.922/2011.

Atenciosamente,

Daniela Almeida de Carvalho

Procuradora-Chefe da PROSEG



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA ALMEIDA DE CARVALHO - Matr.0140568-3, Procurador(a)-Chefe**, em 22/04/2020, às 16:18, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38748062** código CRC= **77682B34**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, Brasília - DF - CEP 70620-000 - DF

Correspondência Eletrônica - 39047744

Data de Envio:

23/04/2020 11:13:20

De:

PGDF/GETAE <getae.sei@pg.df.gov.br>

Para:

MARIA GORETE <mghcosme@yahoo.com.br>
maria.cosme@pg.df.gov.br

Assunto:

SEI 00052-00004761/2020-50

Mensagem:

Para ciência/providência quanto ao despacho da CHEFIA/PROSE.
Atenciosamente,
Cristina



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Procuradoria-Geral do Contencioso

Procuradoria do Contencioso em Matéria de Pessoal de Segurança Pública e Estatutos Especiais

Despacho - PGDF/PGCONT/PROSEG

Brasília-DF, 20 de maio de 2020.

SENHORA PROCURADORA CHEFE,

Em atendimento à determinação de Vossa Senhoria, informo que em 23/05/2017 esta Procuradora na qualidade de Coordenadora emitiu ofício à PCDF, conforme solicitação do Procurador titular do feito,

informando sobre a decisão do TJDF e STJ contrárias ao autor e que o feito ainda não transitara em julgado pois ainda tramitava recurso extraordinário manejado pelo autor (páginas 469/470 dos AS físicos).

Após os autos passaram a ser acompanhados pela PROESP, tendo sido publicada a última decisão no âmbito do STF em fevereiro de 2018, confirmando-se o mérito em desfavor do autor (página 487 dos As físicos)

Assim, tem-se que o feito já há muito transitou em julgado em desfavor do autor.

Registre-se por oportuno que esta Procuradora teve contado com respectivos AS apenas por ocasião da expedição do Ofício acima referido.

Assim, rogo seja encaminhado Ofício ao órgão interessado registrando o transito em julgado desfavorável ao autor e, por conseguinte, providencie sua exoneração.

À consideração de Vossa Senhoria.

MARIA GORETE COSME

Procuradora do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **MARIA GORETE COSME - Matr.0140685-X, Procurador(a) do Distrito Federal**, em 20/05/2020, às 20:06, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[aca=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **40487501** código CRC= **C9EF1DCB**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, Brasília - DF - CEP 70620-000 - DF

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 40487501



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Procuradoria-Geral do Contencioso

Procuradoria do Contencioso em Matéria de Pessoal de Segurança Pública e Estatutos Especiais

Despacho - PGDF/PGCONT/PROSEG

Brasília-DF, 20 de maio de 2020.

SENHORA PROCURADORA CHEFE,

Em atendimento à determinação de Vossa Senhoria, informo que em 23/05/2017 esta Procuradora na qualidade de Coordenadora emitiu ofício à PCDF, conforme solicitação do Procurador titular do feito,

informando sobre a decisão do TJDF e STJ contrárias ao autor e que o feito ainda não transitara em julgado pois ainda tramitava recurso extraordinário manejado pelo autor (páginas 469/470 dos AS físicos).

Após os autos passaram a ser acompanhados pela PROESP, tendo sido publicada a última decisão no âmbito do STF em fevereiro de 2018, confirmando-se o mérito em desfavor do autor (página 487 dos AS físicos)

Assim, tem-se que o feito já há muito transitou em julgado em desfavor do autor.

Registre-se por oportuno que esta Procuradora teve contado com respectivos AS apenas por ocasião da expedição do Ofício acima referido.

Assim, rogo seja encaminhado Ofício ao órgão interessado registrando o transito em julgado desfavorável ao autor e, por conseguinte, providencie sua exoneração.

À consideração de Vossa Senhoria.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA GORETE COSME - Matr.0140685-X, Procurador(a) do Distrito Federal**, em 20/05/2020, às 20:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **40488086** código CRC= **9B464E76**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, Brasília - DF - CEP 70620-000 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA DE PESSOAL



Ofício nº 10306/12 - PROPES Brasília, 16 de outubro de 2012.

Ref: Mandado de Segurança nº 2011.00.2.020835-5

Impetrante: ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR

Senhor Diretor,

Sirvo-me do presente expediente para encaminhar a Vossa Senhoria, para ciência, cópia do acórdão favorável ao Distrito Federal, ainda passível de recurso, prolatado pelo Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, o qual denegou a segurança vindicada pelo impetrante.

Atenciosamente,


p/ LILIA ALMEIDA SOUSA

Procuradora-Coordenadora de Segurança Pública

Senhor
DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DF
NESTA
A.S. 015.922/2011 - FAS

Dúvidas, ligar para: 3325-3412 /3325-3313-Serviço de Apoio/SEAPE

254



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA DE PESSOAL



OFÍCIO Nº 8116 /2016 – PROPES/PGDF

Brasília, 23 de setembro de 2016.

Ref.: Processo nº 2011.00.2.020835-5

Requerente: ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR (CPF n.º 431.402.031-87)

Senhor (a) Diretor (a),

Encaminho a Vossa Senhoria, para ciência, cópia de decisão anexa, favorável ao Distrito Federal.

Atenciosamente,

MARIA GORETE COSME

Procuradora-Coordenadora de Pessoal de Segurança Pública

Ao
Departamento de Gestão de Pessoas da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF
N E S T A

AS 015.922/2011 - EARN

Procuradoria-Geral do Distrito Federal
SAM, Projeção 1, Edifício Sede - CEP 70.620-000 – Brasília/DF
Telefone: (61) 3325-3313



DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Procuradoria Especial de Assuntos Constitucionais, dos
Tribunais Superiores e dos Tribunais de Contas - PROESP



OFÍCIO Nº 430/2016-PROESP/PGDF

Brasília, 19 de outubro de 2016.

Referência: RMS nº 39.644-STJ

Senhor Diretor-Geral

Solicito os bons préstimos de Vossa Excelência no sentido de informar a esta Procuradoria, **no prazo de 5 (cinco) dias**, se o impetrante (ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR – CPF 431.402.031-87) se enquadra nas hipóteses previstas no Decreto nº 35.851/2016, bem como se foi submetido a novo exame psicológico e se foi aprovado.

Por fim, indago se o impetrante foi desligado dessa Instituição em razão do trânsito em julgado da decisão proferida no EREsp 884.581-STJ, ocorrida em 14/09/2012.

Atenciosamente,


MARTA BLOM CHEN YEN
Procuradora-Chefe da PROESP

Excelentíssimo Senhor
ERIC SEBA DE CASTRO
Diretor Geral da Polícia Civil do Distrito Federal
SPO, Conjunto A, Lote 23, Complexo da PCDF – Ed Sede – Brasília - DF
CEP: 70.610-907

R:\G-PROESP\OFICIOS PROESP\2016\460-2016 - RMS 39644 - info candidato - PCDF.docx BPP

"Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM - Bl. 'I' – Ed. Sede da \PGDF -4º andar - CEP. 70.620-000 – tel. 3325 3348 - Brasília - DF



DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Procuradoria Especial de Assuntos Constitucionais, dos
Tribunais Superiores e dos Tribunais de Contas - PROESP



OFÍCIO Nº 1201/2016-PROESP/PGDF

Brasília, 06 de dezembro de 2016.

Referência: RMS nº 39.644-STJ

URGENTE!

Senhor Diretor-Geral

Tendo em vista que até a presente data não obtivemos resposta ao Ofício nº 430/2016, datado de 19/10/2016, cuja cópia segue em anexo, sirvo-me do presente para reiterar os termos do referido expediente, salientando que as informações deverão ser prestadas **em 72 horas**.

Atenciosamente,


MARTA BLOM CHEN YEN
Procuradora-Chefe da PROESP

Excelentíssimo Senhor
ERIC SEBA DE CASTRO
Diretor Geral da Polícia Civil do Distrito Federal
SPO, Conjunto A, Lote 23, Complexo da PCDF – Ed Sede – Brasília - DF
CEP: 70.610-907

X:\G-PROESP\OFÍCIOS PROESP\2016\518-2016 - RMS 39644 -REITERA info candidato - PCDF.docx BPP

AS 15.9.22/2016 "Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM - Bl. 'I' – Ed. Sede da PGDF -4º andar - CEP. 70.620-000 – tel. 3325 3348 - Brasília - DF

317



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS**



02
0052

OFÍCIO

Nº 2361/2016-DGP

Protocolo nº 1403012/2016-DGDOC

Ref.: RMS nº 39.644-STJ

Impetrante: ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR

Brasília, 07 de dezembro de 2016.

URGENTÍSSIMO

RECEBIDO
em 08/12/16
às 16:18 h. GABINETE
RUBRICAMATRICULA

Senhora Procuradora,

Em atenção aos termos do OFÍCIO Nº 1201/2016-PROESP/PGDF, datado de 06 de dezembro de 2016, que trata do RMS nº 39.644-STJ, impetrado por ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR, informo a Vossa Senhoria que este Departamento encaminhou as informações relacionadas ao OFÍCIO Nº 430/2016-PROESP/PGDF por intermédio do OFÍCIO Nº 2188/2016-DGP, datado de 31 de outubro de 2016 (cópia em anexo), o qual foi protocolado junto a essa Douta Procuradoria em 31 de outubro de 2016, como pode ser observado na cópia anexa.

Atenciosamente,


SANDRO DE PAULA DIAS

Diretor em Exercício

Sandro de Paula Dias
Assessor/DGPI/PCDF
Mat. 31.522-2

Ilma. Senhora

MARTA BLOM CHEN YEN

Procuradora-Chefe da PROESP

Procuradoria de Pessoal da

Procuradoria-Geral do Distrito Federal

N E S T A



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS



OFÍCIO

Nº 2188/2016-DGP

Protocolo nº 1403012/2016-DGDOC

Ref.: RMS nº 39.644-STJ

Impetrante: ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR

Brasília, 31 de outubro de 2016.

URGENTÍSSIMO

Senhora Procuradora,

Em atenção aos termos do OFÍCIO Nº 430/2016-PROESP/PGDF, datado de 19 de outubro de 2016, que trata do RMS nº 39.644-STJ, impetrado por ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR, informo a Vossa Senhoria que o impetrante não se enquadra no Decreto nº 35.851/2016, publicado no DODF Edição Extra nº 203, de 26/09/2014 (cópia em anexo), tendo em vista que trata do **provimento e a efetivação de policiais e bombeiros militares** no serviço ativo do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e da Polícia Militar do Distrito Federal, logo não aplicável à Polícia Civil do Distrito Federal.

No que pertine a indagação de submissão do impetrante a novo exame psicológico e a sua aprovação, cumpre ser informado que não existem registros quanto a realização de novo exame psicológico pelo interessado.

Ilma. Senhora
MARTA BLOM CHEN YEN
Procuradora-Chefe da PROESP
Procuradoria de Pessoal da
Procuradoria-Geral do Distrito Federal
N E S T A

Ivone Casimiro S. Rossetto
Diretora do DGP/PCDF
Mat.: 35.194-6



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS**



Por fim, esclareço que o impetrante não foi desligado desta Instituição em razão do trânsito em julgado da decisão proferida no EREsp 884.581-STJ, ocorrida em 14/09/2012, tendo em vista que, conforme informado a essa Procuradoria, por meio do OFÍCIO Nº 3347/2013-DGP, datado de 05/12/2013 (cópia em anexo), o impetrante informou a este Departamento que havia interposto nova ação judicial, que foi julgada em 03.12.2013, por acórdão prolatado pela 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, nos autos no RMS 39.644/DF, sendo dado provimento ao recurso ordinário interposto pelo servidor.

Atenciosamente,

IVONE CASIMIRO DA SILVEIRA ROSSETTO
Diretora

320



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS



OFÍCIO

Nº 3347/2013-DGP

Protocolo nº 1306/2013 - DGPC

Ref.: Ação Ordinária nº 2003.01.1.014862-9

Autores: Eliel Flores Roriz Júnior e outros

Brasília-DF, 05 de dezembro de 2013.

Senhor Procurador,

Em resposta ao contido no Ofício nº 14226/13-PROPEs, apresento as seguintes informações:

De acordo com as orientações prestadas no Ofício supracitado, bem como, no Ofício nº 13063/13-PROPEs/PGDF, com exceção do servidor EFIGÊNIO RAMOS DA ABADIA, Agente Penitenciário, matrícula nº 58.623-4, os demais autores da ação em epígrafe, quais sejam, ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR, Agente Penitenciário, matrícula nº 58.615-3; ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES, Agente Penitenciário, matrícula nº 58.611-0; JANE EYRE OLIVEIRA SANTANA DA SILVA, Agente Penitenciário, matrícula nº 58.818-0 e FLAVIO SANTOS E SILVA, Agente Penitenciário, matrícula nº 58.815-6, deveriam ser exonerados de seus cargos, em face da inexistência de decisão judicial que amparasse a permanência nesta Instituição.

Antes da adoção das providências necessárias aos atos de exonerações, este Departamento procedeu à notificação dos servidores do teor dos ofícios referenciados, com o fito de que não tomassem conhecimento de suas exonerações por intermédio de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

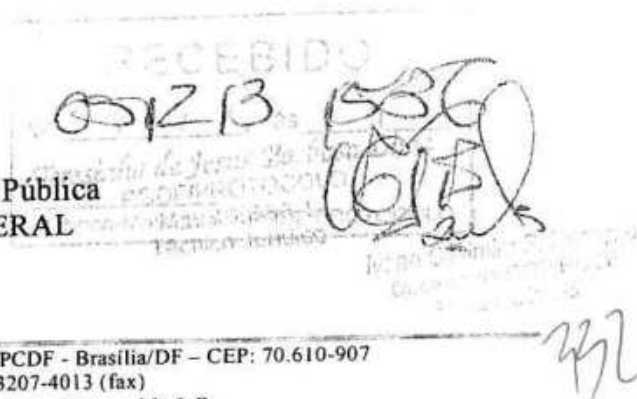
Estando as novas ações judiciais interpostas de forma individual em trâmite no Superior Tribunal de Justiça, com os autos conclusos para julgamento há muito tempo, os servidores protocolizaram petições comunicando o dano grave que a demora da decisão judicial estaria causando, sobretudo diante da iminência de suas exonerações.

Senhor

ETH CORDEIRO DE AGUIAR

Procurador-Coordenador de Pessoal de Segurança Pública
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

NESTA
GAB/EGFP





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS**



Destarte, em **21.11.2013**, por julgamento monocrático do Senhor Ministro Benedito Gonçalves, nos autos do RMS nº 38.535/DF, foi dado provimento ao recurso interposto pela servidora JANE EYRE OLIVEIRA SANTANA DA SILVA, nos seguintes termos:

“..., Ante o exposto, dou provimento ao recurso em mandado de segurança, para assegurar o direito líquido e certo da recorrente de efetivação da posse no cargo ocupado. Publique-se. Intimem-se.”

Cabe ressaltar que a decisão transcrita foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico em 25.11.2013, cópia anexa.

De igual forma, em **26.11.2013**, o servidor FLAVIO SANTOS E SILVA logrou êxito no recurso em trâmite no STJ sob o nº RMS 40682/DF, ao qual foi dado provimento por decisão de lavra do Senhor Ministro Arnaldo Esteves Lima, *in verbis*:

“..., Ante o exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço do recurso ordinário e dou-lhe provimento para, reformando o acórdão recorrido, conceder a segurança pleiteada pelo recorrente a fim de reconhecer sua estabilidade no cargo de Agente Penitenciário do Distrito Federal. Custas ex lege. Sem condenação em honorários advocatícios.”

A decisão foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico de 02.12.2013, conforme cópia anexa.

No tocante à servidora ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES, em **29.11.2013**, foi prolatada decisão de lavra da Senhora Ministra Relatora Eliana Calmon, nos autos do RMS nº 41.199/DF, em que foi dado provimento ao recurso ordinário interposto pela servidora, a qual assegurou a sua efetivação no cargo ocupado, cuja publicação no Diário da Justiça Eletrônico ocorreu em 04.12.2013, cópia anexa.

A ação do servidor ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR, foi julgada em **03.12.2013**, por acórdão prolatado pela 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, nos autos do RMS 39.644/DF, sendo dado provimento ao recurso ordinário interposto pelo servidor, conforme andamento processual extraído do sítio do Tribunal, cópia anexa.

Desta feita, todos os autores da Ação Ordinária nº 2003.01.1014862-9, após terem impetrado mandados de segurança individuais, lograram êxito no julgamento dos recursos ordinários respectivos no Superior Tribunal de Justiça, sendo assegurada a manutenção no cargo de agente penitenciário.

Ressalto que as informações relatadas em linhas volvidas foi devidamente comunicada à Consultoria Jurídica do Distrito Federal para a adoção das providências pertinentes, por intermédio dos Ofícios nº 3312/2013 – DGP, 3322/2013 – DGP e 3333/2013 – DGP, cópias anexas, em vista de que os atos de nomeação e exoneração dos servidores integrantes das carreiras policiais serem de competência do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal.

323
[assinatura]



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS**

GDF
Juntos por um novo DF

e-DOC
Proc 2477/2000-e

Por oportuno, solicito os bons préstimos de Vossa Senhoria que seja informada eventual decisão que reforme os julgamentos ora relatados, bem como, quando ocorrer o trânsito em julgado das aludidas ações.

Atenciosamente,

IVONE CASIMIRO DA SILVEIRA ROSSETTO
Diretora

327



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA DE PESSOAL



OFÍCIO Nº 4821 /2017 - PROPES/PGDF

Brasília, 8 de maio de 2017.

Ref.: Mandado de Segurança nº 2011.00.2.020835-5

Impetrante: ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR

Senhor Chefe,

Encaminho a Vossa Senhoria, para ciência e registro, cópia da decisão anexa, favorável ao Distrito Federal, transitada em julgado.

Atenciosamente,

JOSÉ CARLOS ALVES DE OLIVEIRA

Procurador-Coordenador de Pessoal de Segurança Pública

Em substituição

Ao

Departamento de Gestão de Pessoas da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF

NESTA

AS 015.922/2011 - IRA



Procuradoria-Geral do Distrito Federal
SAM, Projeção I, Edifício Sede - CEP 70.620-000 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3325-3313



AS 15922/11

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA DE PESSOAL
PROPEs

À Ilustríssima Sra. Coordenadora,

Solicito seja oficiada a PCDF, em resposta ao Ofício 424/2017-DGP/PCDF, informando acerca da decisão desfavorável a ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR, encaminhando o acórdão proferido no RMS 39.644/DF, o qual ainda não transitou em julgado em razão de interposição de recurso extraordinário pelo impetrante.

Em relação a ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES, deve ser encaminhada a decisão a ela favorável proferida no RMS 41.199/DF, a qual ainda não transitou em julgado em razão de agravo interno interposto pelo Distrito Federal, ainda pendente de julgamento no Superior Tribunal de Justiça.

Por derradeiro, VANIUCHKA MELLO MARIBONDO VINAGRE obteve decisão favorável no Tribunal de Justiça do DF (acórdão em anexo). Todavia, a decisão ainda não transitou em julgado, pois pendente de julgamento o Recurso Especial nº 1.433.644/DF interposto pelo Distrito Federal, ainda pendente de julgamento no Superior Tribunal de Justiça.

Brasília, 04 de abril de 2017.


RENATO GUANABARA LEAL DE ARAÚJO
Procurador do Distrito Federal

*A Assessoria
para oficialar nos termos.*

Em 06/04/17



Maria Moura de Castro
Procuradora de Suplência Pessoal / PROPEs





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS



OFÍCIO

Nº 713/2017 - DGP

Brasília-DF, 12 de maio de 2017.

Protocolo nº 867.386/2011 - DGPC

Ref.: **Mandado de Segurança nº 2011.00.2.20835-5**

Impetrante: *Eliel Flores Roriz Júnior*

SEAPE/PROPE	
Recebido	15 / 05 / 20 17
AS nº	159222011
Procurador(a)	Renato
<input type="checkbox"/> Escaninho	
<input checked="" type="checkbox"/> Armário	
<input type="checkbox"/> Outros:	
Senhora Procuradora,	
<i>Ana</i>	
Servidor(a) Matrícula	

RECEBIDA / MATRÍCULA

15 MAI 15 07 2017

PROCURADORIA-GERAL DO DF

Cumprimentando-a cordialmente, sirvo-me do presente para apresentar as seguintes considerações:

O Ofício nº 4821/2017 – PROPES/PGDF encaminhou “para ciência e registro, cópia da decisão anexa, favorável ao Distrito Federal, transitada em julgado.”

Destarte, foi encaminhado o acórdão prolatado pelo Conselho Especial do egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios nos autos da ação em epígrafe no qual foi denegada a segurança de seu pleito de manutenção no cargo de Agente Policial de Custódia, cuja informação contida no ofício aduz que ocorreu o trânsito em julgado de referida decisão.

Cumpre ressaltar que caso em comento é objeto da Decisão nº 611/2017 proferida pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, *in verbis*:

“III – determinar à Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF que, relativamente às seguintes admissões no cargo de Agente Penitenciário, informe ao Tribunal: (...) b) quando ocorrer o trânsito em julgado nas respectivas ações judiciais, indicando se os desfechos foram favoráveis ou não aos demandantes: Eliel Flores Roriz Júnior, TJDF MS nº 2011.00.2.020835-5 e STJ - RMS nº 39.644/DF;...” (grifo nosso)

Senhora

MARIA GORETE COSME

Procuradora-Coordenadora de Pessoal de Segurança Pública
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

NESTA

GAB/EGPP

Ivone Casimiro S. Rossetto
Diretora do DGP/PCDF
Mat 35 194-6





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS**



Assim, considerando a determinação da Corte de Contas foram solicitadas a essa Douta Procuradoria informações referentes à ação judicial do impetrante, cuja resposta foi encaminhada por intermédio do Ofício nº 3726/2017 – PROPES, cópia anexa, nos seguintes termos:

“Em atenção ao Ofício nº 424/2017 – DGP/PCDF, informo que houve prolação de decisão favorável a ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR no RMS 39.644/DF, o qual ainda não transitou em julgado em razão de interposição de recurso extraordinário por parte do impetrante”. (grifo nosso)

Pelo exposto, em vista da necessidade de que sejam prestadas informações ao Tribunal de Contas do Distrito acerca do trânsito em julgado do aludido processo, solicito os bons préstimos de Vossa Excelência no sentido de que sejam ratificados os termos do Ofício nº 4821/2017 – PROPES, ou seja, se ocorreu o término da ação judicial.

Atenciosamente,

IVONE CASIMIRO DA SILVEIRA ROSSETTO
Diretora





DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA DE PESSOAL
SAM, BLOCO I, ED. SEDE DA PGDF, CEP 70620-000

PROT. Nº 867386/11
DATA 12.04.17
DGP



Ofício nº 3726 /2017-PROPE/PGDF

Brasília, 10 de abril de 2017

Ref.: Mandado de Segurança nº 2011.00.2.020835-5
Impetrante: ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR

Senhor(a) Diretor(a),

Em atenção ao Ofício nº 424/2017-DGP/PCDF, informo que houve prolação de decisão desfavorável a ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR no RMS 39.644/DF, o qual ainda não transitou em julgado em razão de interposição de recurso extraordinário por parte do impetrante.

Em relação a ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES, encaminho a decisão a ela favorável proferida no RMS 41.199/DF, a qual ainda não transitou em julgado em razão do agravo interno interposto pelo Distrito Federal, ainda pendente de julgamento no Superior Tribunal de Justiça.

Por derradeiro, VANIUCHKA MELLO MARIBONDO VINAGRE obteve decisão favorável no Tribunal de Justiça do Distrito Federal (cópia anexa). Essa decisão ainda não transitou em julgado, pois pendente de julgamento no Superior Tribunal de Justiça o Recurso especial nº 1.433.644/DF, interposto pelo Distrito Federal.

Atenciosamente,


MARIA GORETE COSME

Procuradora-Coordenadora de Pessoal de Segurança Pública



Ao(à) Senhor(a)
DIRETOR(A) DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS DA POLÍCIA CIVIL DO DF

NESTA

A.S. 15922/2011 - dcbf

Dúvidas, ligar para: 3325-3412 – 3325-3313



DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA DE PESSOAL
SAM, BLOCO I, ED. SEDE DA PGDF, CEP 70620-000



Ofício nº 5469 /2017-PROPES/PGDF Brasília, 23 de maio de 2017

Ref.: Mandado de Segurança nº 2011.00.2.020835-5
Impetrante: ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR

Senhor(a) Diretor(a),

Em atenção ao Ofício nº 713/2017-DGP/PCDF, sirvo-me do presente para esclarecer que a decisão no TJDF e no STJ foi desfavorável ao Sr. ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR, destacando, ainda, que o feito não transitou em julgado em razão de recurso extraordinário que foi admitido em 26/04/2017 pelo Presidente do STJ, o qual foi interposto pelo autor.

Atenciosamente,



MARIA GORETE COSME

Procuradora-Coordenadora de Pessoal de Segurança Pública

Ao(à) Senhor(a)
DIRETOR(A) DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS DA POLÍCIA
CIVIL DO DF

NESTA

A.S. 15922/2011 - dcbf

Dúvidas, ligar para: 3325-3412 – 3325-3313





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Procuradoria-Geral do Contencioso

Procuradoria do Contencioso em Matéria de Pessoal de Segurança Pública e Estatutos Especiais

Despacho - PGDF/PGCONT/PROSEG/CHEFIA

Brasília-DF, 21 de maio de 2020.

Senhora Procuradora-Geral Adjunta,

Em atenção ao Despacho - PGDF/PGCONT 38716463, ratifico e encaminho a manifestação da i. Titular do Feito (ID 40488086) no sentido de que a Polícia Civil do Distrito Federal deve ser orientada a fazer o registro do trânsito em julgado favorável ao Distrito Federal, com a consequente exoneração do autor ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR.

Nesta oportunidade, junto ao presente processo administrativo, os ofícios enviados à Polícia Civil do Distrito Federal acerca das decisões prolatadas em juízo.

Atenciosamente,

Daniela Almeida de Carvalho

Procuradora-Chefe da PROSEG



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA ALMEIDA DE CARVALHO - Matr.0140568-3, Procurador(a)-Chefe**, em 22/05/2020, às 12:12, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **40515602** código CRC= **6873D779**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, Brasília - DF - CEP 70620-000 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Procuradoria-Geral do Contencioso

Despacho - PGDF/PGCONT

Brasília-DF, 22 de maio de 2020.

Para: Gabinete da Procuradora-Geral do Distrito Federal

Senhora Procuradora-Geral,

Em atenção ao Despacho PGDF/GAB (38632487), restituo os presentes autos a Vossa Excelência, solicitando seja respondido o Ofício Nº 17/2020 - PCDF/DGPC/DGP (38600013), oriundo do Departamento de Gestão de Pessoas da Polícia Civil do Distrito Federal, com as informações prestadas pela Chefia da Procuradoria do Contencioso em Matéria de Pessoal de Segurança Pública e Estatutos Especiais - PROSEG por meio do Despacho - PGDF/PGCONT/PROSEG/CHEFIA de id nº 40515602, pelo qual informa o trânsito em julgado favorável ao Distrito Federal nos autos do Mandado de Segurança 2011.00.2.020835-5, em que foi denegada a ordem que buscava impedir a exoneração da parte autora, pela aplicação da teoria do fato consumado. Com o trânsito em julgado da decisão favorável ao Distrito Federal e, ainda, diante da inexistência de qualquer outra decisão judicial impeditiva, impõe-se a exoneração da parte autora Eliel Flores Roriz Júnior.

Heloisa Monzillo de Almeida

Procuradora-Geral Adjunta do Contencioso



Documento assinado eletronicamente por **HELOISA MONZILLO DE ALMEIDA - Matr.0048011-8, Procurador(a)-Geral Adjunto(a) do Contencioso**, em 25/05/2020, às 12:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **40602975** código CRC= **632A4141**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, Brasília - DF - CEP 70620-000 - DF

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 40602975



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Procuradoria-Geral do Distrito Federal

Ofício Nº 445/2020 - PGDF/GAB

Brasília-DF, 26 de maio de 2020.

Ao Senhor

MATEUS AVILA AFONSO DE ALMEIDA

Assessor do Departamento de Gestão de Pessoas

Polícia Civil do Distrito Federal

Brasília - DF

Assunto: aposentadoria de servidor - Mandado de Segurança 2011.00.2.020835-5 - RE nº 1050340

Referência: Ofício Nº 17/2020 - PCDF/DGPC/DGP (38600013)

Senhor Assessor,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Senhoria os Despachos 40488086 e 40515602, prolatados pela Unidade Especializada desta Casa Jurídica, ratificados pela Procuradora-Geral Adjunta do Contencioso (Despacho - PGDF/PGCONT 40602975), informando o trânsito em julgado favorável ao Distrito Federal nos autos do Mandado de Segurança 2011.00.2.020835-5, em que foi denegada a ordem que buscava impedir a exoneração do autor. Com o trânsito em julgado da decisão e, ainda, diante da inexistência de qualquer outra decisão judicial impeditiva, impõe-se a exoneração da parte autora Eliel Flores Roriz Júnior.

Ressalto, outrossim, que esta Procuradoria-Geral do Distrito Federal permanece à disposição para prestar demais esclarecimentos que sejam necessários.

Atenciosamente,

LUDMILA LAVOCAT GALVÃO VIEIRA DE CARVALHO

Procuradora-Geral do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **LUDMILA LAVOCAT GALVAO VIEIRA DE CARVALHO - Matr.0047703-6, Procurador(a)-Geral do Distrito Federal**, em 26/05/2020, às 12:01, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **40732126** código CRC= **69CB27E8**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SAM Projeção I, 4º andar, sala 412 - Bairro Asa Norte - CEP 70620-000 - DF
3325-3361/3369

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 40732126



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
Direção-Geral da Polícia Civil
Departamento de Gestão de Pessoas

Despacho - PCDF/DGPC/DGP

Brasília-DF, 28 de maio de 2020.

De ordem, ao **SELEGIS/DGP** para:

I - Conhecimento do presente expediente, em especial do Ofício nº 445/2020 - PGDF (40732126);

II - Para a intimação formal do servidor **ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR**, agente policial de custódia, matrícula nº 58.615-3, para apresentar em 15 (quinze) dias manifestação sobre o presente processo, especificamente sobre sua investidura, a fim de instruir o presente e em garantia ao contraditório e ampla defesa, nos termos dos Processos SEI 00052-00004761/2020-50.

MATEUS AVILA AFONSO DE ALMEIDA

Assessor



Documento assinado eletronicamente por **MATEUS AVILA AFONSO DE ALMEIDA - Matr.0075895-7, Assessor(a) do Departamento de Gestão de Pessoas**, em 28/05/2020, às 11:02, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **40885773** código CRC= **DDB2AE3E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SPO, Lote 23, conjunto A, Edifício Sede da Direção Geral, Térreo, Complexo da PCDF - Bairro SPO - CEP 70610-907 - DF

3207-4130

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 40885773



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
Departamento de Gestão de Pessoas
Serviço de Legislação de Pessoal

Notificação n.º 159/2020 - PCDF/DGPC/DGP/SELEGIS

Ao Senhor ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR, Agente Policial de Custódia, matrícula nº 58.615-3

ASSUNTO: INTIMAÇÃO PARA APRESENTAR MANIFESTAÇÃO - Decisão nº 3537/2017 - TCDF

Senhor Servidor,

Em cumprimento ao Despacho - PCDF/DGPC/DGP (40885773), que encaminhou o Ofício Nº 445/2020 - PGDF/GAB (40732126) e tendo em vista o disposto nos artigos 26 e seguintes da Lei Federal nº 9.784/99 c/c Lei Distrital nº 2.834/01, **INTIMO** V. Sa. a comparecer, pessoalmente, no Serviço de Legislação de Pessoal do Departamento de Gestão de Pessoas/PCDF, até o dia 1º de junho de 2020, a fim de apresentar no prazo de 15 (quinze) dias, manifestação acerca do contido nos autos do Processo SEI: 052.00004761/2020-50, em especial quanto sobre sua investidura, a fim de instruir o presente e em garantia ao contraditório e ampla defesa. Após o esgotamento do prazo, havendo ou não a apresentação da manifestação, será dado prosseguimento ao feito.

FERNANDO CÉSAR LIMA DE SOUZA

Diretor



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO CÉSAR LIMA DE SOUZA - Matr.0182381-7, Diretor(a) do Departamento de Gestão de Pessoas**, em 28/05/2020, às 13:24, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **40898023** código CRC= **0EDD7767**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SPO, Lote 23, conjunto A, Edifício Sede da Direção Geral, Térreo, Complexo da PCDF - Bairro ASA SUL - CEP 70390-150 - DF

3207-4145

Correspondência Eletrônica - 40900532

Data de Envio:

28/05/2020 13:49:30

De:

PCDF/Serviço de Legislação de Pessoal <dgp-selegis@pcdf.df.gov.br>

Para:

elieljunior08@hotmail.com

Assunto:

Processo SEI 00052-00004761/2020-50

Mensagem:

Por favor confirmar recebimento.

Anexos:

Informacao_37374424.pdf
Decisao_37374767_TCDF__Decisao_3.537.2017.pdf
Oficio_37374886_TCDF__Of_6153.2017.pdf
Parecer_37374960_TCDF__Parecer_728.2019__MPCDF.pdf
Manifestacao_37374925_TCDF__Manifestacao_SEFIPE.pdf
Voto_37375005_TCDF__Voto_Renato_Rainha.pdf
Decisao_37375085_TCDF__Decisao_637.2020.pdf
Oficio_37375184_TCDF__Of_1647.2020__GP.pdf
Despacho_37376750.pdf
Despacho_37378084.pdf

Correspondência Eletrônica - 40900809

Data de Envio:

28/05/2020 13:52:49

De:

PCDF/Serviço de Legislação de Pessoal <dgp-selegis@pcdf.df.gov.br>

Para:

elieljunior08@hotmail.com

Assunto:

Processo SEI 00052-00004761/2020-50

Mensagem:

Por favor confirmar recebimento.

Anexos:

Relatorio_37539220_311_000_001_CADHIS62_00586153.pdf
Oficio_37549114_Of_3312_2013_DGP.pdf

Correspondência Eletrônica - 40900903

Data de Envio:

28/05/2020 13:53:52

De:

PCDF/Serviço de Legislação de Pessoal <dgp-selegis@pcdf.df.gov.br>

Para:

elieljunior08@hotmail.com

Assunto:

Processo SEI 00052-00004761/2020-50

Mensagem:

Por favor confirmar recebimento.

Anexos:

Oficio_37549443_Untitled_24032020_160513_oficio_PRG_Eliel.pdf

Despacho_37549591.pdf

Oficio_37638096.pdf

Correspondência Eletrônica - 40901012

Data de Envio:

28/05/2020 13:55:03

De:

PCDF/Serviço de Legislação de Pessoal <dgp-selegis@pcdf.df.gov.br>

Para:

elieljunior08@hotmail.com

Assunto:

Processo SEI 00052-00004761/2020-50

Mensagem:

Por favor confirmar recebimento.

Anexos:

Despacho_37739298.pdf
Despacho_37761704.pdf
Despacho_37767463.pdf
Despacho_37813683.pdf
Despacho_37833394.pdf
Despacho_37847603.pdf
Despacho_37893391.pdf
Despacho_37897626.pdf
Despacho_37902257.pdf
Despacho_38027294.pdf
Despacho_38027758.pdf

Correspondência Eletrônica - 40901138

Data de Envio:

28/05/2020 13:56:01

De:

PCDF/Serviço de Legislação de Pessoal <dgp-selegis@pcdf.df.gov.br>

Para:

elieljunior08@hotmail.com

Assunto:

Processo SEI 00052-00004761/2020-50

Mensagem:

Por favor confirmar recebimento.

Anexos:

Despacho_38276802_Comunicacao_ao_Superior__201101044607_.pdf
Despacho_38276835.pdf
Despacho_38288114.pdf
Despacho_38317973.pdf
Despacho_38440065.pdf
Oficio_38460898.pdf
Oficio_38600013.pdf
Despacho_38632487.pdf
Despacho_38716463.pdf

Correspondência Eletrônica - 40901201

Data de Envio:

28/05/2020 13:56:47

De:

PCDF/Serviço de Legislação de Pessoal <dgp-selegis@pcdf.df.gov.br>

Para:

elieljunior08@hotmail.com

Assunto:

Processo SEI 00052-00004761/2020-50

Mensagem:

Por favor confirmar recebimento.

Anexos:

Acordao_38747521_acordao_14_0_2012.pdf
Acordao_38747596_stj.pdf
Acordao_38747698_stj2.pdf
Acordao_38747748_stj3.pdf
Acordao_38747814_stj4.pdf
Acordao_38747885_stf.pdf
Acordao_38747943_stf2.pdf
Certidao_38748022_transito_08.03.2018.pdf
Despacho_38748062.pdf

Correspondência Eletrônica - 40901285

Data de Envio:

28/05/2020 13:57:41

De:

PCDF/Serviço de Legislação de Pessoal <dgp-selegis@pcdf.df.gov.br>

Para:

elieljunior08@hotmail.com

Assunto:

Processo SEI 00052-00004761/2020-50

Mensagem:

Por favor confirmar recebimento.

Anexos:

Despacho_40487501.pdf
Despacho_40488086.pdf
Oficio_40513793_OFICIO_1.pdf
Oficio_40513904_OFICIO2.pdf
Oficio_40513986_OFICIO3.pdf
Oficio_40514089_OFICIO4.pdf
Oficio_40514152_OFICIO5.pdf
Oficio_40514257_OFICIO_6.pdf
Oficio_40514454_OFICIO7.pdf
Oficio_40514554_OFICIO_8.pdf
Despacho_40514653_DESPCHO.pdf

Correspondência Eletrônica - 40901402

Data de Envio:

28/05/2020 13:58:53

De:

PCDF/Serviço de Legislação de Pessoal <dgp-selegis@pcdf.df.gov.br>

Para:

elieljunior08@hotmail.com

Assunto:

Processo SEI 00052-00004761/2020-50

Mensagem:

Por favor confirmar recebimento.

Anexos:

Oficio_40514759_OFICIO_9.pdf
Oficio_40514972_OFICIO_11.pdf
Oficio_40515081_OFICIO_12.pdf
Despacho_40515602.pdf
Despacho_40602975.pdf
Oficio_40732126.pdf
Despacho_40885773.pdf
Notificacao_40898023.pdf



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
Departamento de Gestão de Pessoas
Serviço de Legislação de Pessoal

Notificação n.º 159/2020 - PCDF/DGPC/DGP/SELEGIS

Ao Senhor ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR, Agente Policial de Custódia, matrícula nº 58.615-3

ASSUNTO: INTIMAÇÃO PARA APRESENTAR MANIFESTAÇÃO - Decisão nº 3537/2017 - TCDF

Senhor Servidor,

Em cumprimento ao Despacho - PCDF/DGPC/DGP (40885773), que encaminhou o Ofício Nº 445/2020 - PGDF/GAB (40732126) e tendo em vista o disposto nos artigos 26 e seguintes da Lei Federal nº 9.784/99 c/c Lei Distrital nº 2.834/01, **INTIMO** V. Sa. a comparecer, pessoalmente, no Serviço de Legislação de Pessoal do Departamento de Gestão de Pessoas/PCDF, até o dia 1º de junho de 2020, a fim de apresentar no prazo de 15 (quinze) dias, manifestação acerca do contido nos autos do Processo SEI: 052.00004761/2020-50, em especial quanto sobre sua investidura, a fim de instruir o presente e em garantia ao contraditório e ampla defesa. Após o esgotamento do prazo, havendo ou não a apresentação da manifestação, será dado prosseguimento ao feito.

FERNANDO CÉSAR LIMA DE SOUZA

Diretor



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO CÉSAR LIMA DE SOUZA - Matr.0182381-7, Diretor(a) do Departamento de Gestão de Pessoas**, em 28/05/2020, às 13:24, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=40898023 código CRC= **0EDD7767**.

recebido em 28/05/20

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SPO, Lote 23, conjunto A, Edifício Sede da Direção Geral, Térreo, Complexo da PCDF - Bairro ASA SUL - CEP 70390-150 - DF

3207-4145

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 40898023

elielfunior08@hotmail.com

Ilmo Sr. Diretor do Departamento de Gestão de Pessoas da Polícia Civil do Distrito Federal.

Processo nº 052. 00004761/2020-50

Notificação nº 159/2020 – PCDF/DGPC/DGP/SELEGIS

ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem à presença de Vossa Senhoria, respeitosamente, por intermédio de seus advogados constituídos, conforme procuração em anexo, após tomar ciência à oportunização de manifestação quanto ao pedido de exoneração formulado em seu desfavor, apresentar MANIFESTAÇÃO pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

RECIBO
SEDOC/SA/DGPC/PCDF
12 JUN. 2020
Fábio Rodrigues da Silva
Matr. 002.260-8

I– Objeto da Manifestação;

Trata-se do ofício nº 445/2020 – PGDF/GAB (4073216) no qual a Procuradoria Geral do Distrito Federal, sugere a exoneração do ex-servidor.

II – Do Histórico Fático do Servidor;

O requerente foi Agente Policial de Custódia da Polícia Civil do Distrito Federal (antiga denominação Agente Penitenciário), tendo tomado posse e entrado em exercício no dia 28.09.1999.

Exerceu o cargo por 20 anos e no dia 27/05/2019 maio do presente ano teve publicado no Diário Oficial do Distrito Federal sua aposentadoria, conforme portaria de 24/05/2019.

O ingresso se deu através do Edital Normativo nº 01/98 AGP/CESPE, publicado no DODF de 06/10/1998, tendo logrado êxito em todas as fases do certame, com exceção do exame psicotécnico, por não ter sido recomendado, mas sem uma explicação específica da banca sobre a não recomendação, demonstrando um critério puramente subjetivo do exame psicotécnico aplicado naquela época do concurso em questão.

Inconformado, o requerente ajuizou ação Declaratória nº 1999.01.1.024043-0, em litisconsórcio com outros candidatos, tendo a decisão de primeira instância considerada nula o exame psicotécnico por critério subjetivo, dando direito aos autores da ação, ao prosseguimento no certame, com direito à nomeação e posse.

Essa ação empós o seu regular seguimento, foi julgada procedente e se anulou a decisão, ante a inviabilidade do exame psicotécnico.

No ano de 2003, o E. Tribunal de Justiça do Distrito Federal reformou a r. decisão que julgara procedente o pedido e julgou válido o referido exame, decisão que após o não seguimento dos Recursos Especial e Extraordinário transitou em julgado 16 de junho de 2006 (disponível em <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2333909>, Consultado em 09.6.2020).

Antes do transito em julgado da referida ação houve o ajuizamento de nova demanda, de nº 2003.01.1014862-9, também em litisconsórcio com outros candidatos, na qual após ter sido deferida a realização de perícia consistente em novo exame psicotécnico, onde fora atestada a capacidade do requerente, acabou sendo extinta, transitando em julgado em agosto de 2013.

Nesse caso o requerente se manteve no cargo em razão do mandado de segurança de nº 2011.00.2.020835-5, que assegurou direito líquido certo de efetivação de posse no cargo, já em sede de recurso no Superior Tribunal de Justiça, RMS 39.644 –DF, conforme decisão assim ementada:

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. AGENTE PENITENCIÁRIO DA POLÍCIA CIVIL. EXAME PSICOTÉCNICO. Adequação do relator, com a ressalva de entendimento pessoal, à orientação da maioria da 1ª Turma (RMS nº 38.699, DF). Recurso ordinário provido.

Embora a decisão monocrática supracitada tenha sido confirmada pela 1ª Turma do STJ em favor do Impetrante, foi interposto Recurso extraordinário pelo Distrito Federal em desfavor da decisão mencionada, alegando a repercussão geral do Recurso Extraordinário nº 608.482-RN, que estava andamento no STF, tendo ocorrido o trânsito em julgado do referido recurso; nesta ocasião, o mandado de segurança do impetrante retornou para a 1ª Turma, o qual se fez juízo de retratação, julgando novamente, adequando a decisão ao recurso extraordinário do STF, com repercussão geral.

O requerente ainda interpôs recurso extraordinário para demonstrar a diferenciação do seu processo em relação ao RE 608.482 RN, este foi admitido no âmbito do STJ, mas não no STF, ocorrendo o trânsito em julgado do em 08/03/2018.

Agora, 02 anos após o trânsito em julgado, e 01 ano após sua aposentadoria, o impetrante fora notificado do pedido feito pela Procuradoria do Distrito Federal, à autoridade coatora, para que seja determinada a sua exoneração.

III – Dos fundamentos jurídicos para a não exoneração;

Ab initio, cumpre esclarecer que a manifestação deve retornar ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, explica-se:

Houve determinação daquela corte, para que após a manifestação tanto da Procuradoria do Distrito Federal, bem como da Polícia Civil do Distrito Federal, prestasse informações, para que aí então a corte se manifestasse. Veja-se:

PROCESSO Nº 2477/2000

RELATOR : CONSELHEIRO ANTONIO RENATO ALVES RAINHA

EMENTA : Admissões realizadas pela Polícia Civil do Distrito Federal, decorrentes do concurso público regulado pelo Edital Normativo nº 1-PC-AGP/CESPE.

DECISÃO Nº 637/2020

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos acostados às fls. 1654/1688; II - determinar: a) à Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, remeta a este Tribunal de Contas informações sobre a situação do servidor Eliel Flores Roriz Júnior (hoje aposentado no cargo de Agente Policial de Custódia, da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal - fls. 1663 - e admitido em decorrência do Edital nº 1/1998 - PC - AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.1998), especialmente em razão do acórdão proferido pela Corte de Justiça distrital nos autos do MSG nº 2011.00.2.020835-5, mantido pelo Supremo Tribunal Federal - STF mediante decisão exarada nos autos do RE nº 1050340, que transitou em julgado em 08.03.2018 (fls. 1160/1662); b) à Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF que mantenha em acompanhamento as ações judiciais movidas pelas servidoras Roseane de Oliveira Moraes (MSG nº 2011.00.2.020841-6-TJDFT) e Vaniuchka Mello Maribondo Vinagre (Processo nº 2010.01.1.062245-6), Agentes Policiais de Custódia, da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, admitidas em decorrência do Edital nº 1/1998 - PC - AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.1998, até o respectivo trânsito em julgado, oportunidade em que deverá orientar a Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF de como deve proceder, encaminhando suas conclusões a esta Corte para fins de apreciação da legalidade dessas admissões; III - autorizar a devolução dos autos em exame à SEFIPE, para os devidos fins. O Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO deixou de atuar nos autos, por força do art. 152, I, do RI/TCDF.

Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Conselheiro MANOEL DE ANDRADE. Votaram os Conselheiros RENATO RAINHA, PAULO TADEU e PAIVA MARTINS. Participou a representante do MPJTCDF, Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA. Ausentes a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, e o Conselheiro MÁRCIO MICHEL.

SALA DAS SESSÕES, 05 de Março de 2020

Desta feita, pugna-se pela remessa do presente procedimento ao Tribunal de Contas do Distrito Federal e

Territórios, para que a par das informações prestadas, delibere sobre a questão.

III.1. DE OUTRAS CONSIDERAÇÕES

No caso vertente há particularidade que torna imperativa a aplicação da teoria do fato consumado.

A legislação federal apenas estabelece a cassação da aposentadoria nos casos de demissão do servidor público e de acumulação ilegal de cargos (arts. 133, § 6º, e 134 da Lei 8.112/1990), não havendo, portanto, respaldo legal para impor a mesma penalização quando o exercício do cargo é amparado por decisões judiciais precárias e o servidor se aposenta por tempo de contribuição durante esse exercício após legítima contribuição ao sistema.

Concedida à aposentadoria voluntária ao requerente pela própria Administração Pública, a mesma deve se sujeitar aos princípios constitucionais basilares do Direito Adquirido, do Ato Jurídico Perfeito, da segurança jurídica e da dignidade da pessoa humana, sob pena de uma atuação ilegal da administração pública, estando o autor amparado em situação excepcional e singular, pois obteve todos os requisitos legais pelo tempo de contribuição na lei que efetuou o direito para se aposentar, afastando por conseguinte a regra firmada do precedente RE 608.482/RN,



de repercussão geral, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal, AG
.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 740.029 -DF, *in verbis*:

AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO.
CONCURSO PÚBLICO. POSSE E EXERCÍCIO
DETERMINADOS POR DE DECISÕES PRECÁRIAS.
CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA.
INADEQUAÇÃO DO TEMA 476 FIXADO NO RE 608.482.
(REL. MIN. TEORI ZAVASCKI). 1. Em regra, não produzem
fato consumado a posse e o exercício em cargo público
decorrentes de decisão judicial tomada à base de cognição não-
exauriente. 2. A marca da excepcionalidade se faz presente no
caso concreto, autorizando a distinção (*distinguish*) quanto ao
leading case do Tema 476, devendo, unicamente por essa razão,
ser mantido o aresto recorrido proferido pelo Superior Tribunal
de Justiça. 3. Agravo interno a que se dá provimento.

Muito embora o ato impugnado esteja lastreado
em decisão Judicial, importa consignar que o direito à aposentadoria
submete-se aos requisitos próprios do regime jurídico contributivo, ou seja,
não é um privilégio, mas um direito incorporado ao patrimônio do agente,
que exerceu durante um período uma contraprestação para ter direito ao
recebimento do benefício.

As mudanças promovidas no texto constitucional,
afastaram a possibilidade de a aposentadoria constituir-se em prêmio
concedido ao servidor, tornando-a um benefício decorrente de um
pagamento realizado previamente por este.



Assim, devolve-se à aposentadoria do servidor o caráter de benefício previdenciário, já que a proteção previdenciária exige a contribuição direta do protegido no custeio de suas ações como condição necessária para a qualificação do direito adquirido a essa proteção. Ou seja, cassar a aposentadoria do requerente, depois de já ter contribuído, geraria um enriquecimento sem causa do estado.

A previdência tem como objetivo a proteção dos eventos previstos no art. 201 da Constituição brasileira, a saber: doença, invalidez, morte, idade, reclusão, proteção à maternidade, proteção contra desemprego involuntário, encargos familiares e acidente do trabalho. A previdência social pressupõe o pagamento de contribuições e riscos predeterminados (com determinada previsão financeira para cobri-los).

Daí o entendimento de que a previdência se caracteriza como um seguro *sui generis*, uma vez que mesmo possuindo regramentos constitucionais e legais, pressupõe filiação obrigatória e o pagamento de contribuições para o gozo do benefício.

No atual regime previdenciário contributivo, não mais é possível a cassação de aposentadoria, tendo em vista que o servidor contribuiu, ao longo do exercício do cargo, para assim garantir sua aposentadoria, e qualquer extirpação de seu benefício de caráter previdenciário pode configurar violação ao ato jurídico perfeito e o enriquecimento ilícito da Administração.

Há relação direta entre a contribuição do servidor e o benefício previdenciário, conforme preceitua o art. 40, § 3º, da Constituição, decorrendo daí a conclusão de que não pode haver contribuição sem o respectivo benefício.

A tese foi referendada pelo Supremo Tribunal Federal em ação que tratou de pensão de policial militar, cuja ementa assentou que o benefício previdenciário instituído em favor dos dependentes de policial militar excluído da corporação representa uma contraprestação às contribuições previdenciárias pagas durante o período efetivamente trabalhado, vejamos:

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 117 DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL 53/1990. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO INSTITUÍDO AOS DEPENDENTES DE POLICIAL MILITAR EXCLUÍDO DA CORPORACÃO. CONSTITUCIONALIDADE. RECURSO EXTRAORDINÁRIO IMPROVIDO. I – Compete aos Estados-membros dispor sobre os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, inclusive quanto aos direitos previdenciários. II – O benefício previdenciário instituído em favor dos dependentes de policial militar excluído da corporação representa uma contraprestação às contribuições previdenciárias pagas durante o período efetivamente trabalhado. III – Recurso extraordinário ao qual se nega provimento, assentando-se a constitucionalidade do art. 117 da Lei Complementar Estadual 53/1990. (RE 610290, Relator(a): Min. RICARDO

LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 25/06/2013,
ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-159 DIVULG 14-08-2013
PUBLIC 15-08- 2013)"

O Ministro Relator destacou, em seu voto, que entender de forma diversa seria placitar verdadeiro enriquecimento ilícito da Administração Pública que, em um sistema contributivo de seguro, apenas receberia as contribuições do trabalhador, sem nenhuma contraprestação. Assim, deve ser assegurado ao Impetrante o recebimento de sua aposentadoria.

Com a promulgação da reforma da previdência, o parágrafo 14 do artigo 37 da Constituição Federal, trouxe a seguinte afirmação:

“Artigo 37: § 14 “A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição”.

Desta feita, a própria lei agora consignou que o direito à aposentadoria submete-se aos requisitos próprios do regime jurídico contributivo, ou seja, não é um privilégio, mas um direito incorporado ao patrimônio do agente, que exerceu durante um período uma contraprestação para ter direito ao recebimento do benefício.

O Impetrante completou todos os requisitos para sua aposentadoria estando no cargo de Agente Policial de Custódia (antigo agente penitenciário) da Polícia Civil do Distrito Federal, conforme art. 1º, inciso II, alínea a, da Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, com redação dada pela Lei Complementar nº 144, de 15 de maio de 2014, combinado com o art. 40, §§ 3º e 4º da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, e com os artigos 3º e 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003, portanto, ato jurídico perfeito, pois tornou apto aos seus efeitos a aposentadoria.

Embora o vínculo de trabalho fosse precário, o vínculo previdenciário, após as contribuições previdenciárias ao regime próprio, consolidou-se com a reunião dos requisitos para a concessão de aposentadoria, razão pela qual existe direito líquido e certo para que o requerente não tenha sua aposentadoria cassada.

Em hipóteses como tais, deve-se observar o postulado da segurança jurídica, que tem por escopo exatamente impedir a desconstituição de atos ou situações jurídicas consolidadas, ainda que apresentem alguma desconformidade com a legislação de regência, de modo a evitar a instabilidade jurídica passível de abalar a confiança depositada pelo jurisdicionado quanto ao conteúdo das decisões judiciais.

III – Dos Pedidos.

Em face do exposto requer a sua Vossa Senhoria,
que:

A) Remete o presente expediente ao Tribunal de
Contas do Distrito Federal;

B) Que não acate indicação de exoneração da
aposentadoria concedida ao requerente pelas razões apresentadas;

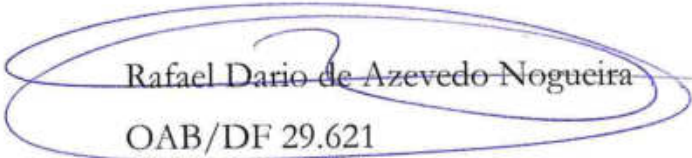
Por oportuno, requer que as futuras intimações
sejam direcionadas ao advogado Dr. Alex Luciano Valadares de Almeida,
OAB/MG 99.065, com escritório estabelecido na SHIS QI 26 Conjunto 13
Casa 21, Lago Sul, Brasília-DF, CEP 71.670-130.

Pede deferimento.

Brasília, 12 de Junho de 2020.

Alex Luciano Valadares de Almeida
OAB/MG 99.065

Alexandre Amaral de Lima Leal.
OAB/DF 21.362


Rafael Dario de Azevedo Nogueira
OAB/DF 29.621

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato, ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR, brasileiro, solteiro, servidor público aposentado, inscrito nos RG sob o nº 1.069.494 SSP/DF e CPF nº 431.402.031-87, residente e domiciliado na Rua Ophir Jose Braz, Apto 1008, Residencial Itália, Luziânia -GO, Cep: 72.200-150 nomeia e constitui seus bastantes procuradores os **Drs. ALEX LUCIANO VALADARES DE ALMEIDA, OAB/MG 99.065 e OAB/DF 40.996**, brasileiro, casado, advogado, **JÔNATAS DA COSTA COELHO, OAB/DF 21.503**, brasileiro, casado, advogado, **ALEXANDRE AMARAL DE LIMA LEAL, OAB/DF 21.362**, brasileiro, casado, advogado, **RAFAEL DARIO DE AZEVEDO NOGUEIRA, OAB/DF 29.621**, brasileiro, casado, **PATRIQUÊNIA BUENO SANTOS, OAB/DF 31.354**, brasileira, casada, os cinco sócios integrantes de **VALADARES COELHO LEAL E ADVOGADOS ASSOCIADOS**, sociedade de advogados devidamente registrada na OAB/DF sob o nº 1388/08-R.S. e inscrita no CNPJ sob o nº 10.206.748/0001-07, com sede no SHIS QI 26 Conjunto 13 Casa 21, Lago Sul, Brasília-DF, CEP 71.670-130, e-mail: recepcao@vcladvogados.com.br, bem como advogada e **GENY BARBOZA, OAB/DF 7.211**, brasileira, solteira, todos com escritório profissional na sede da referida sociedade de advogados em comento, aos quais concede amplos e gerais poderes para o foro em geral, outorgando-lhes os necessários poderes para representá-lo em Juízo ou fora dele, podendo tudo praticar, onde com esta se apresentem, com cláusula *ad judicium et extra*, para o foro em geral, a fim de propor ou contestar, em juízo, ou perante qualquer repartição fiscal ou administrativa, quaisquer ações em que figure como autor, réu, opoente, assistente, litisconsorte, interveniente, em qualquer juízo, Tribunal ou instância, onde com esta se apresentar, podendo praticar todos os atos necessários ao fiel exercício do presente mandato, inclusive requerer, providenciar e retirar documentos junto a repartições públicas e cartórios em geral, inclusive levantar alvarás judiciais, interpor e seguir recursos, transigir, acordar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber e dar quitação e substabelecer, com ou sem reservas.

Brasília/DF, 12 de Maio de 2020.



ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
Departamento de Gestão de Pessoas
Serviço de Legislação de Pessoal

Despacho - PCDF/DGPC/DGP/SELEGIS

Brasília-DF, 15 de junho de 2020.

Senhor Diretor,

Encaminho para deliberações em atenção ao **Resposta à Notificação nº 159/2020-PCDF/DGPC/DGP/SELEGIS (40898023)**, a qual foi realizada em cumprimento ao Despacho - PCDF/DGPC/DGP (40885773).

ANA PAULA ALMEIDA GRANJA

Chefe do Serviço de Legislação de Pessoal



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA ALMEIDA GRANJA - Matr.0076845-6, Chefe do Serviço de Legislação de Pessoal**, em 15/06/2020, às 18:36, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **41828302** código CRC= **5BA4DC8D**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SPO, Lote 23, conjunto A, Edifício Sede da Direção Geral, Térreo, Complexo da PCDF - Bairro ASA SUL - CEP 70390-150 - DF

3207-4145

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 41828302



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Departamento de Gestão de Pessoas

EXMO. SR. DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS,

1. DOS FATOS

Trata o presente expediente de cumprimento do item II, alínea "a", da Decisão nº 637/2020 - TCDF que dispôs:

"II – determinar:

*a) à **Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF** que, no prazo de 30 (trinta) dias, remeta a este Tribunal de Contas informações sobre a situação do servidor Eliel Flores Roriz Júnior (hoje aposentado no cargo de Agente Policial de Custódia, da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal – fls. 1663 - e admitido em decorrência do Edital nº 1/1998 – PC – AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.1998), especialmente em razão do acórdão proferido pela Corte de Justiça distrital nos autos do MSG nº 2011.00.2.020835-5, mantido pelo Supremo Tribunal Federal - STF mediante decisão exarada nos autos do RE nº 1050340, que transitou em julgado em 08.03.2018 (fls. 1160/1662);*

*b) à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF que mantenha em acompanhamento as ações judiciais movidas pelas servidoras Roseane de Oliveira Moraes (MSG nº 2011.00.2.020841-6-TJDFT) e Vaniuchka Mello Maribondo Vinagre (Processo nº 2010.01.1.062245-6), Agentes Policiais de Custódia, da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, admitidas em decorrência do Edital nº 1/1998 – PC – AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.1998, até o respectivo trânsito em julgado, **oportunidade em que deverá orientar a Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF de como deve proceder, encaminhando suas conclusões a esta Corte para fins de apreciação da legalidade dessas admissões;**" (grifei)*

As referidas decisões não constavam nos assentamentos funcionais do ex-servidor ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR, agente policial de custódia aposentado, matrícula nº 58.615-3, conforme constata-se pelos documentos acostados pela Divisão de Cadastro deste Departamento (Relatório do Histórico Funcional 37539220 e Ofícios diversos 37549114 e 37549443).

Assim, oficiou-se à Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF {Ofícios nºs. 51/2020 - DGP/GAB (37638096) e 17/2020 - DGP (38600013)}, órgão com atribuição constitucional e capacidade postulatório para representação em juízo dos órgãos do Poder Executivo, em busca de orientação acerca das providências a serem adotadas por este Departamento quanto aos servidores ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR, ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES e VANIUCHKA MELLO MARIBONDO VINAGRE, frente às ações judiciais por estes apresentadas e em decorrência de sua investidura em cargo público (agente policial de custódia) por meio de liminar conferida judicialmente.

Quanto às servidoras aposentadas ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES e VANIUCHKA MELLO MARIBONDO VINAGRE a d. Procuradoria Especial dos Tribunais Superiores e de Demandas Estratégicas informou no Despacho 37833394:

*"Solicito seja Oficiada a Polícia Civil do Distrito Federal, em resposta ao Ofício n. 51/2020-PCDF/DGPC/DGP/GAB, para fins de informar que os processos judiciais movidos pelas servidoras ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES e VANIUCHKA MELLO MARIBONDO VINAGRE **ainda não transitaram em julgado**, conforme anotados nos despachos SEI 37318481 e 37392548, produzidos nos autos do Processo SEI n. 00020-00009883/2020-09."*

No tocante à situação do aposentado ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR a Exma. Sra. Procuradora-Geral do Distrito Federal orientou-nos por meio do Ofício nº 445/2020 - PGDF:

"Senhor Assessor,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Senhoria os Despachos 40488086 e 40515602, prolatados pela Unidade Especializada desta Casa Jurídica, ratificados pela Procuradora-Geral Adjunta do Contencioso (Despacho - PGDF/PGCON 40602975), informando o trânsito em julgado favorável ao Distrito Federal nos autos do Mandado de Segurança 2011.00.2.020835-5, em que foi denegada a ordem que buscava impedir a exoneração do autor. Com o trânsito em julgado da decisão e, ainda, diante da inexistência de qualquer outra decisão judicial impeditiva, impõe-se a exoneração da parte autora Eliel Flores Roriz Júnior.

Ressalto, outrossim, que esta Procuradoria-Geral do Distrito Federal permanece à disposição para prestar demais esclarecimentos que sejam necessários.

Atenciosamente,

LUDMILA LAVOCAT GALVÃO VIEIRA DE CARVALHO

Procuradora-Geral do Distrito Federal"

Assim, o interessado ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR foi intimado formalmente (notificação 159 - 40905176) para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias sobre sua investidura no cargo de agente de policial de custódia, garantido-lhe assim o contraditório e ampla defesa na esfera processual administrativa, conforme orientação da PGDF e até mesmo do Exmo. Sr. Governador em procedimentos semelhantes.

Tempestivamente, o interessado manifestou por meio da petição 41781395 e requereu a V. Ex^a. que remetesse o expediente ao Tribunal de Contas do Distrito Federal e que não acatasse a orientação da PGDF, bem como que as intimações do requerente sejam realizadas na pessoa do patrono do aposentado.

2. DA MANIFESTAÇÃO

Em que pese a extensa manifestação do servidor, transitou em julgado (38748022) o

Acórdão 592476 exarado pelo Conselho Especial do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (38747521):

EMENTA

*MANDADO DE SEGURANÇA – ADMINISTRATIVO – CONCURSO PÚBLICO – AGENTE PENITENCIÁRIO – PSICOTÉCNICO – REPROVAÇÃO – LIMINAR – POSSE E EXERCÍCIO – RECURSO – TRÂNSITO EM JULGADO – TEORIA DO FATO CONSUMADO – INAPLICABILIDADE – SEGURANÇA DENEGADA. O trânsito em julgado da ação Declaratória de Nulidade, que permitiu em sede de liminar a posse e exercício do impetrante, no cargo de Agente Penitenciário, **afasta a aplicação da Teoria do Fato Consumado, vez que a permanência no serviço público depende do êxito no processo judicial, em que se discutiu a legalidade ou não do exame psicotécnico, no concurso específico.** (grifei)*

Assim, não resta margem à Administração Pública para o descumprimento de decisão judicial, devendo ser anulada de investidura (precária) no cargo público de Agente Policial de Custódia, da carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, e a consequente insubsistência da aposentadoria do ex-servidor **ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR**, matrícula nº 58.615-3.

A d. PGDF também já se manifestou sobre o tema em outras oportunidades, nos termos do Parecer nº 839/2016-PRCON/PGDF:

"CONCURSO. PRAZO DE VALIDADE. CADUCIDADE. INVESTIDURA. IMPOSSIBILIDADE DE CONVALIDAÇÃO.

- A investidura em cargo público com base em certame cujo prazo de validade se exauriu traduz admissão em serviço público sem prévia aprovação em concurso.

- Manifesta inconstitucionalidade do provimento, que, assim, não ostenta eficácia, não sendo passível de convalidação ou consolidação pelo mero decurso do tempo. Doutrina. Precedentes do Supremo Tribunal Federal.

Assim sendo, o vício reconhecido judicialmente na investidura do cargo, que não é saneado com o transcurso do tempo, reflete diretamente na aposentadoria, tendo em vista que se o servidor não preenche os requisitos para ingresso não há como ser-lhe concedida a aposentadoria."

Quanto a alegação de que com a aposentação passa a ter vínculo apenas previdenciário com o Governo do Distrito Federal, cumpre ser esclarecido que a decisão judicial pode afastar o vínculo previdenciário, tendo em vista que o interessado não cumpriu todos os requisitos legais para a investidura no cargo, o que reflete no ato concessório de aposentadoria, sendo que os recolhimentos previdenciários poderão ser utilizados para obtenção de aposentadoria pelo Regime Geral da Previdência Social – RGPS. Sendo que tal entendimento encontra amparo no Parecer nº 839/2016-PRCON/PGDF, *in verbis*:

"15. Forte em tais considerações, pode-se responder a consulta formulada pela Secretaria da Fazenda afirmando:

(a) inaplicável a teoria do fato consumado: a manifesta inconstitucionalidade das investiduras impede sua convalidação pelo mero decurso do tempo;

(b) inviável cogitar-se da decadência como óbice à anulação das

investiduras: situações manifestamente contrárias à Constituição Federal, não se consolidam pelo mero decurso do tempo;

(c) o procedimento a ser adotado para os aposentados há de ser idêntico ao dispensado aos ativos: abertura de processo administrativo, observado o contraditório e a ampla defesa;

(d) a circunstância de ter havido recolhimento de contribuição previdenciária não impede a restauração do império da legalidade, com a necessária anulação da investiduras e a consequente insubsistência das aposentadorias estatutárias. Os recolhimentos servirão, entretanto, para futura obtenção de aposentadoria pelo regime geral da Previdência;

(e) inviável o retorno dos servidores irregularmente investidos no cargo de Auditor Tributário para os cargos que anteriormente exerciam, à míngua de expressa previsão legal. Os institutos da reversão, reintegração ou recondução (LC 840/2011, arts. 34/37) não se amoldam à hipótese; e, por fim,"

3. CONCLUSÃO

Assim, opino pelo não acolhimento das alegações preliminares do ex-servidor **ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR**, matrícula nº 58.615-3 e o encaminhamento à Direção-Geral da PCDF com a sugestão de remessa à Consultoria Jurídica do Distrito Federal (nos moldes do fluxo processual dos autos nº 00052-00021968/2019-55, por despacho do Exmo. Sr. Governador), para o fim, caso assim entenda, de anulação de investidura (precária) no cargo público de Agente Policial de Custódia, da carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, e a consequente insubsistência da aposentadoria do ex-servidor, tendo em vista que o transcurso do tempo não possui o condão de convalidar o ingresso na carreira ocorrido de maneira inconstitucional e a publicação do ato de aposentadoria não impede a restauração do império da legalidade, sendo que as contribuições previdenciárias poderão ser utilizado para a concessão de aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social, tudo em estrita observância do v. acórdão do Egrégio TJDF e da determinação da d. Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

E ainda, sugiro a remessa ao Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal em resposta ao item II, alínea "a" da Decisão nº 637/2020 - TCDF (37375085).

Por fim, no tocante às servidoras aposentadas ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES e VANIUCHKA MELLO MARIBONDO VINAGRE apresento a sugestão de aguardo do trânsito em julgado dos recursos por elas interpostos.

Brasília/DF, 18 de junho de 2020.

MATEUS AVILA AFONSO DE ALMEIDA

Assessor



Documento assinado eletronicamente por **MATEUS AVILA AFONSO DE ALMEIDA - Matr.0075895-7, Assessor(a) do Departamento de Gestão de Pessoas**, em 19/06/2020, às 08:35, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **42022685** código CRC= **5F466C35**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SPO, Lote 23, Conjunto A - Térreo - Edifício Sede - Bairro SPO - CEP 70610-907 - DF

(61)3207-4131

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 42022685



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
Departamento de Gestão de Pessoas
Gabinete do Departamento de Gestão de Pessoas

Despacho - PCDF/DGPC/DGP/GAB

Brasília-DF, 18 de junho de 2020.

I – Acolho as razões expendidas pelo assessor deste Departamento na Manifestação nº 2260/2020 - DGP/GAB (42022685);

II – Por conseguinte, encaminhe-se o presente expediente à **Direção-Geral da Polícia Civil** com a sugestão de remessa à Consultoria Jurídica do Distrito Federal (nos moldes do fluxo processual dos autos nº 00052-00021968/2019-55, por despacho do Exmo. Sr. Governador), para o fim, caso assim entenda, de anulação de investidura (precária) no cargo público de Agente Policial de Custódia, da carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, e decisão acerca da consequência para a aposentadoria do ex-servidor **ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR**, matrícula nº 58.615-3, bem como remessa ao Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal em resposta ao item II, alínea "a" da Decisão nº 637/2020 - TCDF (37375085).

FERNANDO CÉSAR LIMA DE SOUZA

Diretor do Departamento de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO CÉSAR LIMA DE SOUZA - Matr.0182381-7, Diretor(a) do Departamento de Gestão de Pessoas**, em 22/06/2020, às 15:45, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **42023115** código CRC= **5075142D**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SPO, Lote 23, Conjunto A - Térreo - Edifício Sede - Bairro SPO - CEP 70610-907 - DF

(61)3207-4131

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 42023115



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
Direção-Geral da Polícia Civil
Direção Geral-Adjunta da Polícia Civil

Despacho - PCDF/DGPC/DGPC-ADJ

Brasília-DF, 22 de junho de 2020.

À Assessoria/DGPC.



Documento assinado eletronicamente por **BENITO AUGUSTO GALIANI TIEZZI - Matr.0047175-5**, **Diretor(a)-Geral Adjunto(a) da Polícia Civil do Distrito Federal**, em 22/06/2020, às 16:33, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **42227814** código CRC= **F7618765**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SPO, Lote 23, Conjunto A, Edifício Sede da Direção Geral, 3º Andar, Complexo da PCDF - Bairro SPO - CEP 70610-907 - DF
3207-4005

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 42227814



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
Direção-Geral da Polícia Civil
Assessoria da Direção-Geral

Ofício Nº 446/2020 - PCDF/DGPC/ASS

Brasília-DF, 23 de junho de 2020.

A Sua Excelência o Senhor

IBANEIS ROCHA BARROS JÚNIOR

Governador do Distrito Federal

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Senhor Governador,

Considerando o teor do Ofício nº. 445 (SEI n. 40732126), oriundo da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, bem como da Manifestação SEI nº 42022685, do Departamento de Gestão de Pessoas desta PCDF, encaminho a Vossa Excelência o presente processo para conhecimento e deliberação, em razão de se tratar de possível hipótese de anulação de investidura (precária) no cargo público de Agente Policial de Custódia, da carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, do servidor ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR.

Na oportunidade, solicito, ainda, manifestação sobre as consequências em relação à aposentadoria do referido servidor.

Respeitosamente,

ROBSON CÂNDIDO DA SILVA

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **ROBSON CANDIDO DA SILVA - Matr.0057596-8**, **Diretor(a)-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal**, em 02/07/2020, às 09:09, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **42320536** código CRC= **F3A56061**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SPO , lote 23, Conjunto A ? Ed. Sede Complexo da PCDF - CEP 70610-907 - DF
3207-4001

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 42320536



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
Direção-Geral da Polícia Civil
Assessoria da Direção-Geral

Ofício Nº 466/2020 - PCDF/DGPC/ASS

Brasília-DF, 30 de junho de 2020.

A Sua Excelência a Senhora

ANILCÉIA LUZIA MACHADO

Conselheira Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF

Senhora Presidente,

Em atenção ao Ofício nº. 1647/2020-GP, que encaminhou a esta Instituição Policial a Decisão nº. 637/2020 (Processo 2477/2000), a qual, em seu item II, alínea "a", determina que sejam prestadas informações a essa Eg. Corte de Contas sobre a situação do servidor ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR (hoje aposentado no cargo de Agente Policial de Custódia, da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal), encaminho a Vossa Excelência a manifestação SEI n. 42022685, do Departamento de Gestão de Pessoas desta PCDF, bem como esclareço que foi encaminhado o Ofício nº. 446 (SEI n. 42320536) ao Governador do Distrito Federal para deliberação acerca da anulação de investidura (precária) no cargo público de Agente Policial de Custódia, da carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, e sobre as consequências em relação à aposentadoria do referido servidor.

Respeitosamente,

ROBSON CÂNDIDO DA SILVA
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **ROBSON CANDIDO DA SILVA - Matr.0057596-8, Diretor(a)-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal**, em 02/07/2020, às 09:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **42714109** código CRC= **4D27E9C8**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SPO , lote 23, Conjunto A ? Ed. Sede Complexo da PCDF - CEP 70610-907 - DF
3207-4001

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 42714109

Correspondência Eletrônica - 42847322

Data de Envio:

02/07/2020 11:48:49

De:

PCDF/Seção de Controle de Documentos <assdgpcc-scd@pcdf.df.gov.br>

Para:

presidencia@tc.df.gov.br

Assunto:

Encaminha Ofício PCDF

Mensagem:

Bom dia,

De ordem do Assessor-Chefe da Assessoria da Direção-Geral, encaminho o Ofício nº 466/2020-ASS/DGPC (42714109) e anexos.

Solicito a gentileza de confirmar o recebimento do e-mail e anexo, a fim de que o processo seja concluído na unidade.

Favor fazer referência ao Processo SEI 00052.00004761/2020-50.

Atenciosamente,

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DA DIREÇÃO-GERAL
SEÇÃO DE CONTROLE DE DOCUMENTOS- SCD
3207-4036
3207-4037

srg

Anexos:

Oficio_42714109.pdf
Oficio_37375184_TCDF__Of._1647.2020__GP.pdf
Manifestacao_42022685.pdf
Oficio_42320536.pdf


{Spam?} Re: Encaminha Ofício PCDF

presidencia <presidencia@tc.df.gov.br>

qui 02/07/2020 18:24

Para: assdGPC-scd <assdGPC-scd@pcdf.df.gov.br>;

Cc: Maria Beatriz Melillo Lopes Silva <beatriz@tc.df.gov.br>;

 4 anexos

Oficio_42714109.pdf; Oficio_37375184_TCDF__Of._1647.2020__GP.pdf; Manifestacao_42022685.pdf; Oficio_42320536.pdf;

O Tribunal de Contas do Distrito Federal informa que os documentos e processos oriundos de órgãos do GDF somente serão recebidos a partir da ferramenta Barramento SEI.

Os e-mails recebidos por este canal não serão mais protocolados a partir de segunda-feira, dia 22/06/2020.

Este canal estará aberto para dúvidas e sugestões.

COORDENADORIA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - COGEDOC

Protocolo

Tribunal de Contas do Distrito Federal

protocolo@tc.df.gov.br

----- Mensagem original -----

De: "PCDF" <assdGPC-scd@pcdf.df.gov.br>

Para: "presidencia" <presidencia@tc.df.gov.br>

Enviadas: Quinta-feira, 2 de julho de 2020 11:48:50

Assunto: Encaminha Ofício PCDF

Bom dia,

De ordem do Assessor-Chefe da Assessoria da Direção-Geral, encaminho o Ofício nº 466/2020-ASS/DGPC (42714109) e anexos.

Solicito a gentileza de confirmar o recebimento do e-mail e anexo, a fim de que o processo seja concluído na unidade.

Favor fazer referência ao Processo SEI 00052.00004761/2020-50.

Atenciosamente,

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DA DIREÇÃO-GERAL
SEÇÃO DE CONTROLE DE DOCUMENTOS- SCD
3207-4036
3207-4037

srg



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
Seção de Controle de Documentos

Informação - PCDF/DGPC/ASS/SCD

Informo que o Ofício 466/2020-ASSDGPC (42714109) e anexos foram encaminhados ao Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, via barramento SEI/GDF, por meio do novo processo relacionado 00052-00011182/2020-63, uma vez que aquele Órgão manifestou-se pelo não recebimento de documentos por quaisquer outros meios eletrônicos, conforme teor do E-mail 42912486.

Processo concluído na unidade.



Documento assinado eletronicamente por **VALÉRIA ROSA DE LIMA OLIVEIRA - Matr.0063897-8, Chefe da Seção de Controle de Documentos**, em 03/07/2020, às 14:33, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **42939266** código CRC= **380C5D00**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SPO, Lote 23, conjunto A, Edifício Sede da Direção Geral, 3º Andar, Complexo da PCDF - Bairro SPO - CEP 70610-907 - DF
3207-4033

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 42939266



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO GOVERNADOR

Gabinete

Chefia de Gabinete

Circular n.º 1281/2020 - GAG/CH

Brasília-DF, 03 de julho de 2020

À Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal

À Consultoria Jurídica do Gabinete do Governador

ASSUNTO: Anulação de investidura. Eliel Flores Roriz Júnior.

Prezados Senhores,

Sirvo-me do presente a fim de encaminhar o Ofício Nº 446/2020 - PCDF/DGPC/ASS (42320536), por meio do qual a Polícia Civil apresenta manifestação acerca de possível anulação da investidura do servidor Eliel Flores Roriz Júnior no cargo de Agente Policial de Custódia.

Ao solicitar análise e adoção das medidas pertinentes, visando a assegurar o interesse público, aproveito o ensejo para renovar os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

JULIANA MONICI SOUZA PINHEIRO

Chefe de Gabinete do Governador



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MONICI SOUZA PINHEIRO - Matr.1689254-2, Chefe de Gabinete**, em 06/07/2020, às 16:34, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **42953118** código CRC= **5AB3B1A6**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti, Palácio do Buriti, 1º andar, Sala P-11 - Bairro Zona Cívico-Administrativa - CEP 70075-900 - DF

61 3961 1543



Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
PJe - Processo Judicial Eletrônico

30/06/2020

Número: 0719171-32.2020.8.07.0000

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **Conselho Especial**

Órgão julgador: **Gabinete da Des. Fátima Rafael**

Última distribuição : **24/06/2020**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Aposentadoria**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR (IMPETRANTE)	
	ALEX LUCIANO VALADARES DE ALMEIDA (ADVOGADO) RAFAEL DARIO DE AZEVEDO NOGUEIRA (ADVOGADO)
GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL (IMPETRADO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
17314152	30/06/2020 16:36	Decisão	Decisão

Órgão: Conselho Especial

Espécie: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120)

Nº do Processo: **0719171-32.2020.8.07.0000**

IMPETRANTE: ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR

IMPETRADO: GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Relatora: Des. Fátima Rafael

DECISÃO

Cuida-se de Mandado de Segurança preventivo impetrado por **Eliel Flores Roriz Junior** contra ato reputado ilegal que poderá ser praticado pelo **Governador do Distrito Federal**, consistente na cassação da sua aposentadoria.

Informa o Impetrante que exerceu o cargo de Agente Penitenciário no período de 28.9.1999 a 27.5.2019, por força de decisão precária.

Relata que, após o trânsito em julgado do RE nº 608.482/RN pelo Supremo Tribunal Federal, a 1ª Turma do STJ, em juízo de retratação, indeferiu sua continuidade no cargo, nos autos do RMS 39.644/DF, o qual transitou em julgado em 8.3.2018.

Salienta que, em razão disso, a Procuradoria do Distrito Federal notificou a autoridade coatora (Governador do Distrito Federal) e pediu a exoneração do servidor, a qual se converterá em cassação de aposentadoria ante a impossibilidade de ser exonerado, com os seguintes fundamentos:

“(…)

Informando o trânsito em julgado favorável ao Distrito Federal nos autos do mandado de segurança 2011.00.2.020835-5, em que foi denegada a ordem que buscava impedir a exoneração do autor. Com o trânsito em julgado da decisão e, ainda, diante da inexistência de qualquer outra decisão judicial impeditiva, impõe-se a exoneração da parte autora Eliel Flores Roriz Júnior.

(…)”

Relata que é da competência exclusiva do Governador do Distrito Federal exonerar e demitir servidores e, por consequência, cassar aposentadoria, o que o legitima a ocupar o polo passivo do mandado de segurança como autoridade coatora.

Sustenta que a cassação de aposentadoria é prevista apenas nos casos de demissão de servidor público e acumulação ilegal, inexistindo previsão legal dessa sanção no caso de exercício do cargo e aposentadoria assegurados por decisões judiciais precárias.

Assevera que a aposentadoria voluntária sujeita-se ao direito adquirido, ato jurídico perfeito e aos princípios da segurança jurídica e da dignidade da pessoa humana, o que impede a cassação nas hipóteses



Número do documento: 20063016364462800000016822687
<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20063016364462800000016822687>
Assinado eletronicamente por: FÁTIMA RAFAEL - 30/06/2020 16:36:44

Num. 17314152 - Pág. 1

em que o servidor já contribuiu pelo tempo necessário à concessão do benefício previdenciário.

Aduz que “o direito à aposentadoria submete-se aos requisitos próprios do regime jurídico contributivo, ou seja, não é um privilégio, mas um direito incorporado ao patrimônio do agente, que exerceu durante um período uma contraprestação para ter direito ao recebimento do benefício”.

Diz que a concessão de aposentadoria tem o condão de romper o vínculo do servidor com a Administração Pública, nos termos do art. 39, § 14, da CF, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019.

Requer a concessão de medida liminar para que a autoridade coautora se abstenha de cassar a aposentadoria do Impetrante.

No mérito, pugna pela manutenção da liminar concedida, para impedir que o Governador do Distrito Federal casse sua aposentadoria.

Custas recolhidas (Id. 17134744).

É o relatório.

Decido.

Nos termos do art. 5º, inc. LXIX, da Constituição Federal e do art. 1º da Lei 12.016/2009, “*Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.*”

No caso, pede o Impetrante a concessão de liminar para que a autoridade coautora se abstenha de cassar sua aposentadoria.

Da análise dos autos, verifica-se que a controvérsia diz respeito exclusivamente à possibilidade de cassar a aposentadoria de servidor público em razão da revogação da decisão judicial que permitiu a sua permanência no citado cargo.

De início, constato o justo receio do Impetrante a justificar o mandado de segurança preventivo, uma vez que, embora não praticado o suposto ato ilegal, a Procuradoria do Distrito Federal notificou o Governo do Distrito Federal acerca do trânsito em julgado da decisão que impedia a exoneração do Autor e afirmou que, “*diante da inexistência de qualquer outra decisão judicial impeditiva, impõe-se a exoneração da parte autora Eliel Flores Roriz Júnior*”.

Assim, sem adentrar no exame do mérito, considero necessária a concessão de liminar, porque a tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 608.482, julgado em regime de repercussão geral, a respeito da inaplicabilidade da teoria do fato consumado para a manutenção em cargo público, não se aplica ao presente caso.

Por oportuno, transcrevo o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal:

“CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO REPROVADO QUE ASSUMIU O CARGO POR FORÇA DE LIMINAR. SUPERVENIENTE REVOGAÇÃO DA MEDIDA. RETORNO AO STATUS QUO ANTE. “TEORIA DO FATO CONSUMADO”, DA PROTEÇÃO DA CONFIANÇA LEGÍTIMA E DA SEGURANÇA JURÍDICA. INAPLICABILIDADE. RECURSO PROVIDO. 1. Não é compatível com o regime constitucional de acesso aos cargos públicos a manutenção no cargo, sob fundamento de fato consumado, de candidato não aprovado que nele tomou posse em decorrência de execução provisória de medida liminar ou outro provimento judicial de natureza precária, supervenientemente revogado ou modificado. 2. Igualmente incabível, em casos tais, invocar o princípio da segurança jurídica ou o da proteção da confiança legítima. É que, por



Número do documento: 20063016364462800000016822687
<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20063016364462800000016822687>
Assinado eletronicamente por: FÁTIMA RAFAEL - 30/06/2020 16:36:44

Num. 17314152 - Pág. 2

imposição do sistema normativo, a execução provisória das decisões judiciais, fundadas que são em títulos de natureza precária e revogável, se dá, invariavelmente, sob a inteira responsabilidade de quem a requer, sendo certo que a sua revogação acarreta efeito ex tunc, circunstâncias que evidenciam sua inaptidão para conferir segurança ou estabilidade à situação jurídica a que se refere. 3. Recurso extraordinário provido.” (RE 608482, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 07/08/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-213 DIVULG 29-10-2014 PUBLIC 30-10-2014)

Assim, em juízo de cognição sumária, considero que a revogação da tutela antecipada que permitiu a manutenção do servidor no cargo não poderá atingir a aposentadoria voluntária concedida pelo implemento dos requisitos legais.

Ora, embora o servidor tenha exercido o cargo por mais de 20 (vinte) anos por força de decisão judicial precária, reuniu os requisitos para a concessão da aposentadoria segundo as regras do regime próprio.

Por fim, a Lei Complementar distrital 840/2011, que dispõe sobre o regime jurídicos dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais, permite a cassação da aposentadoria apenas nas hipóteses em que o servidor na ativa comete penalidade passível de demissão ou acumula ilegalmente cargos públicos (artigos 48, § 6º, II, e 203, parágrafo único, da LC 840/2011).

Nesse sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

“ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. MANDADO DE SEGURANÇA PLEITEANDO PARTICIPAÇÃO NA SEGUNDA ETAPA. POSTERIOR AÇÃO ORDINÁRIA BUSCANDO NOMEAÇÃO. A DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA NO MANDADO DE SEGURANÇA PREJUDICA A PROCEDÊNCIA DA AÇÃO ORDINÁRIA. EXCEPCIONALIDADE DO CASO CONCRETO DIANTE DA APOSENTADORIA DA IMPETRANTE. HISTÓRICO DA DEMANDA 1. A impetrante prestou concurso para o cargo de Fiscal do Trabalho, a ser realizado em duas etapas: provas e curso de formação. Não tendo sido considerada aprovada na primeira etapa, impetrou Mandado de Segurança em que obteve provimento que lhe permitiu continuar no concurso e realizar a segunda. Terminado o curso de formação, ingressou com Ação Ordinária pedindo a nomeação para o cargo, tendo obtido decisão favorável, exercido o cargo por vários anos e se aposentado. Todavia, o TRF da 3ª Região terminou por denegar a segurança, após o que, em seguida a processo administrativo em que lhe foi assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, foi editada portaria tornando sem efeito sua nomeação para o cargo e, conseqüentemente, sua aposentadoria.

CANDIDATO NOMEADO PARA CARGO PÚBLICO COM AMPARO EM MEDIDA JUDICIAL PRECÁRIA NÃO TEM DIREITO A NELE PERMANECER SE A DECISÃO FINAL LHE É DESFAVORÁVEL 2. Ao contrário do que sustenta a impetrante, a existência da Ação Ordinária, que acabou por transitar em julgado favoravelmente a ela, não lhe asseguraria o direito de permanecer no cargo, pois esta Ação era dependente do resultado do Mandado de Segurança anterior, em que buscava sua aprovação no concurso. 3. Transitada em julgado a decisão desfavorável no Mandado de Segurança pela qual ela buscou realizar a 2ª etapa do concurso, considera-se que ela não foi aprovada, e perde o objeto a pretensão de nomeação tratada na Ação Ordinária. 4. O Supremo Tribunal Federal, em julgado realizado sob a égide da repercussão geral, deu pela inaplicabilidade da teoria do fato consumado para manutenção em cargo público de candidato não aprovado em concurso (STF, RE 608.482, Relator Min. Teori Zavascki, Tribunal Pleno, julgado em 7/8/2014, Repercussão Geral - Mérito, DJe-213 p. 30/10/2014).

5. Assim, se a impetrante estivesse exercendo o cargo, não haveria nenhuma irregularidade no seu afastamento deste depois do trânsito em julgado da decisão judicial desfavorável a ela que lhe permitiu prosseguir no concurso após a primeira etapa. SITUAÇÃO EXCEPCIONALÍSSIMA DE CONSOLIDAÇÃO FÁTICO-JURÍDICA NO CASO CONCRETO - APOSENTADORIA.

6. Não obstante a compreensão acima exarada, constata-se que a impetrante, nomeada sob amparo de decisão judicial liminar, exerceu o cargo até o momento de sua aposentadoria, ocorrida vários anos



antes da decisão final do Mandado de Segurança originalmente impetrado por ela para prosseguir no concurso.

7. Embora o vínculo de trabalho fosse precário, o vínculo previdenciário, após as contribuições previdenciárias ao regime próprio, consolidou-se com a reunião dos requisitos para a concessão de aposentadoria.

8. A legislação federal estabelece a cassação da aposentadoria apenas nos casos de demissão do servidor público e de acumulação ilegal de cargos (arts. 133, § 6º, e 134 da Lei 8.112/1990), não havendo, portanto, respaldo legal para impor a mesma penalização quando o exercício do cargo é amparado por decisões judiciais precárias e o servidor se aposenta por tempo de contribuição durante esse exercício após legítima contribuição ao sistema.

9. Precedente específico: MS 18.002/DF, relator Min. Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 21/11/2016 (acórdão aguardando publicação) CONCLUSÃO 10. Segurança parcialmente concedida para manter a aposentadoria da impetrante.” (MS 20.558/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/02/2017, DJe 31/03/2017)

Ademais, tendo em vista que o acolhimento da sugestão da Procuradoria do Distrito Federal poderá implicar na cessação dos proventos do Impetrante, os quais possuem natureza alimentar, mostra-se necessária a concessão de liminar.

Assim, **concedo liminar** para determinar ao Governador do Distrito Federal que se abstenha de cassar a aposentadoria do servidor Eliel Flores Roriz Junior em razão da sugestão do Ofício nº 17/2020 PGDF/GAB, até o julgamento do mérito do presente Mandado de Segurança.

Notifique-se e dê-se ciência, nos termos do artigo 7º, incisos I e II, da Lei 12.016/2009.

Por último, colha-se a manifestação da douta Procuradoria de Justiça (art. 12 da Lei nº 12.016/2009).

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 30 de junho de 2020.

Desembargadora Fátima Rafael

Relatora



Número do documento: 20063016364462800000016822687
<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20063016364462800000016822687>
Assinado eletronicamente por: FÁTIMA RAFAEL - 30/06/2020 16:36:44

Num. 17314152 - Pág. 4



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete
Chefia de Gabinete

Despacho - SSP/GAB/CG

Brasília-DF, 09 de julho de 2020.

ASSUNTO: Admissões ocorridas na Polícia Civil do Distrito Federal decorrentes do concurso público regulado pelo Edital Normativo nº 1-PC-AGP/CESPE, publicado no DODF de 28.09.1998, em especial a admissão do servidor ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR.

REFERÊNCIAS: 00052-00004761/2020-50

DECISÃO Nº 3537/2017 – TCDF (37374767)

Ofício nº 6153/2017-GP (37374886)

DECISÃO Nº 637/2020 (37375085)

Processo nº 00020-00019878/2020-04

DESPACHO

1. Trata-se de Admissões ocorridas na Polícia Civil do Distrito Federal decorrentes do concurso público regulado pelo Edital Normativo nº 1-PC-AGP/CESPE, publicado no DODF de 28.09.1998.

2. No processo em epígrafe, será tratado exclusivamente do servidor Eliel Flores Roriz Junior, que obteve a admissão sub judice por não ter sido aprovado no exame psicotécnico e ingressou com diversas ações judiciais para permanência no concurso e posterior nomeação e posse.

3. O i. Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, em 25/07/2017, proferiu a Decisão 3537/2017 com os seguintes apontamentos:

“[...] alertar a Polícia Civil do Distrito Federal para a necessidade de acompanhar o andamento dos respectivos processos judiciais **até a formalização do trânsito em julgado da decisão de mérito neles proferida**, momento em que deverá dar ciência dessa situação a esta Corte de Contas, indicando se os desfechos foram favoráveis ou não aos demandantes. [...]”

4. Em 05/03/2020, o TCDF em nova Decisão Nº 637/2020 determinou à Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF novos andamentos processuais. Vejamos:

“[...] a) à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, remeta a este Tribunal de Contas informações sobre a situação do servidor Eliel Flores Roriz Júnior (hoje aposentado no cargo de Agente Policial de Custódia, da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal – fls. 1663 - e admitido em decorrência do Edital nº 1/1998– PC – AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.1998), **especialmente em razão do acórdão proferido pela Corte de Justiça distrital nos autos do MSG nº 2011.00.2.020835-5, mantido pelo Suprem o Tribunal Federal - STF mediante**

decisão exarada nos autos do RE nº 1050340, que transitou em julgado em 08.03.2018 (fls. 1160/1662); [...].”

5. Desta feita, a PCDF realizou a juntada de diversos documentos como Ofícios para Consultoria Jurídica do Governador (37549114), Ofícios da Procuradoria Geral do Distrito Federal(37549443) e (38460898),(38600013), dentre outros, para o deslinde da ação.

6. Nessa esteira, a PGDF apensou todos os Acórdãos das ações judiciais manejadas pelo servidor Eliel Flores Roriz Junior.

ACÓRDÃO	DOC. SEI	SITUAÇÃO
MSG -Mandado de Segurança - MSG -Mandado de Segurança - TJDF	38747521	Denegou-se a segurança
Recurso em Mandado de Segurança Nº 39.644 - STJ	38747596	Recurso Ordinário Provido.
Embargos de Declaração no Recurso em Mandado de Segurança Nº 39.644 - STJ	38747698	Embargos de Declaração de rejeitados.
Recurso em Mandado de Segurança Nº 39.644 - STJ	38747748	Negou provimento ao recurso.
Recurso em Mandado de Segurança Nº 39.644 - STJ	38747814	Negou provimento ao recurso
Recurso Extraordinário 1.050.340 - STF	38747885	Negou o seguimento.
Ag. Reg. no Recurso Extraordinário 1.050.340 - STF	38747943	Conheceu e negou provimento.
Certidão de Trânsito em julgado	38748022	Transitou em julgado em 08/03/2018.

7. Assim, pelo Ofício Nº 445/2020 - PGDF/GAB (40732126), a PGDF informou à Polícia Civil do Distrito Federal que “com o trânsito em julgado da decisão e, ainda, diante da inexistência de qualquer outra decisão judicial impeditiva, impõe-se a exoneração da parte autora Eliel Flores Roriz Júnior”.

8. Em tempo, a PCDF notificou o servidor em tela para apresentar manifestação em 15 dias em garantia ao contraditório e ampla defesa, por meio do Despacho (40885773) e da Notificação (40898023), enviando e-mails com todas as informações processuais anexas.

9. O servidor apresentou requerimento administrativo tempestivamente (41781395).

10. O Departamento de Gestão de Pessoas da PCDF realizou a análise do expediente visando o cumprimento do item II, alínea "a", da Decisão nº 637/2020- TCDF, com a seguinte manifestação:

Em que pese a extensa manifestação do servidor, transitou em julgado (38748022) o Acórdão (592476) exarado pelo Conselho Especial do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (38747521):

EMENTA

*MANDADO DE SEGURANÇA – ADMINISTRATIVO – CONCURSO PÚBLICO – AGENTE PENITENCIÁRIO – PSICOTÉCNICO – REPROVAÇÃO – LIMINAR – POSSE E EXERCÍCIO – RECURSO – TRÂNSITO EM JULGADO – TEORIA DO FATO CONSUMADO – INAPLICABILIDADE – SEGURANÇA DENEGADA. O trânsito em julgado da ação Declaratória de Nulidade, que permitiu em sede de liminar a posse e exercício do impetrante, no cargo de Agente Penitenciário, **afasta a aplicação da Teoria do Fato Consumado, vez que a permanência no serviço público depende do êxito no processo judicial, em que se discutiu a legalidade ou não do exame psicotécnico, no concurso específico.** (grifei)*

Assim, não resta margem à Administração Pública para o descumprimento de decisão judicial, devendo ser anulada de investidura (precária) no cargo público de Agente Policial de Custódia, da carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, e a consequente insubsistência da aposentadoria do ex-servidor **ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR**, matrícula nº 58.615-3.

A d. PGDF também já se manifestou sobre o tema em outras oportunidades, nos termos do Parecer nº 839/2016-PRCON/PGDF:

"CONCURSO. PRAZO DE VALIDADE. CADUCIDADE. INVESTIDURA. IMPOSSIBILIDADE DE CONVALIDAÇÃO.

- A investidura em cargo público com base em certame cujo prazo de validade se exauriu traduz admissão em serviço público sem prévia aprovação em concurso.

- Manifesta inconstitucionalidade do provimento, que, assim, não ostenta eficácia, não sendo passível de convalidação ou consolidação pelo mero decurso do tempo. Doutrina. Precedentes do Supremo Tribunal Federal.

Assim sendo, o vício reconhecido judicialmente na investidura do cargo, que não é saneado com o transcurso do tempo, reflete diretamente na aposentadoria, tendo em vista que se o servidor não preenche os requisitos para ingresso não há como ser-lhe concedida a aposentadoria."

Quanto a alegação de que com a aposentação passa a ter vínculo apenas previdenciário com o Governo do Distrito Federal, cumpre ser esclarecido que a decisão judicial pode afastar o vínculo previdenciário, tendo em vista que o interessado não cumpriu todos os requisitos legais para a investidura no cargo, o que reflete no ato concessório de aposentadoria, sendo que os recolhimentos previdenciários poderão ser utilizados para obtenção de aposentadoria pelo Regime Geral da Previdência Social – RGPS. Sendo que tal entendimento encontra amparo no Parecer nº 839/2016-PRCON/PGDF, *in verbis*:

"15. Forte em tais considerações, pode-se responder a consulta formulada pela Secretaria da Fazenda afirmando:

(a) inaplicável a teoria do fato consumado: a manifesta inconstitucionalidade das investiduras impede sua convalidação pelo mero

decorso do tempo;

(b) inviável cogitar-se da decadência como óbice à anulação das investidas: situações manifestamente contrárias à Constituição Federal não se consolidam pelo mero decurso do tempo;

(c) o procedimento a ser adotado para os aposentados há de ser idêntico ao dispensado aos ativos: abertura de processo administrativo, observado o contraditório e a ampla defesa;

(d) a circunstância de ter havido recolhimento de contribuição previdenciária não impede a restauração do império da legalidade, com a necessária anulação da investidas e a consequente insubsistência das aposentadorias estatutárias. Os recolhimentos servirão, entretanto, para futura obtenção de aposentadoria pelo regime geral da Previdência;

(e) inviável o retorno dos servidores irregularmente investidos no cargo de Auditor Tributário para os cargos que anteriormente exerciam, à míngua de expressa previsão legal. Os institutos da reversão, reintegração ou recondução (LC 840/2011, arts. 34/37) não se amoldam à hipótese; e, por fim,"

11. Ressalta-se que o servidor em tela obteve decisão liminar favorável para que não haja cassação da sua aposentadoria de acordo com o Mandado de Segurança Nº 0719171-32.2020.8.07.000 (43063510):

"Assim, concedo liminar para determinar ao Governador do Distrito Federal **que se abstenha de cassar a aposentadoria do servidor Eliel Flores Roriz Junior em razão da sugestão do Ofício nº 17/2020 PGDF/GAB, até o julgamento do mérito do presente Mandado de Segurança.**" (Grifos Nossos)

12 . Por fim, a Consultoria Jurídica do Governador proferiu Despacho (43442043), com o seguinte encaminhamento:

"Nesse contexto, considerando que a decisão do TCDF já foi cumprida pelo Diretor-Geral da PCDF pelo Ofício 466/2020 (42714109) e que o Poder Judiciário determinou que o Governador se abstenha de praticar a cassação da aposentadoria do servidor interessado, não resta outra providência a cargo do Exmo. Sr. Governador, razão pela qual sugiro sejam adotadas as seguintes providências: (i) conclusão provisória do presente processo até o advento da decisão final do TJDF no âmbito do Processo nº 0719171-32.2020.8.07.0000; (ii) e inclusão do presente processo em acompanhamento especial."

13. Assim, tendo em vista que no Processo nº 00020-00019878/2020-04 , AJL desta Pasta recomendou que fosse comunicada de todas as formalidades efetivadas nesse procedimento, encaminhe-se à AJL para conhecimento e providências eventualmente cabíveis.

14 . À Assessoria Especial do Gabinete para inserir o processo em Acompanhamento Especial.

THIAGO FREDERICO DE SOUZA COSTA

Chefe de Gabinete

Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO FREDERICO DE SOUZA COSTA - Matr.1694099-7, Chefe de Gabinete**, em 15/07/2020, às 14:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **43269234** código CRC= **388E8B68**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Conunto A, Bloco A, Ed. Sede da SSP/DF - IV - Bairro Brasília - CEP 70620-00 - DF

6134418852

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 43269234



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO GOVERNADOR

Consultoria Jurídica

Despacho - GAG/CJ

Brasília-DF, 13 de julho de 2020.

DESPACHO Nº: 0953/2020 - GAG/CJDF.

PROCESSO Nº: [00052-00004761/2020-50](#).

INTERESSADOS: Tribunal de Contas do Distrito Federal;

Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF; e

Eliel Flores Roriz Júnior .

ASSUNTO: Análise/Cumprimento da Decisão nº 637/2020 - Processo nº 2477/2000, do Tribunal de Contas do Distrito Federal (31120674).

Senhor Consultor Jurídico Executivo,

O presente processo foi instaurado no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF para análise e cumprimento do Ofício nº 1647/2020 (37375184) do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que encaminhou àquela Corporação Policial, para ciência e adoção das providências cabíveis, a Decisão nº /2019, prolatada no âmbito do Processo nº 637/2020-TCDF (37375085).

Trata-se, em síntese, de decisão que determinou à PCDF que, com auxílio da PGDF, informasse à Corte de Contas a situação da demandas judicial nº MSG nº 2011.00.2.02083, proposta pelo servidor **Eliel Flores Roriz Júnior**, que justificou, no ano de 2001, sua nomeação, posse e entrada em exercício no cargo de Agente Penitenciário, atualmente denominado Agente Policial de Custódia:

"(...)

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos documentos acostados às fls. 1654/1688; **II – determinar: a) à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, remeta a este Tribunal de Contas informações sobre a situação do servidor Eliel Flores Roriz Júnior (hoje aposentado no cargo de Agente Policial de Custódia, da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal – fls. 1663 - e admitido em decorrência do Edital no 1/1998**

– PC – AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.1998), especialmente em razão do acórdão proferido pela Corte de Justiça distrital nos autos do MSG no 2011.00.2.020835-5, mantido pelo Supremo Tribunal Federal - STF mediante decisão exarada nos autos do RE no 1050340, que transitou em julgado em 08.03.2018 (fls. 1160/1662); b) à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF que mantenha em acompanhamento as ações judiciais movidas pelas servidoras Roseane de Oliveira Moraes (MSG no 2011.00.2.020841-6-TJDFT) e Vaniuchka Mello Maribondo Vinagre (Processo no 2010.01.1.062245-6), Agentes Policiais de Custódia, da

Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, admitidas em decorrência do Edital no 1/1998 – PC – AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.1998, até o respectivo trânsito em julgado, oportunidade em que deverá orientar a Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF de como deve proceder, encaminhando suas conclusões a esta Corte para fins de apreciação da legalidade dessas admissões; III – autorizar a devolução dos autos em exame à SEFIPE, para os devidos fins. O Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO deixou de atuar nos autos, por força do art. 152, I, do RI/TCDF. (destaque não original).

(...)"

Os autos tramitaram na Polícia Civil do Distrito Federal, na Procuradoria-Geral do Distrito Federal, na Secretaria de Estado de Segurança Pública, tendo sido juntados até o momento, dentre outros, os seguintes documentos, dos quais destaco:

I - Manifestação do Contencioso da PGDF quanto ao estado atual dos processos judiciais envolvendo o servidor Eliel Flores Roriz Júnior (40602975, 40515602 e 40732126);

II - Manifestação do Departamento de Gestão de Pessoas da PCDF sobre a necessidade de exoneração dos servidores Flávio Santos e Jane Eyre (42022685, 42023115);

III - Ofício de remessa do processo para o Governador firmado pelo Diretor-Geral da PCDF, com indicação de anulação de nomeação (42320536);

IV - Ofício da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal informando quanto à impossibilidade de manifestar-se sobre a demanda (43269234);

V - Manifestação do servidor interessado (40905176 e 41781395);

VI - Ofício do Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal em resposta ao TCDF informando o encaminhamento da demanda para o Governador (42714109).

VII - Decisão liminar do TJDFT impedindo a cassação da aposentadoria do interessado (43063510).

Passo à nova apreciação.

Conforme já asseverado, o presente processo tem por objeto o cumprimento do Ofício nº 1647/2020-GP, que trata da Decisão nº 637/2020 (Processo 2477/2000). Esta, em seu item II, alínea "a", determina que sejam prestadas informações àquela Eg. Corte de Contas sobre a situação do processo judicial que justificou a nomeação, posse e entrada em exercício do servidor ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR no cargo público de Agente Penitenciário, atualmente denominado Agente Policial de Custódia, da PCDF.

Pelo Ofício nº 466/2020 (42714109), o Diretor-Geral da PCDF, autoridade destinatária do ofício objeto de cumprimento (37374886), já encaminhou ao Tribunal de Contas do Distrito Federal as informações solicitadas, in verbis:

"(...)

Senhora Presidente,

Em atenção ao Ofício nº. 1647/2020-GP, que encaminhou a esta Instituição Policial a Decisão nº. 637/2020 (Processo 2477/2000), a qual, em seu item II, alínea "a", determina que sejam prestadas informações a essa Eg. Corte de Contas sobre a situação do servidor ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR (hoje aposentado no cargo de Agente Policial de Custódia, da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal), encaminho a Vossa Excelência a manifestação SEI n. 42022685, do Departamento de Gestão de Pessoas desta PCDF, bem como esclareço que foi encaminhado o Ofício nº. 446 (SEI n. 42320536) ao Governador do Distrito Federal para deliberação acerca da anulação de

investidura (precária) no cargo público de Agente Policial de Custódia, na carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, e sobre as consequências em relação à aposentadoria do referido servidor.

(...)"

Outrossim, verifica-se que a Decisão objeto de cumprimento foi prolatada no âmbito do Processo nº 2477/2000 do TCDF, processo que ainda se encontra com julgamento pendente naquele Tribunal. Outrossim, é certo que o Tribunal de Contas pronunciar-se-á oportunamente sobre as informações prestadas pela PCDF (42714109) e prolatará decisão sobre a regularidade do ingresso do servidores interessados no respectivo cargo.

Registro, por oportuno, que a Decisão nº 3728/19 do TCDF, objeto de análise e cumprimento, não determina a exoneração, anulação, cassação de aposentadoria ou qualquer outra providência, mas, tão somente requisita informações quanto ao estado do processo judicial envolvendo o mencionado servidor e o fundamento jurídico para a sua permanência no cargo, isso porque, certamente, após a análise das informações requisitadas, a Corte de Contas se manifestará sobre a matéria, no exercício da sua competência prevista no artigo 1º, inciso III, da Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016, em consonância com o artigo 71, III, da Constituição Federal, *in verbis*:

Constituição Federal

"(...)

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

III - **apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta** e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

Resolução 296/16 - Regimento Interno do TCDF:

"(...)

Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de controle externo, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Distrito Federal e da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, compete:

(...)

III - **apreciar, para fins de registro, a legalidade:**

a) dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão; (destaques não originais).

(...)"

Ademais, consta que o interessada obteve na Justiça decisão liminar que impede a prática que qualquer ato que represente a cassação da sua aposentadoria: (43063510):

"(...)

Assim, concedo liminar para determinar ao Governador do Distrito Federal

que se abstenha de cassar a aposentadoria do servidor Eliel Flores RIBEIRO Junior em razão da sugestão do Ofício nº 17/2020 PGDF/GAB, até o julgamento do mérito do presente Mandado de Segurança.
(...)"

Nesse contexto, considerando que a decisão do TCDF já foi cumprida pelo Diretor-Geral da PCDF pelo Ofício 466/2020 (42714109) e que o Poder Judiciário determinou que o Governador se abstenha de praticar a cassação da aposentadoria do servidor interessado, não resta outra providência a cargo do Exmo. Sr. Governador, razão pela qual sugiro sejam adotadas as seguintes providências: (i) conclusão provisória do presente processo até o advento da decisão final do TJDF no âmbito do Processo nº 0719171-32.2020.8.07.0000; (ii) e inclusão do presente processo em acompanhamento especial.

Brasília, 13 de julho de 2020.

Reinaldo Cosme Vilar de Oliveira Junior
Subconsultor Jurídico
Consultoria Jurídica

DESPACHO

De acordo.

Considerando que a Decisão nº 637/2020 (Processo 2477/2000/2019-TCDF) já foi cumprida pela Polícia Civil do Distrito Federal, pois o Ofício 266/2020 (42714109) já prestou, integralmente, as informações requisitadas pelo TCDF; considerando, ainda, que a decisão liminar do TJDF no MS nº 0719171-32.2020.8.07.0000 (43063510) determinou que o Governador se abstenha de cassar a aposentadoria do servidor interessado até decisão final daquela Corte, determino a conclusão provisória do presente processo nesta Consultoria Jurídica, ante a inexistência de providências adicionais a cargo deste órgão no presente momento.

Ao serviço de Apoio Administrativo para incluir o presente processo no Acompanhamento Especial.

Brasília, 13 de julho de 2020.

Alexandre Vitorino Silva
Consultor Jurídico Executivo
Gabinete do Governador



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE VITORINO SILVA - Matr.**,
Consultor(a) Jurídico(a) Executivo(a), em 14/07/2020, às 13:26, conforme art. 6º do Decreto nº
36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180,
quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

e-DOC
Proc 2477/2000-e



Documento assinado eletronicamente por **REINALDO COSME VILAR DE OLIVEIRA JUNIOR -
Matr.1697232-5, Subconsultor(a) Jurídico(a)**, em 14/07/2020, às 13:51, conforme art. 6º do
Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal
nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **43442043** código CRC= **8DAA04FE**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti, Palácio do Buriti, Térreo, Sala T32 - Bairro Zona Cívico-Administrativa - CEP 70075-900 - DF

[6139611698](#)

00052-00004761/2020-50

Doc. SEI/GDF 43442043



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete
Assessoria Jurídico-Legislativa

Despacho - SSP/GAB/AJL

Brasília-DF, 17 de julho de 2020.

Sr. Chefe de Gabinete,

Esta AJL encontra-se cientificada das últimas decisões judiciais, que demandaram providências administrativas, não só do GDF, mas também desta SSP.

Devo atentar que estamos de prontidão, para qualquer intercorrência oriunda de recurso legal, bem como já cobramos efetivação de providências administrativas junto a COGEP, através do Despacho (41715484), expediente integrante do corpo do processo 00020.00019878/2020-04, oriundo da PGDF.

Desde já, colocamo-nos à disposição desse r. Gabinete, para prestar qualquer auxílio acerca deste procedimento.

Atenciosamente,

MARCO AURÉLIO GUNDIM DE CARVALHO
Chefe - Assessoria Jurídico Legislativa.



Documento assinado eletronicamente por **MARCO AURÉLIO GUNDIM DE CARVALHO - Matr. 1698015-8, Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa**, em 17/07/2020, às 13:53, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **43741326** código CRC= **D76EBD5A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

S.A.M. CONJUNTO A BLOCO A ED.SEDE DA SSPDF - Bairro BRASILIA - CEP 70620-000 - DF